

IV PARTE

O PROCESSO DA UNIVERSIDADE LIVRE E A SUA RECEPÇÃO NOS MEDIA

1 - Sumário

Prosseguindo a nossa tarefa metodológica de análise e discussão do processo histórico de criação e extinção da Universidade Livre, no que o mesmo reflecte das dinâmicas sociais e políticas da Sociedade Portuguesa, procederemos neste capítulo à análise deste processo enquanto evento mediático. Assim, para além de procedermos a uma inventariação da forma como este caso se transformou, para os média, num “acontecimento” possuidor das principais características de tal tipo de representação colectiva, iremos, simultaneamente, realizar uma análise ao conteúdo informacional desse acontecimento, para aí tentarmos detectar os traços de lógicas de representação social e colectiva do ensino superior privado que vieram a ser dominantes, em períodos posteriores, e que marcaram todo o ensino superior não estatal.

Marcado por uma ocorrência empírica particular – fase em que atinge o estatuto de “acontecimento” – o caso mediático da Universidade Livre tem, no entanto, uma extensão bastante maior no tempo do que aquela directamente relacionada com o acontecimento aglutinador do conflito e reflecte uma dinâmica própria da sociedade e dos média nacionais do período. Para além de analisarmos as características desse acontecimento que é assinalado pela ocupação das instalações da Universidade na Rua Vítor Cordon em Lisboa, pretendemos enquadrar este processo como acontecimento social que se confronta com um fundo histórico de instituições e costumes.

A dimensão mediática do processo da Universidade Livre releva daquilo que denominamos o “público” (Habermas, 1987) enquanto conjunto de agires de indivíduos ou colectivos que visam intervir num espaço público.

O levantamento e discussão realizados nesta quarta parte do trabalho acrescentam ao corpo histórico-documental anterior a valia do enquadramento deste acontecimento na esfera social, através da análise do papel que os média, fonte essencial de poder em ascensão na Sociedade Portuguesa (Mesquita, 2003), tiveram em todo o processo e nas representações por ele geradas.

A análise do papel dos média, e dos conteúdos aí produzidos, afigura-se-nos como uma tarefa essencial para a plena explanação deste processo e das implicações que o mesmo teve na Sociedade Portuguesa e nas suas políticas e organizações educativas. O que nos interessa, neste caso particular, não é tanto o que os média “dizem”, enquanto organizadores de um referencial colectivo, mas sim o que significa aquilo que eles dizem, como reflexo de forças e dinâmicas sociais em conflito.

Neste contexto assume assim enorme relevo o acontecimento da ocupação das instalações, na medida em que o mesmo é indicador de acção feita e coloca questões de motivação, de justificação e de inserção do acto no contexto mais complexo que o envolve. Como veremos, a leitura do acontecimento pelos média ir-se-á centrar em questões de *agentividade*, ou seja, de imputação a agentes ou actores de responsabilidades pelo acto e inerentes intenções que o motivaram, e, conseqüentemente, de responsabilidade sobre as conseqüências do mesmo, sendo que aos média interessa detectar nessas eventuais conseqüências os traços que identificam o conjunto do agentes do acontecimento e não apenas os seus actores.

Um processo como aquele com que aqui lidamos encerra sempre uma textura causal e um conjunto de conseqüências, para além das questões de responsabilidade, agentividade, intencionalidade, contexto e situação. Para cada um destes aspectos podem

ser posteriormente desenhadas diferentes teorias interpretativas que irão denotar da recepção do acontecimento.

Enquanto na parte anterior do trabalho tentámos lidar com o contexto do acontecimento e respectivas variáveis de agentividade e intencionalidade, por via da identificação do quadro institucional do conflito e respectivos agentes, nesta parte do trabalho iremos estar mais focados na recepção do evento, na medida em que a mesma denota de uma estrutura causal que ultrapassa o mero contexto institucional do conflito e reflecte já pre-conceitos e apreciações sociais e ideológicas sobre o papel do ensino privado que virão a desenvolver-se no futuro.

A estrutura dos média e o do seu papel na Sociedade Portuguesa de então não pode, obviamente, ser desenquadrada do próprio período histórico que se vivia no País, como a recente implantação da democracia e o surgimento de um conjunto de liberdades de expressão, até aí reprimidas. É neste contexto que os média se vão converter, nomeadamente neste caso, em mais do que produtores de notícias, verdadeiros porta-vozes de grupos e organizações em conflito. Esta quarta parte do nosso trabalho acarreta então, também, esse pequeno contributo de que, na medida em que o caso da Universidade Livre sintetiza forças e dinâmicas em presença na Sociedade Portuguesa, também nos ajuda a compreender melhor o papel que os média, neste e em tantos outros casos, desempenharam e desempenham na organização dessa mesma Sociedade.

2 - Os Media nas Sociedades Contemporâneas

2.1. - Processos de Mediação

Nas sociedades contemporâneas, os processos de mediação adquiriram uma importância fulcral para a compreensão dos fenómenos que envolvem e que se relacionam com a comunicação. Um processo de mediação é sempre um processo em que se nega, ou pelo menos se suspende, a determinação imediata de um qualquer objecto. O acto de mediar implica um discurso processual que contém em si mesmo premissas mediadoras; quer isto dizer que o acto de negação da determinação imediata vai originar um processo que se deve concluir com um resultado indiscutível ou consensual sobre a possível determinação do objecto.

Um processo de mediação pode ser orientado por diferentes “lógicas operativas”: um mediar que se orienta para uma demonstração da veracidade²⁴ de um dos discursos cognitivos em confronto; um mediar que se orienta para a mediação de duas ou mais particularidades concretas, separadas num dado momento, ou ainda, um mediar que se orienta para a mediação entre particularidades concretas de uma determinação e a característica essencial dessas determinações, consideradas abstractamente.

Assim, um processo de mediação, considerado de acordo com estas lógicas operativas, é sempre um processo que, envolvendo mais do que um discurso sobre uma qualquer determinação particular concreta; ou sobre uma perspectiva geral; ou sobre um qualquer valor cognitivo; coloca essas perspectivas em “confronto” sobre uma base de saber. Assim, podem ser considerados processos de mediação todos os actos que se

²⁴ Um exemplo deste tipo de processo de mediação é o diálogo Socrático.

orientam, pelo menos idealmente, para a obtenção de uma determinação ou para a partilha e aceitação de uma dada perspectiva ou discurso cognitivo. Nestas categorias estão, obviamente, incluídos todos os meios que, através dos discursos que emitem, enformam diferentes processos de comunicação.

O Portugal do período em análise é profundamente marcado, no campo dos média, por um processo de mediação orientado em função do confronto de diferentes particularidades concretas definidas de acordo com os diferentes campos ideológicos em conflito na sociedade. A luta em torno da posse e controle dos média, de que é paradigmático todo o processo em torno do “caso República” (Babo, 2006), é sintomática de uma situação onde os média passam a funcionar como agentes de intervenção social, servindo, muitas vezes, de eco às posições de grupos políticos de natureza mais ou menos organizada. O processo de mediação em causa é então de uma natureza particular que podemos classificar como política, na medida em que mais do que informar, os média do período criam em torno da realidade um discurso narrativo que reflecte a sua própria compreensão política dessa realidade. Só assim é que se compreende que ao isolarmos a totalidade das referências à Universidade Livre nos média (cf. Anexos) encontremos de imediato uma preponderância de órgãos marcadamente politizados como o “Diário” ou o “Tempo”, respectivamente jornais diários arregimentados mais à esquerda um, mais à direita o outro.

Uma perspectiva cultural que tenha como tarefa mediar racionalmente o seu próprio discurso cognitivo dominante com o discurso de outras perspectivas culturais, assumindo ao longo do processo esses discursos como parte do seu próprio, sempre mediados pelo trabalho da crítica, estará em condições de obter um conjunto vasto de

determinações conclusivas, ou consensuais, sobre um dado número de objectos, perspectivas ou discursos partilhados.

A efectivação de uma determinação, ou consenso, surgido em consequência de um processo de mediação, acontece numa dada realidade espaço-temporal. Assim, a história, ou melhor, o encadeamento espaço-temporal das determinações e dos discursos cognitivos em que elas assentam, vai delimitar o campo das relações intersubjectivas ou inter-categoriais, onde se desenvolvem os processos de mediação. Ou seja, qualquer processo de mediação é já o resultado de um quadro de referência, mediado e determinado por um discurso que o antecede. Alguns dos processos de mediação fundamentais para a comunicação são aqueles que se incluem neste quadro de mediação intersubjectiva.

Contrariamente aos acontecimentos naturais – terremotos; inundações; etc – os acontecimentos sociais partilham entre si um conjunto de regras, convenções e normas sociais, em parte resultantes da acção que os origina e em parte resultantes do seu contexto, que contribuem para a significação do acontecimento e para o sentido do mesmo para o todo social (Apel, 1991).

Qualquer acontecimento social inscreve-se, assim, numa ordem de sentido que ele próprio ajuda a instaurar. É por isso que nenhum acontecimento social pode ser desenquadrado das relações que estabelece ou ajuda a estabelecer.

Se por um lado, o conjunto das “aparições” da Universidade Livre nos média ao longo do seu curto período (ver gráfico 1) de existência podem ser entendidas como fruto do processo que decorre no espaço público do período em ordem à legitimação da própria instituição e dos princípios políticos e ideológicos que lhe estavam subjacentes, já o

acontecimento mediático deve ser reduzido ao instante da ocupação das instalações da cooperativa por um grupo de alunos, na medida em que é essa acção que marca a significação total do processo e que permite compreender o conflito subjacente e a recepção do mesmo nos média e na sociedade.

Conforme se pode observar no gráfico 2, é no período imediatamente antes e depois desse acontecimento catalisador que se concentra a maior presença da instituição nos média, ultrapassando as 40 inserções no mês de Março de 1985 (ver gráfico 3).

Os picos anteriores de presença nos média, em 1981, referem-se à primeira fase da crise, conforme relatado na parte anterior do nosso trabalho, mas é a significação social deste acontecimento de Março de 1985 que, como veremos, irá propiciar o quadro determinante para o desenlace final de todo o processo.

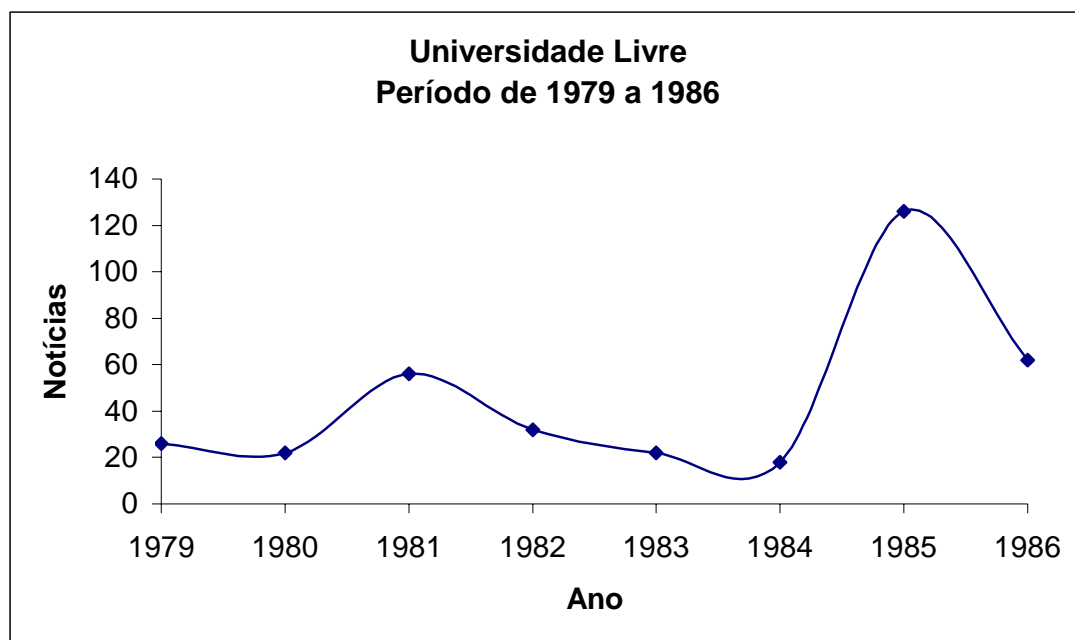


Gráfico 2 – Evolução do número de inserções directamente relacionadas com o processo da Universidade Livre ao longo do período em análise.

O universo institucional do acontecimento central de todo o processo – a ocupação do imóvel da Vitor Cordon – remete para um duplo sentido: por um lado aquele que se refere ao princípio da liberdade de ensinar e de aprender e de criar escolas (Fernandez & Nordmann, 2002) e por outro lado o que se refere ao modelo de gestão das instituições de ensino superior e do tipo e volume de representatividade que cada um dos corpos que integram a instituição deve ter nos órgãos que zelam pela sua gestão e manutenção.

A estrutura base do acontecimento é relativamente simples, podendo a acção central – a ocupação - ser reduzida a uma reivindicação por parte de um grupo de estudantes de melhores condições de ensino e aprendizagem, tentando, em ordem ao cumprimento de tal desejo, alertar a opinião pública e os poderes instituídos para a situação dos alunos da Universidade Livre ao promover a ocupação das instalações académicas.

A acção tem lugar no dia 22 de Março de 1985 e a ocupação prolongar-se-á por vários dias, mantendo-se a crise acesa nos diferentes média. Mais adiante, no nosso trabalho, veremos como esta evolução da frequência das inserções está directamente relacionada com as causas e consequências do acontecimento.

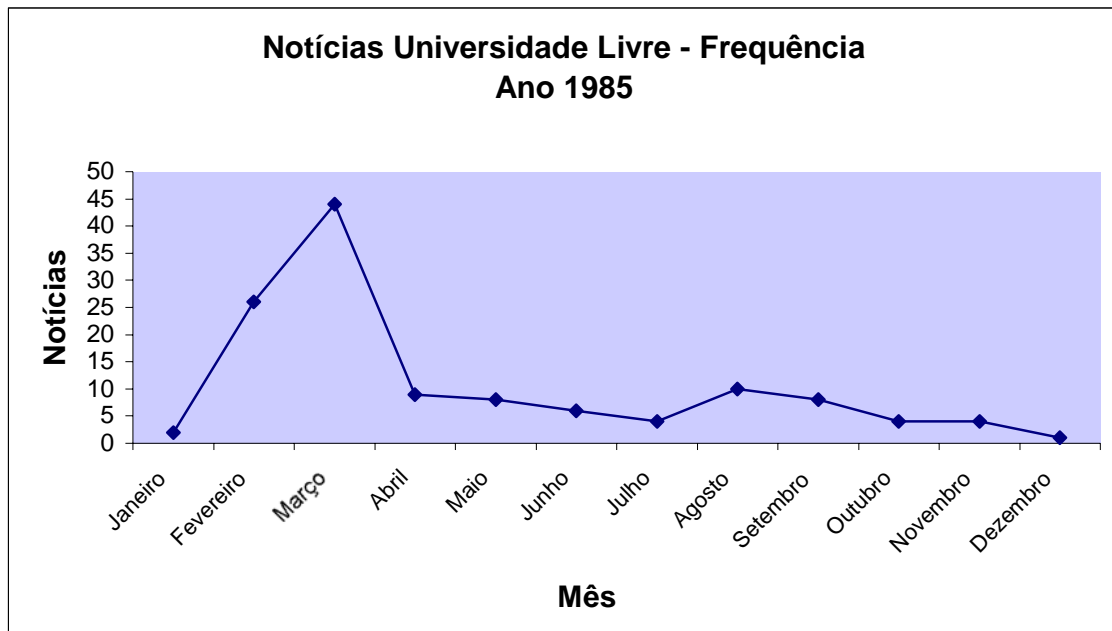


Gráfico 3 – Freqüência de inserções noticiosas no período imediatamente antes e depois do acontecimento em análise.

Sendo *acção feita* este acontecimento coloca questões de significação, motivação e de inserção do acto num contexto de antecedentes e consequentes. Se os antecedentes eram, como já vimos, os do conflito institucional no seio da instituição e da publicação de um conjunto de diplomas legais que, aparentemente, beneficiavam um dos grupos em confronto, os consequentes vão ser os da desintegração do projecto da Universidade Livre e da fractura dos seus corpos académicos.

2.2. - Espaço Público e identificação do acontecimento

A existência de um quadro de referência e de discussão, orientado para a mediação dos discursos culturais e políticos, está no centro das teorias sobre o Espaço Público. A reflexão em torno do espaço público e de uma esfera pública, enquanto espaço de mediação dos discursos e de obtenção de consensos deve ao filósofo alemão, Jurgen Habermas, uma das reflexões mais importantes sobre a sua constituição e sobre as suas estruturas.²⁵ Este autor articula a sua teoria em torno de uma delimitação ético-moral da actuação da esfera pública, sendo o seu apogeu marcado por uma esfera pública política. A actuação desta esfera orienta-se para a procura de poder através de um processo de legitimação.

O primado que o autor concede à razão, enquanto princípio regulador e como finalidade desta esfera pública²⁶, remete-nos para o aspecto referido, anteriormente, da mediação racional dos discursos e da obtenção final de consensos (determinações). Habermas desenvolve a sua estrutura como um espaço de comunicação, onde a publicitação das ideias e a sua crítica, características operativas de uma das suas primeiras estruturas em análise: a esfera pública burguesa se articulam num esquema social que apela a uma lógica do consenso.

A existência de uma esfera pública onde vamos encontrar em funcionamento os processos e as lógicas operativas de mediação já referidas, não pode servir de modelo absoluto para a compreensão dos processos de mediação nas nossas sociedades. Com

²⁵ Uma das principais obras de maturação desta reflexão é Habermas, Jurgen - The Theory of Communicative Action, Polity Press 1984.

efeito, a estrutura analisada por Habermas, embora fosse a realidade factual que mais se aproximava do seu modelo ideal de uma racionalidade comunicativa, não pode ser separada das condições espaço-temporais de constituição das determinações e dos consensos que aí imperavam. As transformações sociais e políticas em que se alicerça a construção dessa estrutura não correspondem, naturalmente, aos processos transformativos em actuação na nossa sociedade, nomeadamente à alteração nos próprios instrumentos em acção nos processos de mediação. Embora o modelo de um espaço público de discussão e obtenção racional de consensos através de uma actividade comunicativa, possa continuar a servir como base teórica de exposição e análise do quadro de actuação dos processo de mediação, não se pode considerar o mesmo processo fundamental de institucionalização de consensos e de obtenção de determinações no âmbito de um espaço de discursos em “confronto”.

O espaço público do Portugal pós-25 de Abril pode ser descrito em tais moldes, embora a procura da legitimação não passasse neste caso só pelo campo da comunicação mas também da própria acção política, de que são exemplo casos como o da famosa manifestação da maioria silenciosa ou o cerco ao parlamento pelos operários da cintura industrial da capital.

As transformações contemporâneas no estatuto do próprio saber²⁷, e nas estruturas do espaço público, vêm colocar a descoberto alguns dos seus paradoxos. A lógica dos

²⁶ Esta ideia surge na obra de Habermas associada à ideia de uma modernidade enquanto projecto em construção; um percurso de progresso continuado do sujeito e da razão.

²⁷ Transformações essas que estão no centro do debate Moderno-Pós-Moderno. ver: Lyotard, Jean-François - A condição Pós-Moderna, Gradiva 1989.

processos de mediação enforma a noção de mediatizado que recai sobre o espaço público democratizado, surgido com a modernidade, e analisado por Habermas.

A observação do Portugal do período e do tipo de discurso dos seus média, é claramente indicador de um espaço ainda não totalmente democratizado onde a acção comunicacional ainda não tem muitas das vezes como objectivo a obtenção de consensos mais ou menos alargados.

As evoluções políticas e tecnológicas posteriores transformaram o espaço público num espaço alargado, onde os média contribuem cada vez mais para esse alargamento, e onde o seu desempenho é cada vez maior e mais importante, nomeadamente ao nível da operatividade dos processo de mediação. Os média são os actores essenciais deste espaço, esse espaço não funciona sem o papel que os média nele representam.

No período em causa, as próprias dinâmicas políticas e sociais em confronto implicavam que tal papel dos média fosse muitas das vezes minorizado em favor da sua utilização como agentes de intervenção social e política.

Com os subsequentes desenvolvimentos tecnológicos e políticos vão-se acentuar as contradições e os paradoxos no interior da própria estrutura existente: “A contradição principal da nossa sociedade e o seu interesse está em gerir duas dimensões opostas (...) Este espaço público remete para uma sociedade aberta, urbanizada, na qual as relações sociais estão marcadas por uma forte valorização do indivíduo (...) Mas este espaço caracteriza-se, também, pela organização de massas...”²⁸. A existência destas contradições pressupõe a existência de um espaço mediatizado, com capacidade de gerir

estas características contraditórias, e de continuar a produzir um discurso dominante, agregador e consensual.

A relação com o próximo e com o todo, essencial ao funcionamento destas sociedades, destina à informação um papel preponderante no seu interior. É a informação que alarga os horizontes de conhecimentos particulares, é a informação que mantém comunidades de interpretação e partilha de valores existenciais. O conhecimento da realidade depende cada vez mais do conhecimento vital da informação. O processo de transmissão desta informação não exige uma mediação intersubjectiva, nem sequer uma mediação orientada para a procura de uma determinação consensual, porque a determinação transmitida por essa informação é sempre aceite como já consensual e verídica.

Quer isto dizer, que neste espaço público mediatizado, onde o mundo é cada vez mais explorado, através de uma moldura de informação que altera por completo o terreno onde assentavam as nossas presunções, os processo de mediação transformaram-se, eles próprios, em produtores de discursos e de determinações. Surgem novas formas de mediação que, em função da própria mediatização do espaço público, tendem a substituir a lógica operativa de procura do consenso e da determinação por uma lógica de mediação infinita. A mediação entre particularidades concretas dá lugar à mediação entre as nossas particularidades concretas e as determinações mediatizadas do espaço público contemporâneo.

²⁸ Wolton, Dominique - Elogio do Grande Público. Edições Asa, Lisboa 1994. A crítica de Wolton ao trabalho de Habermas centra-se não somente na própria concepção de espaço público mas também no papel redutora e passivo que Habermas atribui aos sujeitos não politicamente activos que circulam nesse espaço.

O papel essencial dos média como mediadores e produtores de discursos e significações sobre a realidade manifesta-se de forma clara na determinação do que aconteceu, ou seja, na identificação do acontecimento.

Enquanto os actores do acontecimento – no nosso caso os alunos da Universidade Livre que ocuparam as instalações da Universidade – executam o acontecimento, vão ser aqueles que o relatam – os média – que vão determinar a sua identificação para o todo social.

A identificação de um acontecimento responde à questão *o quê? O que é que se passou? Do que é que se trata?* Quando os média respondem – *é uma ocupação*, estão a identificar o acontecimento. Para procederem a essa identificação do acontecimento, a acção vai passar a ter associada uma identificação “sob uma descrição”. Colocar uma acção ou o acontecimento sob uma descrição implica escolher uma maneira de descrever o ocorrido de entre várias possíveis. Para além das escolhas gramaticais óbvias e que derivam do vocabulário à disposição dos mediadores, é no plano de descrição da acção e respectivas implicações que encontramos os principais traços da motivação ideológica e política do trabalho dos mediadores.

A identificação e o reconhecimento dos acontecimentos baseia-se em contingências circunstanciais e em informações contextuais, e mobilizam uma linguagem, normas e convenções relevantes de um saber comum que permite ao todo social partilhar a identificação do acontecimento e a respectiva significação encerrada na sua descrição. A ligação da acção a um contexto que remete para um quadro simbólico preciso (ex. A utilização de capas pretas por parte dos ocupantes do imóvel da Vítor Cordon conforme se pode observar na imagens das reportagens. Cf: anexos) permite aos

receptores identificar a acção descrita a propósito de um acontecimento. É em função de um determinado quadro social e de um sistema simbólico que é feita a interpretação do discurso dos média e que o mesmo deve ser contextualizado. A descrição do acontecimento depende portanto da escolha consciente que os média fazem de um determinado vocabulário de descrição, que se materializa numa perspectiva precisa sobre o acontecimento e o uso de uma ordem simbólica específica para o descrever.

Na nossa análise de imprensa tentámos antes demais isolar tal ordem simbólica por via da análise da totalidade dos elementos discursivos relativos a temáticas do ensino superior que podemos encontrar no período em causa. Assim, de um total de mais de 7700 inserções noticiosas relacionadas com temáticas do ensino superior referentes ao período de 1979 a 1986²⁹, 298 inserções têm ligação directa com o processo da Universidade Livre, sendo que a maior percentagem das mesmas corresponde ao período que vai de Janeiro a Outubro de 1985, ou seja, precisamente o período que antecede e o que sucede ao acontecimento central da ocupação das instalações. Os média reflectem, neste caso, o processo causal que determina a geração do acontecimento e facilita a sua identificação.

Mais do que coordenadas espaço-temporais, podemos considerar que é através da estrutura causal de um acontecimento que melhor o podemos identificar. A estrutura causal do acontecimento em questão está dividida em três níveis: um primeiro nível que diz respeito ao conflito institucional, já descrito na segunda parte do trabalho; um segundo nível que diz respeito à emergência de um modelo não-público de gestão de

²⁹ O período coberto pela análise de imprensa foi seleccionado tendo como único critério o período de existência do próprio projecto da Universidade Livre.

estabelecimentos de ensino superior num contexto social e político marcadamente contra tal modelo – a análise de parte substancial do discurso dos média no período permite identificar como dominante a visão que preconiza o papel central e único do Estado como promotor de iniciativas de ensino superior -; e um terceiro nível que diz respeito ao conflito político então existente na Sociedade Portuguesa, no qual se degladiam simpatizantes do antigo regime e defensores de diferentes sensibilidades democráticas – constantemente o problema da Livre é enquadrado no discurso dos média, não como um problema educativo mas sim como um problema político, recorrendo-se a uma associação entre privado e extrema-direita.

A atribuição de causas e efeitos serve para distinguir relações causais entre os acontecimentos e estas permitem individualizar os acontecimentos facilitando a distinção entre diferentes acções ou acontecimentos relativos a uma mesma realidade. A leitura das explicações proporcionadas pelos média para as causas do processo da Universidade Livre releva desde logo da orientação política específica que o média quer dar à sua descrição. Tal tendência é típica de uma situação onde, mais do que mediadores activos no interior do espaço público, os média portugueses estavam transformados em verdadeiros actores do conflito político.

Na maior parte das descrições, a explicação para o problema gerado na Universidade Livre é sempre a mesma: uma luta de poder pelo controle da instituição entre dois grupos rivais com orientações políticas de extrema-direita. A esta causa central relacionada com o primeiro e o terceiro nível da estrutura causal, junta-se uma outra relacionada com o segundo nível: a causa para o problema é o protesto dos estudantes cansados pelas más condições de ensino. Esta causa tem ainda uma terceira interpretação

subjacente que faz a ligação com a causa anterior: os promotores do ensino privado são fascistas sem qualquer interesse real na educação e só preocupados com o dinheiro e por isso não investem nas condições de ensino.

Esta sequência causal ilustra bem o quão marcado por um cunho político foi o discurso produzido pelos média para descrever a Universidade Livre e os conflitos que se viveram no seu seio.

O período do Pós-25 de Abril foi marcado no sector da comunicação social por profundas transformações nas redacções jornalísticas que implicaram na maior parte dos casos que os jornais realinhassem toda a sua linha editorial pelas novas ideias políticas que despontavam na Sociedade Portuguesa. Esta transformação substantiva foi acompanhada por uma outra mudança profunda, a da posse e administração dos órgãos de comunicação social. Casos como o do diário “República” reflectem esta transformação que se operou no sector da comunicação social e que atingiu o seu pico no período entre 1975 e 1980 (Babo, 2006). Após o período mais efervescente do PREC, a situação começa lentamente a evoluir para um estágio onde os média já não funcionam abertamente como porta-vozes ideológicos ou instrumentos de influência política e passam mais a exercer o papel de informadores e enformadores de consensos.

Tal como as causas, também os resultados ou consequências dos acontecimentos são enunciados nos relatos e descrições da imprensa. Da análise de qualquer acontecimento resulta que muitas vezes as consequências do acontecimento são mais importantes para a sua compreensão do que as causas. No caso do processo da Universidade Livre podemos identificar consequências a três níveis correspondentes aos

mesmos níveis que já tínhamos detectado para o caso das causas: o nível institucional; o nível político e o nível académico.

Ao nível institucional a ocupação das instalações da Universidade representou o momento totalmente fracturante entre os dois grupos em conflito. A partir desse momento já não havia espaço para a conciliação e estavam criadas as condições para que o “grupo académico” avançasse para um novo projecto tal como se veio a verificar. Ao nível político, a principal consequência da ocupação foi a de precipitar a intervenção do Estado na instituição, forçando o Ministério da Educação a tomar consciência da impossibilidade de haver um entendimento entre os grupos em confronto havendo, por isso, necessidade de procurar alternativas no domínio político e legislativo que abrissem a porta para a resolução da situação sem prejuízo para alunos, pais e professores. Ao nível académico, a principal consequência da ocupação foi forçar o corpo estudantil, até aí relativamente alheado do conflito, a envolver-se no mesmo e a tomar posição por um dos lados em conflito. Foi esse extremar de posições dos alunos que levou políticos e partes em conflito a compreender que a resolução do conflito passaria pela criação de novas instituições que pudessem acolher os diferentes corpos académicos em conflito e já não somente assegurar as pretensões de um ou outro grupo.

Como qualquer acontecimento acaba por ser inevitavelmente a consequência de outro que o precedeu, a descrição dos efeitos é particularmente importante para a compreensão dos acontecimentos e respectivos contextos. Tal também se verifica ao longo de todo o processo da Universidade Livre. A definição do nosso modelo de análise da recepção mediática de todo o processo que envolveu a Universidade Livre teve este aspecto como consideração central. Assim, optou-se por isolar todas as referências

mediáticas que cobriram o período de existência da Universidade Livre (ver tabela 1) na medida em que se considerou que as mesmas reflectem diferentes efeitos de acontecimentos anteriores que vão criando o quadro de condições institucionais e de referências simbólicas que irão precipitar o desfecho de todo o processo.

As consequências de qualquer acontecimento acabam por agir sobre ele contribuindo fortemente para a sua significação. Também é em função das suas consequências que um acontecimento passa ou não a pertencer a determinado contexto ou domínio da vida social.

Da leitura do conjunto das referências ao processo da Universidade Livre nos média retira-se de imediato a ilação de que a Universidade Livre foi ao longo de toda a sua existência descrita mais como um projecto político do que educativo (ver tabela 3). O enquadramento da instituição num quadro simbólico específico – o do conflito entre fascismo e democracia na Sociedade Portuguesa de então – vem confirmar a nossa hipótese inicial de que mais do que um processo educativo o que está em causa no processo da Universidade Livre é do domínio do político e não do educacional.

As consequências de um acontecimento relevam inevitavelmente no domínio da descrição do acontecimento da assunção de responsabilidades. Por responsabilidade entende-se a identificação pelos média que descrevem o acontecimento daqueles responsáveis pelo mesmo mas também e essencialmente, pelas suas consequências. Os média do período foram invariavelmente inflexíveis na identificação dos culpados do processo como sendo os indivíduos responsáveis pela gestão da instituição. Este imputar de responsabilidades aos corpos de gestão por todos os problemas que surjam numa instituição de ensino superior privada virá a ser um fenómeno recorrente no futuro e

relewa de uma tendência dos média para considerar essencialmente como acontecimentos relevantes para a compreensão do universo do ensino privado, aqueles que dizem respeito aos conflitos institucionais e às crises na gestão das instituições.

Esta interpretação difere substancialmente daquela que vamos encontrar para o caso das instituições públicas onde, após um primeiro período (79-81) em que grande parte das notícias ainda se referiam à turbulência reinante nas instituições no período pós-25 de Abril, grande parte das notícias passam não só a dizer respeito a factos relevantes para a vida académica das instituições mas essencialmente a decisões do Estado sobre as mesmas e as políticas educativas [ex. as discussões em torno dos modelos de acesso ao ensino superior, o que claramente relewa da tensão entre procura e oferta crucial para a compreensão da evolução da Universidade no período (Sedas Nunes, 1970)].

Para que se possam atribuir responsabilidades é necessário que se possa atribuir a acção a um agente. No caso do acontecimento em questão, mais do que o corpo de estudantes que executa a ocupação, os agentes responsáveis pelo acontecimento são identificados pelos média como sendo a direcção da Universidade e os seus corpos directivos que deixaram que se desse a degradação das condições de ensino na Universidade.

Tal como em qualquer acontecimento complexo que envolve várias causas, as consequências do acontecimento podem escapar aos seus agentes. É por isso que devemos distinguir entre o agente socialmente identificado pelos média e aquele que é intencionalmente responsável pela situação – neste caso os docentes que apelaram à revolta dos alunos ao recusarem-se a leccionar. Como não podemos reduzir a imputação da responsabilidade no espaço público à real intencionalidade que promove o

acontecimento, gera-se uma diferença essencial entre a motivação da acção e a racionalização da mesma que os média promovem. Entre ambas não tem de existir qualquer equivalência, mas é sempre a segunda que prevalece no domínio público transformando este tipo específico de acontecimentos em acontecimentos sociais.

Os acontecimentos sociais são acontecimentos que ocorrem no espaço público porque decorrem de acções que se inserem na dinâmica política desse espaço. Na medida em que a acção que originou o acontecimento se liga ao seu contexto de ocorrência, então entre este e o acontecimento há uma elaboração recíproca e o próprio contexto passa a ser instituído pelo acontecimento.

É em função desta relação recíproca que podemos afirmar que o caso da Universidade Livre só pode ser compreendido como um processo social com significação para a sociedade do período na medida em que se configura como um acontecimento que determina um contexto específico e ao mesmo tempo se deixa determinar por ele em função da importância que a recepção e propagação da sua descrição atinge nos média. A este tipo particular de acontecimentos sociais atribuímos a definição de “acontecimentos mediáticos”.

3 - O Acontecimento Mediático

3.1. – Introdução

Em 1744 o filósofo francês Voltaire escrevia as seguintes palavras: “Tem-se grande preocupação em dizer em que dia é que se deu uma batalha. Imprimem-se os tratados, descreve-se a pompa de uma coroação, a cerimónia de imposição do barrete cardinalício e até a entrada de um embaixador, onde não se esquece nem um guarda nem um laçao. É bom que existam arquivos de tudo para que os possamos consultar, quando for preciso; e agora vejo todos os livros volumosos como dicionários. Mas depois de ler as descrições de três ou quatro mil batalhas e o conteúdo de algumas centenas de tratados, achei que, no fundo, não estava mais instruído do que dantes. Apenas aprendia acontecimentos” (Le Goff, 1999). Este ataque de Voltaire a uma história reduzida à narrativa de acontecimentos não foi o primeiro da sua natureza, nem certamente o último. A questão coloca-se em torno do valor acrescentado que tal forma de observar a realidade traz ao conhecimento humano. A uma história dos eventos particulares, contrapõe-se uma história das grandes revoluções intelectuais, que marcam a história da humanidade.

Esta análise de Voltaire consegue, apesar da sua distância temporal, evidenciar alguns daqueles que são os problemas do acontecimento mediático contemporâneo. O valor do acontecimento face à experiência humana; a sua relação com o tempo, enquanto lugar da sua origem, a sua posição face ao homem receptor e, fundamentalmente, o problema da determinação da sua natureza, em relação às estruturas temporais e sociais onde acontece.

É no entrecruzamento destas questões que se posiciona a nossa reflexão. As **condições do acontecimento** são um tema a que nenhuma reflexão na área das ciências sociais pode fugir. Porque essas condições referem-se às condições actuais da própria experiência subjectiva, cada vez mais uma experiência mediática que no nosso País se começa a desenhar em parte da sua configuração actual precisamente no período em causa.

3.2. - A Estrutura do Acontecimento

O tempo tem uma natureza complexa, tanto se fala do tempo solar cíclico, de um tempo individual psicológico do “cada um por si mesmo”, como de um tempo da presença visível e audível do político e do social, que estabelece os nossos calendários, as nossas festividades e inúmeras actividades. Estes são os tempos sempre presentes no nosso dia-a-dia. É o tempo do presente. Mas temos também o tempo do passado, que se manifesta nos vestígios que dele restam e que se deixa também estudar e medir. É o tempo da narrativa histórica. Temos por fim o tempo para o qual todos nós e a sociedade estamos virados, o tempo da previsão e da evolução, em que freneticamente o homem tenta controlar o provável e administrar o imprevisível. É o tempo do futuro.

O tempo é irreversível e aparentemente orientado. Para poder definir essa orientação, a ciência teve necessidade de definir a propagação dos sinais, das distâncias, o movimento e o repouso, tudo no intuito de conferir, definitivamente, ao tempo físico o estatuto de objecto mensurável. É a ordenação dos acontecimentos, segundo a sua sucessão temporal, que dá ao tempo a sua natureza esquemática, no sentido em que Kant a estudou. O tempo elabora-se num contínuo de fenómenos.

O estatuto do tempo sempre foi problemático, e nos século passado prosperaram as reflexões sobre o tempo. Na área da física relativista, com as reflexões de Einstein e Reichenbach, na área da filosofia com Heidegger e Husserl e na área da história com Braudel e Pomian. *Vivemos um tempo obcecado com a natureza do tempo.* Sem uma definição de estatuto do tempo, toda a investigação corre o risco de não possuir qualquer sentido. Mas a palavra “tempo” não parece reenviar, nestas e em muitas outras reflexões,

para um sentido comumente aceite. Não é só um, o objecto de que estes autores falam, são diversos objectos que se excluem.

O conceito de duração tem, relativamente à polémica do estudo do tempo um relevo particular. Com efeito, é o conceito de duração que torna possível a operacionalidade do tempo. Comum a todos os fenómenos, a duração encerra o tempo num contínuo homogéneo. Esta homogeneidade permite estabelecer a diferença de duas durações sincrónicas, relativamente a uma longa duração diacrónica. O sujeito já não tem necessidade de assumir um ponto de vista egocêntrico, pode-se falar de uma reciprocidade de pontos de vista. Mas fora do âmbito de um tempo métrico de soma de durações, o conceito continua a manter todo o seu valor.

Fernand Braudel contrapôs ao tempo quantitativo um tempo qualitativo da história, mas também aí encontrou a noção de duração como conceito operativo. O tempo da história seria ritmado pela singularidade dos processos, pela forma como eles mudam de natureza. O tempo define-se com os conceitos de “longa duração”, “conjuntura” e “acontecimento”. O acontecimento abrange diversos tipos de fenómenos que têm em comum entre si um tempo de duração extremamente curto. É o fluxo linear das durações que introduz o acontecimento no tempo, e é o acontecimento que introduz uma certa linearidade na história, na medida em que a ele se ligam mudanças, inovações e invenções.

O acontecimento é uma ocorrência empírica particular, tem consequências que lhe são próprias e inaugura uma situação nova ou um novo estado de coisas. No caso do acontecimento em análise, para além da novidade da ocupação das instalações por alunos – uma situação nunca anteriormente vista numa escola não-pública, – o acontecimento

inaugura o instante em que entre os dois grupos em conflito deixa de haver espaço para o consenso.

O acontecimento é uma entidade temporal por excelência que se situa entre um “antes” e um “depois” a partir dos quais ganha o seu próprio sentido. Este sentido é-lhe conferido porque o acontecimento tem uma unidade de tempo delimitada. No caso em questão essa unidade de tempo corresponde quase por inteiro ao ano de 1985 onde podemos situar as causas e as consequências imediatas do acontecimento (ver gráfico 3), mas estende-se quer para jusante quer para montante cobrindo praticamente todo o período de vida da instituição. É por isto que dissemos na parte anterior do trabalho, que desde a sua origem a Universidade Livre já enfermava de um conjunto de defeitos de formação que iriam indelevelmente determinar a sua ruína.

O acontecimento é uma unidade de tempo delimitada à qual se pode dar um passado e um futuro. Tudo o que é apresentado como antecedente ou causa do acontecimento é apresentado porque existem ocorrências delimitadas que são passadas e podem ser consideradas enquanto tal.

Assim, o passado e o futuro, tal como as causas e as consequências de um acontecimento, dependem antes demais daquilo que o constitui, sendo que ao mesmo tempo esse passado e esse futuro contribuem para delimitar a unidade correspondente ao acontecimento que se produziu e de que se fala.

A história tradicional, que Voltaire criticava, insistia no acontecimento como um ponto da realidade objectivamente dado em documentos e vestígios, ao historiador competindo então, ordenar os factos de acordo com uma narração que evidencie a sua importância. A nova história vem impor a noção de acontecimento como um objecto

construído, de que importa conhecer as regras de produção. As novas funções do acontecimento vão orientar o trabalho de P. Nora “Le retour de l'événement”: “A história contemporânea viu morrer o acontecimento natural onde se podia, idealmente, permutar uma informação por um facto real, entrámos no reinado da inflação dos acontecimentos e temos que, a bem ou a mal, integrar esta inflação na trama da nossa existência quotidiana”(Goff & Nora, 1986).

O acontecimento adquire uma significação social que o “descola” da linearidade da duração. O acontecimento multiplica-se e adquire funções no imaginário colectivo. Este advento do acontecimento no social é precedido pelo processo de autonomização de uma esfera pública, por nós descrita no capítulo anterior como um espaço público. Esta esfera pública define-se como uma esfera de comunicação, onde os indivíduos dão publicidade às suas ideias, e onde se vai lentamente construindo uma opinião pública. É o espaço que Habermas descreveu como racional e comunicativo. Espaço em que a razão se constitui como finalidade da esfera pública. Sem querer entrar pela discussão desta determinação da razão como “telos” da publicitação no espaço público, interessa reter a ideia de que foi o nascimento deste espaço público que permitiu o acesso do acontecimento a uma esfera comum e partilhável.

Já podemos delimitar dois “sectores” de análise do acontecimento: o tempo e a sua função no social. A emergência do acontecimento faz-se em torno destes dois pólos. O polo temporal determina o seu nascimento, o polo social a sua dimensão e difusão. Se é no tempo que o acontecimento se dá, esse mesmo tempo não é suficiente para o determinar. Então **quando é que há acontecimento?**

Reconhecer o acontecimento é um trabalho que se faz, em primeiro lugar, no foro íntimo de cada sujeito. Ao longo de um dia há um momento que nos marca mais, uma situação, uma pessoa ou um lugar. O dia pode então ser decomposto em unidades distintas de maior ou menor densidade, consoante a importância que para nós assumiram. Temos, no entanto, plena consciência de que são muito mais as unidades que nos escapam, do que aquelas que capturamos. O que caracteriza esses momentos que se individualizaram - “passaram a querer dizer-me algo” - é a mudança. Eles, de alguma forma, significaram uma alteração no meio que me rodeia, alteração essa que a minha percepção focalizada fixou. Posso ordenar a minha experiência a partir desse instante. Há uma descontinuidade, relativamente ao momento precedente e relativamente ao momento que se seguiu. Um rearranjo da situação do sujeito no meio ambiente, num determinado ponto temporal; há uma nova figura que emerge do fundo do já visto, do já adquirido, pelo ritmo normal do tempo e da percepção.

Compreender esta mudança é compreender o sentido de um acontecimento. Todo o acontecimento é determinado pelas suas consequências, mas a relevância destas será sempre maior quanto maior for obviamente a relevância do acontecimento para os sujeitos por ele afectados. Na maioria das vezes, nomeadamente nos acontecimentos naturais, são as consequências do acontecimento que determinam o significado do acontecimento e o valor simbólico que lhe é atribuído – o tsunami de 2004 no Extremo Oriente deve parte da sua relevância não ao número de vítimas mas sim à sua origem e consequente atenção que os média devotaram ao acontecimento daí resultando a sua maior relevância para nós ocidentais.

Um acontecimento não é relevante em si mesmo. É preciso que ele seja produzido e recebido pela comunidade na qual se produz. O acontecimento irá então afectar sempre alguém, seja um indivíduo ou uma comunidade como no caso da UL, adquirindo assim um valor e podendo ser entendido como “uma realidade simbólica” (Molino, 1986) na medida em que lhe é atribuído um valor que depende da cultura. Isto vale para o acontecimento que eclode e é apreendido na sua emergência, assim como para o acontecimento que consumado se torna num objecto de discurso. A significação de acontecimento é assim antes demais resultado da sua experiência pública e do modo como as suas ocorrências e consequências foram vividas.

Este pequeno quadro introduz a definição de que todo o acontecimento pressupõe um observador. Um “eu” que se individualiza perante um corte produzido na “totalidade espaço-temporal do mundo objectivo”(Sfez, 1995). Se regressarmos à noção de duração, temos então uma micro-duração, com um significado particular, dado em presença de um sujeito.

A significação de um instante, para um sujeito particular, é condição necessária, mas não suficiente, para a descrição de um acontecimento. Eu posso dizer que ao meio dia, do dia de hoje, foi um acontecimento na minha vida o tropeção que dei num buraco e que resultou numa perna partida, mas, para outro sujeito, presente exactamente no mesmo local, no mesmo instante, esse foi um momento vazio, algo semelhante a um écran onde não havia nada para ver. Se é necessário que a mudança se produza no mundo, é igualmente necessário que ela esteja ao dispor de diversos observadores com capacidade de a compreenderem, comunicarem entre si e chegarem a um consenso sobre a sua importância e sentido. Entra em cena o campo da esfera pública, o social que

anteriormente se delimitou como espaço de definição do acontecimento. Para haver acontecimento tem de haver partilha de um instante com um sentido comum.

Das duas características encontradas deduz-se o centro realizador de acontecimentos: um espaço visível, com uma certa grandeza dimensional, coextensivo à presença de um ou mais observadores, possuidor de um certo sentido. É na fronteira do visivelmente percebido que se produzem acontecimentos.

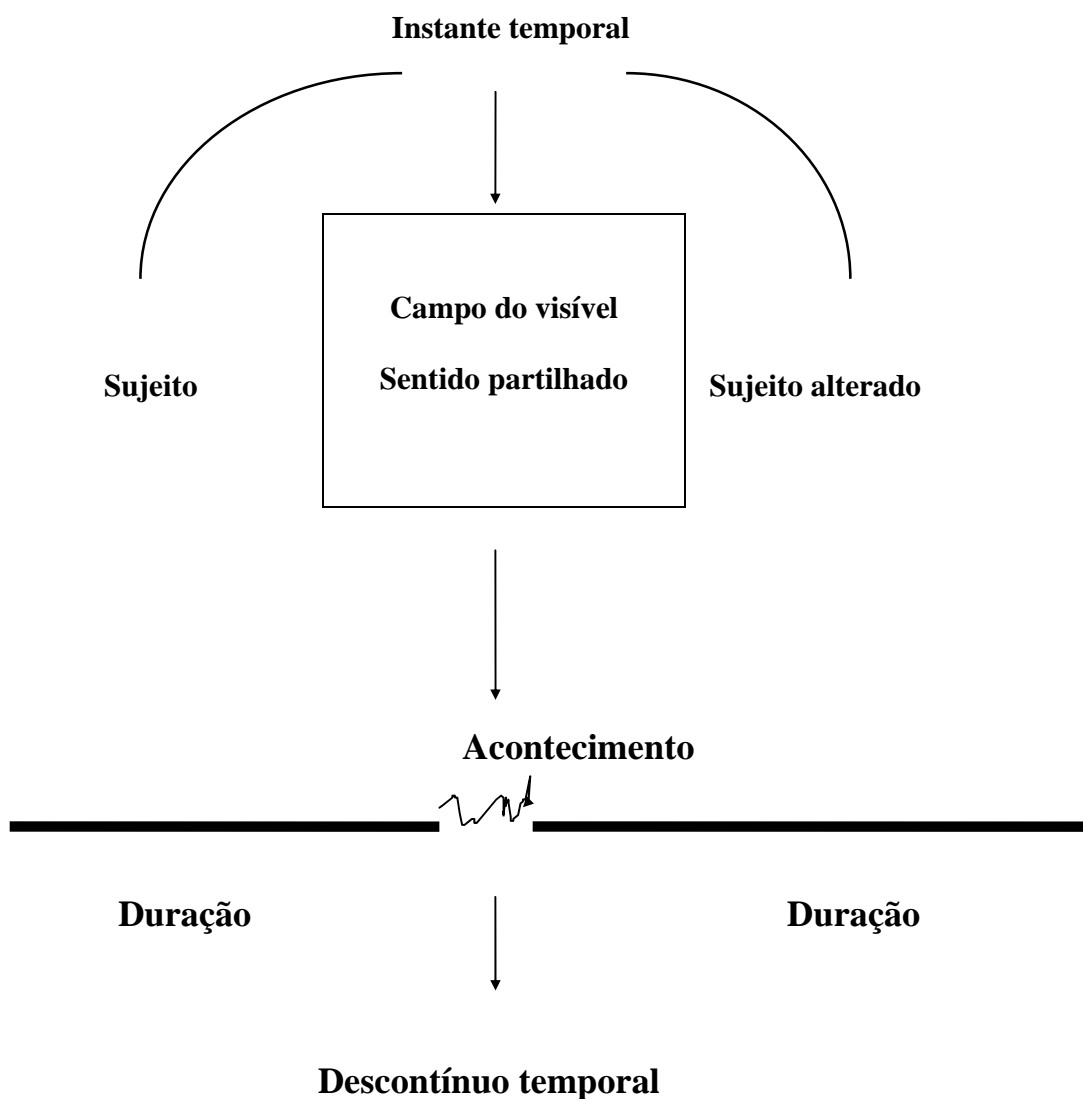


Figura 2 – estrutura do acontecimento.

Ao introduzirmos a experiência e a exploração do acontecimento e dos seus efeitos na elaboração das significações, as acções de resposta e as consequências às quais o acontecimento dá lugar acabam por integrar a sua história. É também em função das suas consequências, nas quais se incluem a experiência pública e as acções de resposta ao que aconteceu, que o acontecimento organiza uma determinada situação.

Pode assim dizer-se que em certa medida a temporalidade, a história causal e a significação do acontecimento relevam em parte de uma organização de perspectivas ou pontos de vista. Se o acontecimento social tal como descrevemos é o resultado de um conjunto de acções feitas no mundo e de experiências, ele também depende de um processo colectivo de configuração. É neste sentido que a definição pública do acontecimento é um processo que resulta das descrições que os actores, as testemunhas, os observadores e os narradores dele fazem. Ou seja, o acontecimento “ocupação da UL” é resultado de um processo colectivo de configuração da significação do mesmo tal como também o é o tempo de duração maior de todo o processo da UL.

A nossa hipótese enuncia que é precisamente a configuração desta significação nos seus diferentes aspectos que se tornou determinante para as configurações futuras das significações das crises no ensino privado. Em torno dos mesmos factores que determinaram a relevância deste acontecimento, ir-se-ão constituir outras significações futuras sempre contribuindo no seu total para uma recepção pública nada positiva deste domínio institucional.

O acontecimento incorpora, tal como a acção, uma linguagem (Schutz, 1987) sendo a sua recepção relativa a uma organização de perspectivas.

A recepção pública do acontecimento pode ser entendida a dois níveis (Babo, 2006): 1. o modo como o acontecimento é recebido e as reacções de resposta que desencadeia (manifestações, acções em tribunal – como foi o caso do processo da UL contra a RTP na sequência do evento em análise – demissões, etc); 2. a maneira como é designado (ex. o “Caso” Moderna), descrito, categorizado, compreendido e narrado.

A articulação entre o que se passa e a experiência pública correspondente, é feita por Luis Quére (1982) com recurso ao conceito de “percurso eventivo” que remete a constituição pública do acontecimento para uma história em curso que suscita juízos e desencadeia acções. Esta noção permite articular a limitação temporal do *sucedido* com a experiência da recepção do acontecimento e respectiva cadeia de acções e consequências. As descrições que um acontecimento suscita, de que são parte essencial as descrições vertidas nas páginas da imprensa, tornam-se assim não um reflexo do acontecimento temporal mas sim um dos seus principais elementos constituintes e um factor essencial de compreensão do mesmo.

O percurso eventivo é um encadeamento entre o que se passa – o que é feito e dito – no interior da instituição Universidade Livre e o que sobre isso é descrito na imprensa, na esfera pública e nos meios políticos. Ou seja, este percurso integra os efeitos do acontecimento nos quais se incluem as acções que lhe correspondem.

O papel da recepção pública na significação dos acontecimentos sociais é importante. As testemunhas, os observadores ou os jornalistas não descrevem um acontecimento social ou as acções realizadas pelos outros sem lhes atribuírem significações, que são interpretações elaboradas a partir de motivações atribuídas, de normas, de formas colectivas de pensar e de agir, de convenções, instituições e costumes.

A recepção pública é o factor essencial de constituição da significação pública que suportada na recepção vai determinar os efeitos futuros do acontecimentos. A recepção e formas de significação que resultaram da ocupação da Universidade Livre e da crise associada, tiveram efeitos para o ensino superior privado que perduraram no tempo muito depois da extinção da Universidade e que marcaram toda uma realidade e comunidade envolvente.

O papel crescentemente mais relevante que os média assumem na nossa sociedade faz com que no contexto da recepção ganhe particular relevância a recepção do acontecimento e respectiva apropriação pelos média.

3.3. - O Acontecimento Mediático

A situação do acontecimento, em função da sua estrutura, faz-se relativamente a três tempos diferentes situados face a um contínuo homogéneo. Um tempo-passado, um tempo-presente e um tempo-futuro. O acontecimento está sempre em contacto com estes três tempos, mas o discurso do acontecimento é o discurso do presente.

O acontecimento é a determinação de um instante espaço-temporal definido: quanto maior é a demarcação que o acontecimento faz no tempo, maior é o seu interesse mediático.

Nos nossos dias, o relato do tempo é apanágio do jornalista, é a ele que cabe, em grande parte, a produção e reprodução das representações parciais e deformadas que uma sociedade produz sobre si própria. O redimensionamento do acontecimento para uma nova escala global não é, no entanto, um processo vinculado, exclusivamente, aos escritores-historiadores dos nossos dias. Esse processo dá-se, em primeiro lugar, como resultado de alterações nos média de percepção e de difusão, e, em segundo lugar, como uma alteração nos campos de funcionamento e normatividade dos próprios média. Não são os meios mediáticos que criam acontecimentos, são os acontecimentos que criam meios mediáticos. O processo inverso é já uma consequência do primeiro.

O acontecimento mediático é limitado ao campo de actuação dos média? Tentar responder a esta pergunta implica responder sobre o estatuto desse tipo de acontecimento. Embora se enquadre na estrutura geral definida para o acontecimento, o acontecimento mediático representa todo um novo conjunto de premissas de produção e reprodução.

Para se começar a compreender a natureza do acontecimento mediático deve-se regressar à estrutura definida, e ver quais os aspectos que se vão manter no novo acontecimento.

A minha percepção orientada fixa-se num instante temporal. A minha experiência pessoal é alterada por uma mudança de estados que marca esse momento como um acontecimento na minha vida. O acontecimento mediático difere no tipo de percepção que provoca. Contra o tempo pessoal ergue-se um tempo mediático que associa a necessidade de informação, criada pelas instituições do espaço público, a um conjunto de valores que se impõem sobre a experiência pessoal, como significantes do acesso mais alargado à realidade. É a resposta a uma ânsia de racionalização. O tempo mediático é o do acontecimento em grande escala, mais importante que acontecimentos pessoais que só a mim dizem respeito, mas é, simultaneamente, um tempo que reduz todas as suas escalas à medida do acontecimento. O fluxo de informação sobre a realidade reduz-se à duração de um instante. Passemos, então, a ver as duas condições de criação do acontecimento mediático.

A noção de mediatizado recai sobre o espaço público democratizado, surgido com a modernidade. As evoluções da democracia de massas transformaram o espaço público num espaço alargado, onde os média contribuem cada vez mais para esse alargamento e onde o seu desempenho é cada vez maior e mais importante. Os média são os actores essenciais deste espaço; e esse espaço não funciona sem o papel que os média nele representam.

Este espaço encerra em si alguns paradoxos: “A contradição principal da nossa sociedade e o seu interesse está em gerir duas dimensões opostas (...) Este espaço público

remete para uma sociedade aberta, urbanizada, na qual as relações sociais estão marcadas por uma forte valorização do indivíduo (...) Mas este espaço caracteriza-se, também, pela organização de massas, tanto no plano do trabalho, como no do consumo, dos tempos livres ou da educação.” (Wolton, 1993). A existência destas contradições pressupõe a existência de um espaço mediatizado, com capacidade de gerir estas características contraditórias.

A relação com o próximo e com o todo, essencial ao funcionamento destas sociedades, destina à informação um papel preponderante no seu interior. É a informação que alarga os horizontes de conhecimentos particulares, é a informação que mantém comunidades de interpretação e partilha de valores existenciais. A informação é vital. O conhecimento da realidade depende cada vez mais do conhecimento dessa informação, e cada vez menos da experiência pessoal.

O acontecimento mediático vive igualmente no presente. A rapidez do acontecimento, a sucessão de durações equivale a uma ânsia racional, criada pela informação, de querer saber tudo sobre tudo. A experiência pessoal do acontecimento está definitivamente subalternizada. Numa sociedade onde se comunica cada vez mais e onde essa comunicação tem cada vez mais importância, a racionalização e partilha de discursos sobre a realidade exige a partilha de acontecimentos produzidos e difundidos num tempo mediático.

É este papel dos média, enquanto actores no espaço mediatizado, que leva Adriano Rodrigues a dizer: “ao relatarem um acontecimento, os média, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento, como um novo acontecimento que vem integrar o mundo” (Traquina, 2000). O discurso mediático

perspectiva o acontecimento no tempo presente, tal como acontecia com o acontecimento pessoal, mas para que um acontecimento se possa introduzir nesse discurso, não lhe basta a pertença ao universo de condições descritas. Há todo um conjunto de características formais que devem ser respeitadas.

Um autor fundamental nas definições dessas características formais é Katz. Através do estudo de diversos acontecimentos mediáticos particulares, Katz chegou à definição de um conjunto de premissas formais de organização de um acontecimento mediático, a saber:

- a) São acontecimentos radiodifundidos ao vivo. O espectador é transportado ao local do acontecimento. A preponderância dos média audiovisuais está muito pouco presente ao longo de todo o processo da UL e só se verifica efectivamente no evento catalisador da ocupação, nomeadamente através da cobertura do acontecimento pela RTP, à data a única estação de televisão do País. Apesar de tal ausência relativa da presença dos média audiovisuais na recepção a este acontecimento particular também se deve à dimensão muito reduzida que tal sector tinha no conjunto da comunicação social do País, então ainda claramente dominado pela imprensa escrita, não nos devemos esquecer que tal também se deve à menor importância que as temáticas educativas sempre tiveram na paisagem mediática nacional.
- b) Não são acontecimentos iniciados pelos média. Os média transformam o acontecimento num processo de transmissão.
- c) O acontecimento tem uma carga simbólica e dramática muito forte. Tem importância para o discurso da comunidade, responde às suas concepções do tempo e às suas necessidades de eventos que marquem esse tempo.

- d) Insistem na presença do observador como fundamental para a sua validação e como fundamental para a validação da experiência dos observadores. Há uma norma social que torna o acto de assistir obrigatório.
- e) Enquadram-se num dado tempo e espaço. Só este enquadramento permite a mediatização e a fixação do instante.
- f) Estes acontecimentos põem em destaque uma figura, ou um grupo, com características especiais e até heróicas.

O acontecimento mediático é um momento ritual e quase sagrado da vida do espaço público. Não são acontecimentos que se refiram a conflitos pessoais, mas sim ao todo da sociedade. A resposta emocional dos espectadores justifica um acontecimento mediático.

Da definição de Katz tiram-se três premissas: a importância do directo, o “colar” do acontecimento a um discurso político e institucionalizado no espaço público, a importância dos média como actores, elementos de dramatização e teatralização do acontecimento.

Destes três elementos, o primeiro é, como já vimos, o único que está presente em menor escala no acontecimento da UL. O colar do acontecimento ao discurso político preponderante no espaço público faz-se como antítese do mesmo e os elementos de teatralização e dramatização do acontecimento são garantidos pelos estudantes e todos os episódios rocambolescos que se produzem de que um exemplo significativo será o dos disparos produzidos numa tentativa de despejar os ocupantes.

O valor da duração temporal sobre o acontecimento pessoal é essencial. É o todo contínuo que permite o demarcar de um instante particular. Com o directo, ela perde todo

o valor, é negada na produção e no consumo da informação, porque o valor do tempo mediático assenta no novo e no instante marcante. Torna-se visível o porquê da rápida sucessão de acontecimentos. Salta-se de instante em instante, sempre à procura de novos directos. O tempo reduz-se à duração do directo. O resultado é a banalização do directo e a sua fixação como objecto privilegiado de percepção e selecção de conhecimentos, em desfavor do conhecimento da experiência pessoal.

O domínio de um conhecimento da realidade mediatizado, ligado à informação e cada vez menos dependente da experiência, impõe a utilização de um discurso comum e de códigos partilháveis. Esses códigos só podem corresponder ao discurso vigente e dominante no espaço público, e esse é o discurso político. “O preço a pagar pelo alargamento do espaço público é, pois, a predominância do discurso político, o único compreendido por todos” (Wolton, 1993). A comunicação mediatizada tem tendência a encerrar-se nas fronteiras de um só discurso.

A terceira consequência extraída da definição do campo do acontecimento mediático respeita ao resto do trabalho. O papel dos média, a sua influência sobre o visível, sobre a organização do tempo e sobre os indivíduos.

3.4. - Tornar o Tempo Visível

Para um historiador medieval, ou até para o senso comum contemporâneo, tudo aquilo que se situa na esfera do visível pertence ao presente e é, portanto, assimilável a uma esfera de conhecimento que se liga à percepção. A oposição entre visível e invisível faz-se em função de um esquema diacrónico, o corte sincrónico que representa o presente, faz-se sempre e é compreendido, em função da esfera total do invisível. Não se pode compreender o momento sem que se faça referência ao invisível. A fronteira entre estas duas esferas está, por um lado, no campo da percepção e, por outro lado, no campo da partilha comunicacional. A emergência de um momento não se processa sem uma união com o todo, e é a associação desses sucessivos momentos que lhes vai dar coerência.

De acordo com os princípios que se acabam de descrever, o acontecimento mediático seria a reprodução, para os nossos tempos, de uma certa forma de fazer história, a história dos eventos que acumula momentos importantes, justificando-os e descrevendo-os. Mas é precisamente porque não mantêm estas relações entre as esferas espaciais e temporais, que os média vêm alterar a percepção do visível.

No tempo de Ésquilo surge na Grécia Ateniense o género trágico. É o tempo do florescimento Grego e da edificação da *polis* como unidade fundamental da civilização. A tragédia devolve à poesia grega a capacidade de abarcar a unidade do todo humano. A tragédia excede o puro conteúdo lírico para se transformar em expressão do puro conteúdo do pensamento, quer na forma de exigência normativa para a comunidade, quer como expressão pessoal do indivíduo. A tragédia surge num tempo de decadência do género épico, que se vinha lentamente a esboroar numa pobre narração do que aconteceu

antes e depois de um dado momento histórico. É a poesia com atitude histórica, interessada na preservação das memórias.

É no interior deste processo de dissolução da forma épica na prosa, de uma crescente historização dos mitos e da vida, que surge a tragédia como uma nova afirmação conceptual do espírito na vida. A tragédia enraíza-se no mito e nas características artísticas formais do espírito grego: o coro, a dramatização e o rigor cénico.

A tragédia teve uma influência tremenda na vida do Estado Ático, a tal ponto de deixar de ser considerada como uma mera manifestação artística, para se transformar em responsável pelo espírito da comunidade. A tragédia concentra-se num breve decurso do acontecimento que se afasta da trama existencial do comum dos mortais, para criar um grande efeito de instantâneo, na concentração dramática representada ante os olhos e os ouvidos dos espectadores.

O que provocava o público era a emotividade representada, a força da *sympatheia* que suscita a participação. O motor da tragédia era o abalo provocado na vida dos homens por um destino enviado pelos deuses, manifestado no problema da *moira*. A acção, que se refere em primeiro lugar ao sofrimento humano, transforma-se na mais alta expressão da vontade divina. Aí a representação torna-se verdadeiramente trágica, é o mistério da dor convertido na representação do destino humano. No centro da representação está sempre a *hybris*, a desmedida, que conduz à ruína e o *kairos*, o momento significativo, que projecta toda uma existência. Na tragédia é o homem que transporta o destino, atormentado por forças que escapam ao seu controle.

Com as devidas ressalvas, podemos comparar o corte que a tragédia vem provocar com os antigos géneros artísticos e o corte que o acontecimento mediático vem provocar com as anteriores formas de visualização.

O discurso do acontecimento também só se pode assumir como visível, no momento em que reproduz um instante com significado para o espírito da comunidade. Tal como a tragédia representava o mito para a comunidade, os acontecimentos mediáticos vêm representar para a comunidade os factos mais marcantes da sua existência, carregados de imprevisibilidade e aleatoriedade. Um dos acontecimentos mais profundamente tratados por Katz é a visita de Sadat a Jerusalém, em Novembro de 1977, um acontecimento carregado de incertezas e carga dramática.

Quando os média integram esses acontecimentos no seu discurso, eles têm necessidade, tal como tinha Ésquilo, de criar uma encenação. Esta encenação permite ao acontecimento adquirir a visibilidade que o torna mediático.

Tal como a tragédia funcionava como um instrumento de regulação do espaço da *polis* e da sua vivência, o acontecimento também se transforma num instrumento de regularização e enquadramento do momento imprevisível do tempo na ordem racional dominante.

Se, por um lado, é a visibilidade adquirida pela encenação que torna o acontecimento mediático, por outro lado, essa fixação do instante exige uma encenação que permita criar uma visibilidade mediática. A visibilidade do presente exige que o acontecimento possa fixar esse mesmo tempo.

O acontecimento integra num instante presente fragmentos de experiências, que de seguida trabalha de acordo com as suas regras. Para poder proceder a esta integração

tem de distinguir, cuidadosamente, entre um “antes”, um “agora” e um “depois”. Lyotard localizou nesta integração a constituição específica e paradoxal do acontecimento: “Pelo facto de ser absoluto, o presente que apresenta não é apreensível: ainda não é, ou já não é presente” (Lyotard, 1997). A expressão do acontecimento seria, então, a expressão da incapacidade humana de dominar sobre o tempo.

Lyotard retorna ao problema da comunicação, tal como ela foi pensada pelos filósofos das *Luzes*, para, na compulsão para se comunicar, assegurar a comunicabilidade de coisas e discursos, encontrar um ponto de fuga ao problema. Esse ponto de fuga está representado pela *techné* e pela sua capacidade de controlo e melhoria das performances. Com a memória em expansão instalam-se novas capacidades de controlo do tempo e do espaço. A comunicação global torna-se uma realidade e com ela o tráfico e a apreensão global da informação. Quando esta memória se torna a memória de ninguém, à custa de tanta transmissão e informação, a banalização do directo já referida, inicia-se um processo de neutralização.

A neutralização do acontecimento faz-se por uma subordinação do presente ao futuro, pelo enquadramento do acontecimento numa trama, como era feito com o mito na tragédia, que lhe dá forma e o encerra. Para garantir a eficácia do processo recorre-se à tecnologia como instrumento.

Isolado do todo diacronónico pela sua visibilidade, pela pertença à hegemonia da comunidade e, finalmente, tecnicamente neutralizado, o acontecimento já não é um “agora”, é simplesmente mediático. “O que testemunha é o próprio acontecimento (...). O que memoriza ou retém, não é uma capacidade do espírito, nem mesmo a acessibilidade ao que acontece. No acontecimento, a presença inapreensível e indubitável de algo que é

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

diferente do espírito e que só acontece de vez em quando. É este tempo trabalhado que permanece incontornável” (Lyotard, 1997).

3.5. - O Tempo Mediático

Lyotard advoga uma posição extremamente negativa acerca destas tentativas da modernidade de controlar o tempo, defendendo uma atitude de resistência a esses processos, que qualifica de pós-modernos (Lyotard, 1997). Para Lyotard o que caracteriza o acontecimento mediático, a sua faceta de neutralizado, é a sua libertação das condições imediatas de recepção no tempo e no espaço. Acontecimento deixa de corresponder ao instante e passa a referir-se exclusivamente ao novo.

O tempo mediático seria o tempo de recolocação do instante em relação a um novo presente, e de objectivação do acontecimento no tempo, em relação à sua difusão. Esta recolocação constante em relação a um novo, implicaria a tendência para a repetição exaustiva; e a objectivação, afastada a hipótese de apreender o presente, como se referiu anteriormente, corresponderia à utilização das novas tecnologias, para se proceder à instrumentalização do acontecimento.

Lyotard põe a descoberto algumas das principais características da relação entre o acontecimento e o seu procedimento no tempo, nomeadamente o papel das novas tecnologias. Mas é, precisamente, quando se refere à neutralização do acontecimento pela tecnologia, que a sua argumentação parece resvalar para uma resistência, que define o acontecimento como ponto no esquema diacrónico, impossível de capturar sem a referência ao todo. Novamente o regresso à perspectiva de uma história de eventos.

Um autor que, partindo da mesma base, a alteração das condições espaço-temporais de recepção do acontecimento, não recusa esta característica neutra do acontecimento, e, pelo contrário mergulha na análise da sua estrutura, é Paul Virilio. No

seu texto, “A Inércia Polar” (Virilio, 1992), este autor faz um diagnóstico profundo das consequências e relações deste novo posicionamento do acontecimento.

Para compreender correctamente a análise de Virilio, convém, em primeiro lugar, definir a distinção em que assentam todas as suas premissas. Essa distinção é a de que vivemos num novo “tempo”, onde já não se podem forjar análises à custa do “tempo” anterior.

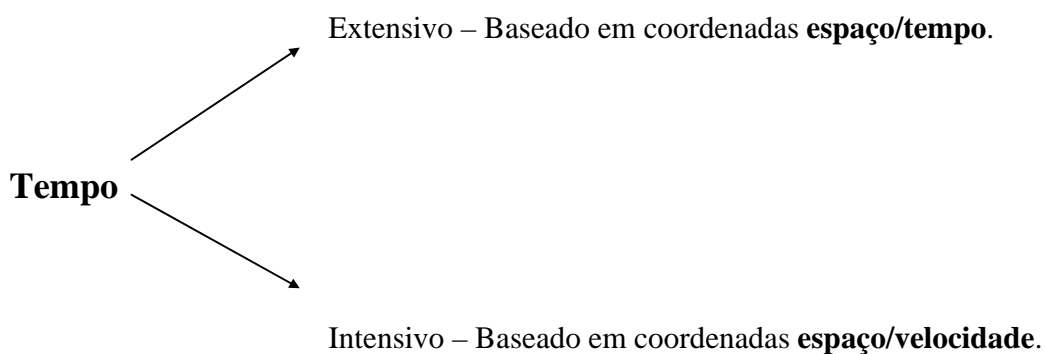


Figura 3 – Definição de “tempo” com base na teoria de Virilio

Virilio parte deste pressuposto de que já não vivemos num tempo extensivo, mas sim num tempo intensivo. Vejamos, então, como é que o tempo “abandonou o seu próprio barco”.

Vivemos hoje o tempo da apresentação, o tempo do visível. Neste novo tempo, a presença em directo da tele-realidade suplanta a realidade da presença no espaço real. É a imagem que se impõe sobre o objecto e os sujeitos reais. Para a imagem, o que importa é o trajecto e a **velocidade** da sua transmissão. Nos nossos dias, o veículo mais importante é a imagem em tempo real. O tempo desaparece como coordenada porque: a distância temporal é afastada em favor da distância da velocidade, e porque já não há necessidade do tempo para se definir uma coordenada no espaço.

A velocidade diz respeito à relação entre fenómenos transmitidos. O valor do fenómeno é dado pela presença, num dado ponto, de um observador potencial. A velocidade de transmissão põe cada vez mais à disposição um maior conjunto de acontecimentos. A velocidade é uma velocidade audio-visual.

Neste novo tempo intensivo, o domínio pertence às telecomunicações, a quem também Lyotard atribuía um papel fundamental. Só que com Virilio, elas já não são só um mero instrumento, elas transformam-se no próprio meio do tempo. Vive-se o tempo de uma instantaneidade sem história.

As telecomunicações são para o autor o motor de uma nova realidade de representação. Elas transportam uma energia cinemática que convoca para uma nova percepção - **A tele-representação instantânea do mundo presente** - onde a imagem se torna no único referente da percepção. Não já directo ou referente, mas apenas imagens de acontecimentos.

Para que se convertam no meio do tempo, as telecomunicações têm de se definir como único meio de transporte. Fazem-no à custa de uma inseparabilidade mediática, e de uma interacção com o real, que acaba com distinções entre próximo e longínquo e convida o telespectador a assumi-las como a sua referência espaço-temporal.

“Quanto mais imagens há para ver, menos as olhamos” (Virilio, 1992). Se as telecomunicações não conseguem cativar pelas suas imagens, elas cativam enquanto meio de iluminação dos lugares. Elas tornam-se mais verdadeiras que a realidade e dissipam a distância espaço. A relação mediática ultrapassa agora a contradição interna do espaço público entre massas e indivíduos, que se referia no início. Ela torna-se numa

relação face-a-face, onde ao olhar é, supostamente, dado todo o poder de qualificação da imagem.

A imagem mediática não é, no entanto, algo de controlável pelo indivíduo, ela é da ordem da exposição, sem referência. Está, definitivamente, rompido o laço com o tempo histórico. O tempo visível já não é histórico, é sim substituído por um tempo que se expõe à velocidade absoluta da luz. Mas como os indivíduos ainda ordenam o seu tempo diacronicamente, julgam poder ordenar, sucessivamente, as suas imagens.

Para ultrapassar o problema, apresentado por Lyotard, da impossibilidade de capturar o presente, Virilio substitui os três tempos clássicos: passado-presente-futuro, por novos cânones: aceleração-desaceleração. O tempo que era ordem de sucessão, torna-se ordem de exposição. “Sistemas de representação de um mundo físico, onde futuro, presente e passado se convertem em figuras conjuntas de sub-exposição, exposição e sobre-exposição” (Virilio, 1992).

Esclarecer, completamente, o problema do processo de neutralização do instante temporal, exige a Virilio que se debata com a noção essencial de **duração**. Quando no tempo extensivo, cuja estrutura se definiu, o acontecimento correspondia a uma desocultação da duração, a um momento presente que se evidencia, agora o visível corresponde a intensidades maiores ou menores de luz. Com isto quer-se dizer, a uma maior ou menor exposição, apoiada numa maior ou menor velocidade de transmissão.

Os momentos sucessivos estão compreendidos numa única percepção, a medida da duração não é a sucessão, mas sim o aprofundamento desta percepção. Neste tempo real de interactividade, o campo ideal de neutralização é o do directo, característica primeira do acontecimento mediático. No novo ambiente virtual, as técnicas de

comunicação que possibilitam o directo, fazem deste, simultaneamente, ponto de chegada e de partida, origem e fim. A neutralização completa-se.

No novo tempo que vem à superfície, a captação de imagens assinala as condições da experiência. É pela sua difusão em massa que se instaura o domínio das novas tecnologias sobre a percepção. Esta percepção faz-se agora em tempo real, porque a transmissão, em directo, das aparências das coisas, substitui a antiga aparência das coisas no espaço real. O homem exerce um controle, em primeiro lugar sobre a sua percepção, e de seguida, sobre o *medium* temporal dessa percepção. Controlar o tempo é controlar a forma como vemos.

A definição de uma realidade mais directa, é acompanhada pela definição da frequência-tempo da luz, como factor determinante da percepção dos fenómenos, em desfavor da frequência-espaço da matéria. A medida do tempo está na frequência da projecção de imagens num écran.

“A luz provoca uma transparência extraordinária, onde o tempo real da imagem se sobrepõe ao espaço real da visão, sucedendo as aparências instantaneamente transmitidas, à iluminação habitual dos lugares” (Sfez, 2000).

A nova definição de tempo, não é já a de um tempo que passa, mas antes, a de um tempo que se expõe. Um tempo de exposição, que sucede ao tempo da sucessão histórica, pelo valor da sua velocidade de iluminação dos acontecimentos.

3.6. - O Homem Mediático

Um elemento, sempre presente ao longo da exposição, foi o do espectáculo. Katz reconhece um papel de teatralização nos média. Os média como vinculando o espectáculo ao acontecimento. Virilio diz que o instante mediatizado se encena num palco como um espectáculo, e por último, afirmou-se que a visibilidade do acontecimento exige uma encenação que o suporte. A encenação do acontecimento tem uma relação estreita com a afirmação de um homem mediático. O homem colocado perante o espectáculo é alguém, que além de passar pela alteração de estados, própria do acontecimento, se vê envolvido num jogo complexo de “tratamento” da forma como lida com a realidade.

Uma referência incontornável sobre o espectáculo, apesar das vicissitudes da personagem, é Debord. Este autor dedicou uma obra à “Sociedade do Espectáculo”, onde naturalmente o tratamento espectacular do tempo não lhe escapou.

Debord analisa o tempo como um produto da mediação social. O tempo mercadoria corresponde ao tempo cronológico do poder instalado, ao tempo burguês. Este tempo mercadoria dá na sociedade origem a um tempo pseudo-cíclico. Um tempo ordenado e mostrado pela indústria do capital. É este tempo pseudo-cíclico que é, pelo facto de ser consumível, espectacular. Espectacular porque tempo de consumo de imagens, e imagem do consumo no tempo. O espectáculo está no consumo de imagens. Se, a esta premissa, acrescentarmos o valor do novo e de velocidade, definidos para o instante, estamos próximos da justificação para o consumo vertiginoso de acontecimentos pela sociedade.

O espectáculo faz uma publicidade aos acontecimentos do tempo, das imagens daqueles que realizam a ordenação do tempo. Assim, o espectáculo inviabiliza uma

história pessoal, aliena o acontecimento pessoal do tempo, pela eliminação da memória e da experiência pessoal, enquanto relevantes para o tempo. Importa reter esta ideia de alienação pelo consumo de imagens, como paralela à ideia de Virilio de que a captação de imagens é a captação do tempo.

Um acontecimento emblemático do espectáculo mediático foi a guerra do Golfo, travada em 1991 entre o Iraque e uma coligação internacional ao abrigo de um mandato das Nações Unidas.

Num tempo de transparência comunicacional total, como a ele se refere Virilio, esta guerra veio esclarecer algumas teorias e deitar outras por terra. Na segunda situação encontramos o Filósofo Baudrillard, que ao abrigo da tese de que o mundo contemporâneo consiste na exclusão de qualquer forma de conflito antagónico, elaborou uma previsão de que a guerra do Golfo nunca se daria. Na primeira situação encontramos, em parte, Virilio. Esta guerra veio provar a integração entre os média e as redes de informação a uma escala global nunca vista. Esta guerra veio provar que nenhuma acção pode, nos nossos dias, ser conduzida no espaço público, se não se apoiar numa estratégia de comunicação. Mas ela veio também provar que a omnipresença dos média, nada pode contra a impossibilidade de se saber tudo. Aí entra em jogo o espectáculo.

O espectáculo das máquinas de guerra, que os especialistas nos explicavam nos telejornais, o espectáculo da forma com se fazia a guerra (quem é que se esqueceu dos bombardeamentos cirúrgicos?) e, por último, o espectáculo da própria guerra em directo. Ao telespectador só compete deixar-se arrastar pela sua inércia e ficar em frente ao écran.

A guerra em “directo” foi um grande cozido de todos os ingredientes que Katz determina para o acontecimento mediático. Ela foi também uma grande encenação, que

tal tragédia grega, veio regulamentar e apresentar a guerra irracional, ao telespectador calmamente sentado no seu sofá.

O fascínio e o drama provocados pelas máquinas na TV foram algo nunca visto. Desenvolveu-se um dispositivo mediático de esmagamento da realidade pelo imaginário, só possibilitado por uma lógica de espectáculo num tempo mediático. Mas ao espectáculo dos primeiros dias, cede lugar um medo cada vez maior de um público que, num contexto tão dramatizado, não consegue resistir ao impacto psicológico da guerra, que já percebe como realmente combatida. As intenções da comunicação e as reacções do público divergiram em sentidos opostos.

A mundialização das técnicas de comunicação tinha induzido a ideia de que qualquer acontecimento importante, que se desse em qualquer ponto do globo, podia ser coberto, transmitido e compreendido pelo espectador em casa. Mas era com este factor de rejeição, com a falta de interesse de um público excessivamente carregado de imagens mediáticas, que os média não contavam. A relação entre o aumento da produção, qualidade e difusão da informação, é acompanhada por condições de recepção cada vez mais complexas. “À abertura da comunicação opõe-se o retraimento da recepção”.

Das três fases da mensagem, a recepção é hoje a mais complexa. A principal razão para isto, reside no facto de, num tempo mediático, a recepção continuar a necessitar de certas durações para conseguir aceder a uma significação. É preciso tempo para compreender, e esse tempo é certamente um tempo extensivo, mais “longo” que o tempo intensivo da produção e difusão da informação.

Face às imagens “tradicionais de guerra”, que o público compreende, porque ainda se referem a outros “tempos”, perde-se a neutralização do acontecimento, o público

percebe que esta guerra não é diferente. O efeito de distanciamento do real e da neutralização cai por terra. Em seu lugar ergue-se a resposta emotiva de um público que não quer ver mais guerras a entrarem-lhe pela porta adentro.

A esperança mediática de enquadrar o acontecimento nos limites regulamentares do espaço público, e de reflectir as posições da racionalidade instalada e dominante, cai por terra perante a resposta emotiva e interessada de um público que toma posição e já não se consegue manter neutro. A estratégia mediática consegue captar o interesse dos públicos, mas não na direcção desejada. A identificação de cada um com o olhar mediático dispensa qualquer intervenção, a TV é efectivamente uma iluminação, quase divina, de lugares e acontecimentos.

A demarcação estabelece-se, pois, entre rapidez de informação e capacidade de recepção, entre mundialização técnica e recepções particulares, que se espartilham em códigos de identificação, que raramente são mundializantes. Porque a descodificação e interpretação do acontecimento não é um processo mediático, mas, sim, um processo social, a produção de informação tem de evidenciar o espectáculo, para levar o espectador à conclusão de que “já não há mais nada para dizer, está tudo dito”.

O principal problema do acontecimento mediático é: exige do lado da recepção uma emotividade envolvente, que a sua neutralidade do instante temporal provocada pelas novas tecnologias, não pode permitir. Caso o faça, em busca do interesse público essencial à sobrevivência do acontecimento, o acontecimento escapa da trama temporal da neutralidade para o esquema temporal extensivo. Quando isto acontece perde o controle sobre os seus públicos, e falha nos seus objectivos de normatividade do espaço público, de memorização de massa e de veículo das imagens da ideologia dominante.

O espectáculo permite extrair algumas conclusões acerca do problema do acontecimento e do problema colocado, devendo-se retirar algumas perguntas acerca do papel do autor da comunicação: o homem mediático.

O tempo cronológico é sempre o regime do ser presente, aqui e agora. Quando se produz o tempo intensivo, introduz-se por essa velocidade de presença do ser, a velocidade de adquirir informação, que o torna consciente da presença, porque a velocidade da percepção está em relação devedora com a luz que tudo ilumina. No tempo extensivo é o presente que identifica algo de vivo. O presente identifica-se com a consciência da duração, aqui ainda há um espaço para a diferença. E no tempo intensivo?

Se aceitarmos que pensar consiste em receber o acontecimento, este problema é fundamental. É partindo desta premissa que Lyotard define uma atitude de resistência face às tentativas de controlar o tempo, elas são, indirectamente, tentativas de controlar o pensamento. Derrida pensou esta diferença num tempo cronológico “No princípio era vestígio”. Este vestígio não se refere a uma presença, as diferenças que estruturam o campo da experiência humana já têm, por sua vez, origem numa diferença, mas precisamente, porque opõe diferença e presença, numa tentativa de recusa dos arquétipos da metafísica, Derrida afasta-se da questão da diferença como constituinte da possibilidade de presença no tempo.

O pensamento da diferença de Derrida vai caminhar para o isolamento de dois corpos distintos: o da arquiestrutura e o do simulacro. É este último que nos interessa. Deleuze isolou este segundo polo, e diz que a diferença não se faz sobre um primeiro vestígio, mas dá sim lugar, à diferença do simulacro. É o simulacro que se deve pensar. Quais as possibilidades de pensar uma experiência da diferença no tempo intensivo?

Como é que se pode visualizar o traço da presença num acontecimento que constantemente nos escapa, num presente neutralizado e sempre novo? Heidegger respondeu a estas questões, colocando o ser do *dasein* num movimento de transcendência, fazendo-o sair de si; esta transcendência originária é a temporalidade. O *dasein* existe na temporalização, e, se existe de um modo originário e autêntico, projecta-se para o futuro. O horizonte do ser é o tempo. Este tempo é um tempo de passado-presente-futuro, mas não é um tempo físico. “Mais objectivo que qualquer objecto possível, posto que é condição da possibilidade do ente intramundano (...) e mais subjectivo que qualquer sujeito possível” (Vattimo, 1985).

As condições mediáticas descritas afectam inevitavelmente a recepção de um acontecimento, particularmente do acontecimento mediático, e criam em função da estrutura temporal descrita, a necessidade de uma narrativa que suporte a veiculação do acontecimento.

O acontecimento mediático não é um aspecto formal da comunicação, ou um pequeno aparte no grande esquema mediático. O acontecimento corresponde ao cerne da actividade mediática do nosso tempo e tal como noutros casos, também no caso da UL é a narração do acontecimento que determina parte da nossa visão contemporânea do mesmo e as consequências que ele teve no seu tempo.

3.7 – Tempo e Narrativas no acontecimento mediático

Nas narrativas de imprensa ressaltam dois aspectos: a) a identificação do acontecimento e a percepção das suas consequências orientam a construção de uma textura causal e de um sistema de motivações, assim como a organização de um contexto; b) a partir do momento em que o acontecimento, as suas circunstâncias, as suas causas e os seus efeitos estão rodeadas numa mesma trama ou discurso do média, esta fornece não somente uma base de sentido como uma explicação para o acontecimento.

As teses narrativistas de autores como Paul Ricoeur (1983) sustentam que contar é já explicar. Ou seja, a narrativa não é uma lista de acontecimentos sem ligação. A intriga opera uma conexão de tipo causal entre os acontecimentos, efectuando a transição entre contar e explicar. Contar o que aconteceu é já explicar porque aconteceu.

Num exemplo paradigmático encontramos o relato dos disparos feitos pela PSP para expulsar os alunos das instalações da Universidade produzidos no jornal “Comércio do Porto” em 24 de Março de 1985 (id. 6375. tabela 1). Mais do que uma descrição, a notícia produz uma explicação para o facto de os estudantes não se terem intimidado com os disparos – um facto que em si mesmo temos de reconhecer como naturalmente intimidador.

Nas nossas comunidades a narrativa é um modo de compreensão mútua e tal processo acentua-se em sociedades em forte convulsão como era o caso da sociedade Portuguesa do período. Compreender a experiência temporal através do contar é explicar como e porquê é que determinada acção foi conduzida, por quem, porquê e em que circunstâncias.

A frase narrativa produzida pelo média dá já uma explicação, introduzindo simultaneamente o que pode ser entendido como uma intriga.

A relevância que a explicação do média atinge na comunidade contemporânea em função da importância da comunicação para a própria organização da vida colectiva, determina que os média se tenham transformado nos nossos dias na estrutura responsável pela produção de narrativas sobre o acontecimento histórico e consequentes explicações (Danto, 1965).

É a temporalidade própria da narrativa – o tempo narrado – e a existência do ponto de vista do narrador, que melhor dão conta da diferença entre o testemunho ou a descrição directa e a acção de narrar. O facto de um acontecimento ser significativo à luz das suas consequências ou de acontecimentos futuros, demonstra que a perspectiva segundo a qual os agentes consideram as suas próprias acções é relativamente secundária. O que importa para a história de um acontecimento é o inquérito sobre as suas consequências, mais do que sobre os agentes e as suas motivações ou razões. A narrativa, nomeadamente aquela que é produzida pelos média é a melhor forma de descrever as consequências de uma acção.

No relato da imprensa o acontecimento é estruturado a partir de algumas consequências ou de alguns resultados conhecidos e em função de um ponto de vista. Ou seja, diferentes média produzirão sobre um mesmo acontecimento diferentes narrativas consoante o seu ponto de vista sobre esse acontecimento. Consoante a relevância social do média, assim perdurará no tempo a descrição, e logo a significação, de um acontecimento que for produzida por esse média e não por outro.

Um acontecimento pode sempre vir a ter recepções públicas posteriores que o enquadram num conjunto organizado de que fazem parte outros acontecimentos e peripécias. No caso particular do processo da “Livre” foram muitas as recepções posteriores do acontecimento, mas as mesmas não vieram alterar substancialmente a significação criada no período.

A narrativa dos média não relata os acontecimentos de acordo com uma ordem temporal. Ela ordena-os e combina-os de diversos modos e estabelece várias relações que procuram sustentar a explicação geral motivada pelo ponto de vista próprio do autor da narrativa. Pode acontecer que a narrativa contenha uma crónica de sequências temporais. Contudo, a sua ordenação faz-se de um modo distinto daquele que seria próprio da crónica, por relações causais. A anterioridade das causas confunde-se com a ordem temporal mas é ela que organiza a dimensão explicativa da narrativa.

Quando em 30/03 de 1985 o “Diário de Notícias” titula que após reunião com o Ministro a Universidade foi desocupada (id. 5960, tabela 1), é totalmente indiferente se houve efectivamente qualquer relação entre a reunião e a desocupação. Para a narrativa deste jornal o que interessa é a causalidade entre os dois eventos e não a sua sequência temporal.

A narrativa dos média articula, então, uma dimensão cronológica com uma dimensão configuracional que desenha a forma que a narrativa institui enquanto totalidade temporal inteligível.

4 – A recepção nos média do conflito da Universidade

Livre

4.1. – Recepção e Acontecimento Mediático

A configuração dos acontecimentos é desde o seu início dependente da maneira como as pessoas os recebem, se apropriam deles, lhes respondem, os narram. Na recepção assiste-se a uma reelaboração de sentido e apropriação original da informação existente, na medida em que as pessoas atribuem significações ao que aconteceu e aplicam na sua experiência e nas suas práticas de compreensão dos acontecimentos, o modo como os vivem e como estes os afectam.

O acontecimento temporaliza-se em descrições que, no caso das descrições dos média, se organizam em função da explicação que estes fazem do sucedido assim propondo uma nova inteligibilidade para o acontecimento. A configuração do acontecimento público integra, por isso, o momento da sua produção e o da sua recepção. Enquanto o primeiro se refere ao tempo das ocorrências, a recepção prolonga-se no tempo, na medida em que a construção pública do sentido do acontecimento continua enquanto surgem novas interpretações.

A consideração de todo o processo da Universidade Livre como um único acontecimento público, é algo que não faz sentido nem corresponde à organização temporal da recepção da vida da instituição.

A nossa análise situa dois acontecimentos públicos centrais para a vida da instituição: o conflito em torno da eleição de um novo reitor, em Outubro de 1981, e a ocupação das instalações da Universidade em Março de 1985. A quase totalidade das

presenças da Universidade nos média correspondem a diferentes instantes da recepção destes dois acontecimentos, sendo que o acontecimento central para a nossa análise é como já referimos o de 1985 (ver tabela 1). A importância deste acontecimento central advém essencialmente do facto de ser ele que marca a assunção efectiva de uma acção colectiva tendo como objectivo a resolução da crise vivida na instituição ao longo de vários anos.

A publicitação de um acontecimento ou problema corresponde à sua entrada em cena e à sua recepção. Tal processo realiza-se nos meios de comunicação social mas não se limita a eles. A construção de problemas públicos é um processo que excede os média na medida em que implica a participação dos protagonistas na definição do que está em jogo e mobiliza em última instância a acção colectiva em ordem à resolução do problema.

Todo o processo da Universidade Livre configura esta definição de problema público na medida em que ao longo dos anos se vão definindo os vários actores – o grupo empresarial e o grupo académico; professores e alunos; poder político e outros actores do sector educativo – que constituem, no essencial, os intervenientes em todo o processo de recepção do problema e acontecimentos associados.

Os actores do processo da Universidade Livre são sempre os sujeitos das diversas notícias que vão surgindo ao longo dos anos (ex. “A tarde” – id 6492 de 28.03.85 – “Ministro da Educação recebe alunos da Universidade Livre”; “Comércio do Porto” – id.3384 de 18.12.81 – “na Universidade Livre de Lisboa alunos afirmam confiança no reitor e no corpo docente”) e assumem particular relevância no acontecimento central do processo: a ocupação (ex. “Jornal de Notícias” – id. 6201 de 23.03.1985 – “Um conflito

que se agudiza: Alunos ocupam a Universidade Livre de Lisboa) por via da sua acção colectiva.

A acção colectiva (Gusfield, 1981) está ligada ao carácter colectivo da acção desenvolvida pelos actores que são os sujeitos dessas acções assim como comporta ao mesmo tempo um aspecto dramático (ex. Jornal de Notícias – id. 3084 de 16.12.1981 “Mais uma intervenção policial na CEUL. Opositores “tomaram” a universidade Livre”; Expresso – id. 4347 de 09.01.1982 “Universidade livre: Cisma dos reitores na origem de secretaria fantasma”; Diário de Notícias – id.5956 de 24.03.1985 – “Ocupação da Universidade Livre mantida por alunos de Direito Cena de tiros não causou vítimas”).

A acção colectiva constitui um modo de tratar, resolver ou modificar as situações problemáticas, constituindo a acção pública do tipo da ocupação das instalações da Universidade, uma modalidade dessa forma de acção colectiva.

Uma vez constituído um problema público ou uma situação problemática que fixa sobre si a atenção de um público, reclamando das instituições, associações ou poderes públicos o dever da sua resolução, a acção pública organiza-se a fim de o tratar ou resolver. Conforme podemos comprovar no gráfico 7 (ver gráfico 7) a problemática começa a surgir em 1981 com o agudizar do conflito entre os dois grupos em confronto em torno da eleição do novo Reitor. Só a partir do momento em que atinge os média é que a mesma se torna um problema público na medida em que passa a reclamar a atenção do espaço público e respectivos actores. É em função desta análise que o nosso argumento central sustenta que é a recepção pública do processo da Universidade Livre que transforma o mesmo num problema público, determinando não só o desenlace deste

problema particular mas também parte do discurso e da significação simbólica futura do ensino superior privado.

A acção pública dirige-se ao juízo do público e é legitimada em referência a critérios ético-jurídicos e a expectativas colectivas. Os dois traços característicos das acções públicas são: a) desenrolam-se sobre uma cena pública e perante um público, assim como participam de um drama em curso; b) são recebidas e julgadas pelo público. Nesta medida, é “pública” a acção colectiva que se desenvolve numa cena pública que é dramatizada e que é submetida ao juízo da opinião pública, convocando subseqüentemente a acção do poder público e a construção de uma significação pública com base nas descrições sustentadas pelos média em torno da acção colectiva desenvolvida.

A recepção do acontecimento central do processo da Universidade Livre, atinge o seu culminar com esta intervenção do poder político que assinala o desenlace da acção pública. Assim, a publicação do DecretoLei n.º 100-B/85 pode e deve essencialmente ser entendida no contexto da acção pública que desencadeia o acontecimento e a sua posterior recepção.

A nossa análise da recepção de todo o processo na imprensa cingiu-se ao período de vida da Universidade na medida em que só esse é central para a validação da hipótese de trabalho. A nossa análise recaiu sobre publicações noticiosas e anúncio de imprensa que assumissem a forma de comunicados relevantes para a significação pública do processo.

A análise da recepção do processo da Universidade Livre bem como dos respectivos acontecimentos centrais e acções públicas que os motivam, não pode nem

deve ser desenquadrada do contexto global de recepção das problemáticas relacionadas com a evolução do sistema social do ensino (Bourdieu, 1999). No contexto do período e conforme se pode observar no gráfico abaixo (ver gráfico 4), as temáticas dominantes são aquelas que lidam com o ensino público, as que se referem ao ensino privado e finalmente as que lidam com os problemas do acesso ao ensino superior.

Embora as temáticas “ensino público” e “outros” atinjam valores muito superiores às do ensino privado e do acesso, o facto de sobre estes intitulados se ter optado por abrigar um vasto conjunto de temáticas institucionais, enquanto que nos casos do privado estamos só a lidar com o processo da Universidade Livre e temáticas relacionadas com a Universidade Católica, e no caso do acesso só directamente com problemáticas relacionadas com o acesso, leva-nos a afirmar que isoladamente considerados os temas do processo da Universidade Livre e do acesso ao ensino superior são os que maior presença continuada têm nos média ao longo de todo este período.

A justificação para este facto deve ser compreendida no contexto da evolução do ensino superior em Portugal no período, onde a relação entre oferta e procura é o principal denominador do processo evolutivo. Ou seja, as razões que explicam o sucesso da Universidade Livre – a existência de uma massa considerável de alunos excluídos do ensino público por incapacidade da oferta – são também as que explicam as preocupações com as questões do acesso – nestes casos com a criação de mecanismos que permitissem controlar a forma de acomodar na oferta existente a procura.

O ensino privado surge no contexto do período como uma forma de solucionar um problema para o qual o Estado não tinha capacidade de resposta – a existência de uma dimensão de procura muito superior à da oferta. Ao ser criado em parte como fruto de

uma circunstância específica do mercado, o ensino privado tem nas razões do seu sucesso inicial as causas do quadro de descrição que sobre ele é traçado em todos os processos colectivos de recepção. Os média fazem eco desta tensão entre oferta e procura e promovem por via do volume de recepção que dão ao processo da UL, uma crítica pública à política seguida pelo Estado.

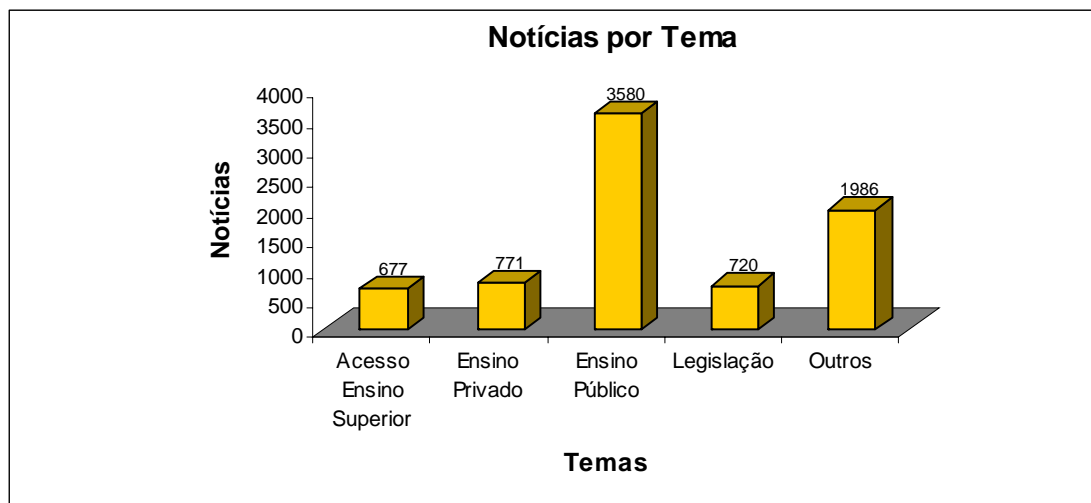


Gráfico 4 - Indexação de inserções noticiosas por temáticas de origem

A construção do “caso” da Universidade Livre liga-se obviamente à construção de um discurso sobre o ensino em Portugal, mais concretamente de um discurso sobre o ensino superior, e essencialmente sobre o ensino superior privado.

De um total de 7734 notícias dedicadas a temáticas do ensino superior no período entre 1979 e 1986, 364, mais de 4%, corresponderam a notícias sobre o processo da Universidade Livre (ver gráfico 2 e tabela 1), o que fez desta instituição a instituição isoladamente mais vezes citada nos média em todo este período. A este propósito, refira-se ainda que a preponderância da presença de temáticas relacionadas com o ensino superior face a outras temáticas relacionadas com educação é esmagadora (ver gráfico 4),

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

o que só vem revelar a importância que o tema da educação superior tinha na sociedade, nomeadamente face às transformações então a decorrer.

Jornal	ID	Data	Notícia	
A Capital	1077	26.07.1979	Universidades livres ministram ensino do ano propedêutico	1
	1092	24.10.1979	Universidade Livre de Lisboa - Curso Superior Curto em Estatística, Informática e Investigação Operacional	1
	3110	03.07.1981	Cooperativa de ensino Universidade Livre: IPU - Preparação Universitária	1
	3112	23.07.1981	Universidade Livre - Lisboa e Porto	1
	3116	25.08.1981	Cooperativa de Ensino Universidade Livre	1
	3125	17.11.1981	Situação da Universidade Livre em vias de resolução	1
	4036	28.07.1982	Universidade Livre - Lisboa e Porto	1
	4893	12.07.1983	Universidade Livre já pode ministrar cursos de licenciaturas	1
	7160	23.9.1986	Universidade Livre contra ministro: exigida demissão de ministro e anunciado processo crime	1
A Capital Total				9
A Tarde	3436	30.01.1981	Universidade Livre elege hoje o seu reitor	1
	3447	15.10.1981	Universidade Livre, Requerida Inspeção para resolver actual litígio	1
	3451	18.11.1981	Um passo para a resolução de conflito na Universidade Livre	1
	3452	15.12.1981	Confrontos físicos na Universidade Livre	1
	4280	29.04.1982	Universidade Livre comemorou 5º aniversário	1
	5113	15.06.1983	Universidade Livre aponta falhas do desporto escolar	1
	6474	11.02.1985	Faculdade de Direito da UL em greve por tempo indeterminado	1
	6477	12.02.1985	Professores da UL não fazem exames	1
	6485	06.03.1985	JS comenta situação na UL	1
	6486	08.03.1985	Mais um catedrático suspenso na UL	1
	6487	18.03.1985	Situação na Universidade Livre está praticamente controlada	1
	6488	23.03.1985	Universidade Livre de Lisboa ocupada pelos alunos	1
	6489	25.03.1985	Alunos desocupam UL	1
	6490	26.03.1985	Aulas recomeçam na UL mas ocupação mantém-se	1
	6491	27.03.1985	Reitoria da UL pede intervenção do MAI	1
	6492	28.03.1985	Ministro da Educação recebe alunos da Universidade Livre	1
	6494	01.04.1985	Situação normalizada na Universidade Livre	1
	6497	11.04.1985	Reabrem aulas da UL em dois locais	1
6503	16.05.1985	UL da Rua Junqueira tem novo reitor	1	
6505	30.05.1985	Reitor da UL homenageado	1	

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	6506	07.06.1985	Governo vai actuar na Universidade Livre	1
	6513	30.07.1985	Polémica continua na Universidade Livre	1
	6515	21.08.1985	Conflito da Universidade Livre vai a conselho de Ministros	1
A Tarde Total				23
Comércio do Porto	2274	13.05.1980	Só o ensino livre poderá formar cidadãos livres considerou o Prof. Aires Barros	1
	2317	05.12.1980	Universidade Livre de Lisboa dissidências criam instabilidade	1
	3311	23.01.1981	Universidade Livre tem nova regulamentação	1
	3344	02.07.1981	Universidade Livre do Porto encerrou ano lectivo 80/81	1
	3345	09.07.1981	Universidade Livre presente na FILCOOP	1
	3352	15.10.1981	Universidade Livre- quem tem razão?	1
	3370	29.11.1981	Impugnadas eleições na universidade Livre	1
	3380	16.12.1981	Reitor ocupou instalações e retirou documentos. Universidade Livre encerrou em Lisboa.	1
	3384	18.12.1981	Na universidade Livre de Lisboa. Alunos afirmam confiança no reitor e corpo docente	1
	4148	23.02.1982	Universidade Livre: à procura de clarificação para a crise	1
	4979	17.01.1983	Costa Durão eleito reitor da universidade Livre	1
	6365	28.02.1985	Universidade Livre de Lisboa. Alunos exigem a reintegração de todos os docentes suspensos.	1
	6367	11.03.1985	Universidade Livre processa RTP	1
	6372	19.03.1985	Inquérito a Universidade Livre de Lisboa.	1
		6375	24.03.1985	Universidade Livre de Lisboa continua ocupada. Tiros de intimidação da PSP não desalojaram os estudantes
	6376	26.03.1985	Universidade Livre Professores suspensos voltaram ontem às aulas.	1
	6380	11.04.1985	Universidade Livre em novas instalações	1
	6392	01.06.1985	ME intervem na Universidade Livre	1
	6396	19.06.1985	Por ter retirado a legitimidade à "SOGELIVRE". Universidade Livre processo o ministro João Pinheiro	1
	6398	13.07.1985	UL do Porto quer autonomia	1
	6402	14.08.1985	Guerras de reitores na Universidade Livre	1
	6409	16.11.1985	Diplomas da "Livre" não têm validade	1
	6414	13.12.1985	em causa a transferência de assistentes "farmácia" da UL em risco de suspender as aulas	1
	7326	25.03.1986	Governo reafirma reservas sobre a universidade Livre	1
	7354	06.09.1986	Ministro da educação quer matar a "Livre"?	1
	7355	08.09.1986	U.Livre do Porto em "pé de guerra"	1
	7356	10.09.1986	Em causa a situação de milhares de alunos. A U. Livre existe	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso "Universidade Livre" e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

			senhor ministro?	
	7359	18.09.1986	Alunos da UL sem garantias	1
	7360	22.09.1986	Alunos da UL acusam ministro	1
	7362	24.09.1986	Ministro e FNISP acordam sobre carreiras docentes. Deus Pinheiro processa a "Livre"	1
	7365	15.10.1986	MEC não reconhece as licenciaturas. "Livre" reabre portas com cursos "fantasmas"	1
Comércio do Porto Total				31
Correio da Manhã	778	27.03.1979	Cursos Livres na Faculdade de Direito de Lisboa	1
	1938	06.09.1980	Universidade Livre é "pessoa colectiva" de utilidade pública	1
	1943	28.09.1980	Universidade Livre equiparada às suas congéneres	1
	2946	30.03.1981	Univ. Livre Continua Pioneira	1
	4687	17.01.1983	Acabou a "guerra" na universidade livre Novo Reitor falou ao "CM"	1
	4688	19.01.1983	Universidade Livre elegeu vice-reitores	1
	5478	29.04.1984	Universidade Livre já tem sete anos	1
	6132	19.03.1985	Inquérito instaurado à Universidade Livre	1
	6133	26.03.1985	Alunos da "Livre" querem ter aulas durante a Páscoa	1
	6143	30.05.1985	Universidade livre homenageou reitor	1
	6150	17.09.1985	Universidade livre	1
	6151	19.09.1985	Universidade livre	1
	6152	23.09.1985	Universidade livre	1
	6155	31.10.1985	Universidade livre	1
	6970	23.09.1986	Universidade Livre acusa o ministro de "tráfico de estudantes"	1
	6971	25.09.1986	Professor da U. Livre desafia ministro para "duelo curricular"	2
	6973	10.10.1986	Alunos de Matemáticas da Universidade Livre colocam-se "à parte"	1
	6974	14.10.1986	Universidade Livre começa aulas sem cursos reconhecidos	1
	7706	23.10.1984	Começa sexta-feira semana do caloiro da Universidade Livre	1
	7711	30.10.1984	caloiros da Livre vão limpar montras	1
	7721	06.02.1985	Universidade Livre retoma normalidade	1
	7726	24.02.1985	Universidade Livre - Informação	1
	7729	31.03.1985	Voaram documentos da Livre	1
Correio da Manhã Total				24
Diário	3714	02.01.1982	Universidade Livre reabre na 2ª feira sem reitor e sob ameaças de violência	1
	3715	05.01.1982	Universidade Livre reabriu sem incidentes	1
	3721	24.02.1982	Da Universidade Livre à Universidade Nova passando pela autonomia...	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	3768	29.11.1982	Eleito novo reitor na Universidade Livre	1
Diário Total				4
Diário de Coimbra	1137	24.07.1979	Faculdade de Direito de Coimbra - Livre Faculdade de reprovar?	1
	3159	04.02.1981	Adelino da Palma Carlos foi eleito reitor da Universidade Livre de Lisboa	1
	3204	13.03.1981	Palma Carlos pediu a demissão do cargo de reitor da ULL	1
	4960	05.10.1983	No cinquentenário das conferências da Universidade Livre	1
	7248	25.09.1986	Alunos da Univ. Livre podem inscrever-se noutros estabelecimentos	1
Diário de Coimbra Total				5
Diário de Lisboa	489	24.07.1979	Inscrições na Universidade Livre	1
	1697	24.12.1980	Universidade Livre controlada por ex-ministros fascistas segundo estudantes socialistas	1
	3681	04.01.1982	Aulas começaram hoje na Universidade Livre	1
	3688	28.01.1982	Secretariado da RIA de Lisboa: Ter-se-á o Sr.. ministro esquecido do direito à livre associação?	1
	3703	15.03.1982	Quem nos ajuda? perguntam alunos da Universidade Livre	1
Diário de Lisboa Total				5
Diário de Notícias	1633	22.12.1980	Criados novos cursos livres na Universidade de Évora	1
	2720	03.10.1981	Por conflitos entre sócios Director da Universidade Livre detido e libertado pela PSP	1
	2722	09.10.1981	Intervenção da PSP na Universidade Livre gera polémica entre docentes e cooperativa	1
	2724	15.10.1981	Autonomia da Universidade Livre gera litígio na cooperativa - afirmou o Prof. Gonçalves de Proença	1
	2728	20.10.1981	Duas direcções alimentam polémica na Cooperativa Universidade Livre	1
	4446	07.01.1983	Costa Durão reitor da UL	1
	4447	22.01.1983	Universidade Livre elegeu vice-reitores	1
	4488	12.07.1983	Decreto publicado no DR Universidade livre confere licenciaturas	1
	4513	28.12.1983	Universidade Livre reconduziu reitoria	1
	5935	12.02.1985	Greve de professores de Direito Estudantes sem aulas na Universidade Livre	1
	5945	01.03.1985	Intervenção governamental para nomear uma comissão administrativa defendida por vários sectores Urgente tomar providências na Universidade Livre para impedir que os estudantes percam o ano.	1
	5947	06.03.1985	Porteiro armado impediu acesso à universidade Livre	1
5948	10.03.1985	Definido em lei a "autoridade académica" CDS quer sanar conflito na Universidade Livre	1	

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	5955	18.03.1985	Situação quase normal na Universidade Livre - afirma o reitor Costa Durão	1
	5956	24.03.1985	Ocupação da Universidade Livre mantida por alunos de Direito Cena de tiros não causou vítimas	1
	5957	25.03.1985	A normalidade regressa hoje à escola Alunos anunciam recomeço das aulas e direcção da universidade livre	1
	5958	26.03.1985	Aulas de Direito recomeçaram ontem mas a Universidade Livre mantém-se ocupada - responsáveis de Sogelivre denunciam a "amotinação"	1
	5960	30.03.1985	Após reunião com ministro da educação Universidade Livre foi ontem desocupada	1
	5962	12.04.1985	Dois grupos reclamam legitimidade para gerir Universidade Livre	1
	5968	01.05.1985	Na Junqueira Universidade Livre tem novas instalações	1
	5970	08.05.1985	Universidade livre tem novas instalações	1
	6770	21.03.1986	Universidade internacional programa cursos livres	1
	6814	21.09.1986	Exigindo admissão em estabelecimento do estado Alunos da universidade livre criticam ministro da educação	1
	6818	12.10.1986	Querem manter departamento Alunos de matemática da UL apoiam os seus professores	1
	7705	09.03.1981	Palma Carlos demite-se da Universidade Livre	1
	7714	11.12.1984	A U Livre C.E.S.P.U. Faculdade de Odontostomatologia - Porto e Lisboa	1
	7715	13.12.1984	Curso de Ciências Históricas da Universidade Livre	1
	7716	15.12.1984	UL Universidade Livre	1
	7720	29.01.1985	Acta da Sogelivre - nº 7	1
	7728	28.03.1985	Um esclarecimento a propósito da Universidade Livre.	1
Diário de Noticias Total				30
Diário Popular	139	22.06.1979	Universidade livre do Porto vai ter mais 20 salas e um anfiteatro para 300 lugares	1
	160	27.07.1979	Aulas do propedêutico nas universidades livres	1
	1446	08.01.1980	Curso de ciências sociais e políticas na universidade livre de Lisboa	1
	1533	27.09.1980	Segundo despacho já promulgado - universidade livre a par das restantes universidades	1
	2569	19.01.1981	Cooperativa Universidade Livre	1
	2604	23.04.1981	Parlamento reconhece a universidade livre	1
	2645	03.10.1981	Conflito entre fundadores continua - Polícia intervém na universidade livre	1
	2646	08.10.1981	Classificada de abusiva a intervenção da PSP na universidade livre	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	2647	16.10.1981	O conflito na universidade livre - reitores contestados emitem a sua opinião	1
	2659	02.12.1981	Na universidade livre - Impugnadas as eleições para o cargo de reitor	1
	2660	16.12.1981	Universidade livre – Conflito continua	1
	3555	08.03.1982	Universidade livre: conflito sem fim?	1
	3570	28.05.1982	Universidade livre - Documentos apreendidos a Gonçalves de Proença	1
	4377	07.01.1983	Universidade livre - Novo reitor promete despolitizar a escola	1
	5246	06.06.1984	Universidade internacional inicia os cursos livres	1
	5884	20.02.1985	Universidade livre: um conflito insano	1
	5886	27.02.1985	Universidade livre - Alunos reafirmam apoio aos docentes suspensos	1
	5893	10.05.1985	«Universidade Livre tem novas instalações»	1
	5898	21.08.1985	O conflito na universidade livre - depositados por acção cautelar processos de alunos da Junqueira	1
	5900	29.08.1985	Universidade livre	1
	5902	09.09.1985	Na universidade livre - ambiguidades na situação preocupante pais e alunos	1
	6728	22.09.1986	U. Livre vai processar o ministro da educação	1
	6730	02.10.1986	Apresentado o reitor da universidade livre	1
	7708	25.10.1984	Um esclarecimento da Universidade Livre.	1
	7725	11.02.1985	Universidade Livre - Greve em Direito	1
Diário Popular Total				25
Expresso	1406	03.03.1979	Adriano Moreira e a Universidade Livre	1
	1413	02.06.1979	Adriano Moreira: relações da universidade livre	1
	1420	27.10.1979	Educar: formar livremente ou condicionar?	1
	1425	22.12.1979	Ensino livre e os seus docentes	1
	3521	10.10.1981	Ministério da educação levanta inquérito à universidade livre	1
	3530	19.12.1981	Guerra do alecrim prossegue na U.L.	1
	4347	09.01.1982	Universidade livre: Cisma dos reitores na origem de secretaria fantasma	1
	4349	30.01.1982	Gonçalves de Proença e a universidade Livre	1
	4350	06.03.1982	Universidade livre: ministro da educação "perde a paciência"	1
	4354	24.04.1982	Deputados defendem alunos da universidade livre	1
	6626	30.03.1985	Universidade Livre muda-se para o Campo Grande?	1
Expresso Total				11
Jornal de Noticias	916	13.03.1979	Universidade Livre tem autorização provisória	1
	942	20.06.1979	Universidade Livre do Porto -anunciada uma nova dinâmica	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

1018	12.12.1979	Docentes de ciências de UL paralisam. Regências por pagar há três anos	1
2033	21.07.1980	Universidade livres de Lisboa e do Porto	1
2036	03.08.1980	Universidade Livre do Porto	1
2042	08.09.1980	universidade Livre legalizada pelo MEC	1
2043	16.09.1980	Começaram os exames de acesso à universidade livre do Porto	1
2059	06.12.1980	Decreto-governamental provocou incidentes na universidade Livre	1
3005	10.01.1981	Cooperativa de ensino Universidade Livre. Alguns problemas por resolver após anos de existência	1
3014	22.01.1981	Definida a competência dos órgãos internos da universidade livre	1
3058	26.08.1981	Universidade Livre- Lisboa e Porto	1
3068	16.10.1981	Universidade livre pretende autonomização. Reitoria pediu com urgência a designação de um inspector	1
3069	22.10.1981	Na universidade Livre. Mantém-se o conflito entre as duas facções	1
3084	16.12.1981	Mais uma intervenção policial na CEUL. Opositores "tomaram" a universidade Livre	1
3086	18.12.1981	Mais um capitulo...Universidade livre –alunos querem aulas	1
3939	13.02.1982	No meio de tão grande barafunda .Que diploma prepara a universidade Livre?	1
3944	27.02.1982	Na universidade Livre. Pretenso reitor continua a reter notas dos alunos.	1
4007	26.10.1982	Pela universidade Livre- Novos licenciados não podem exercer	1
4758	17.01.1983	Universidade Livre à procura da estabilidade perdida. Teremos em breve licenciaturas de jornalismo e de odontologia. Disse ao JN o reitor, Prof. Francisco da Costa Durão	1
4815	14.07.1983	Universidade Livre confere licenciatura	1
6186	07.02.1985	No interesse e para defesa dos cidadãos Universidade Livre está sob inquérito- determinou director-geral do ensino superior	1
6187	14.02.1985	No curso de direito da Universidade Livre de Lisboa. Setecentos alunos do 1º ano apinhados em quatro turmas. Administração acusa professores de "rebelião"	1
6188	21.02.1985	Universidade Livre está sob inquérito	1
6189	28.02.1985	Intervenção do Governo na Universidade Livre requerida por alunos	1
6194	09.02.1985	Com os olhos na Universidade Livre Autoridade académica no ensino particular- propõe projecto de lei do CDS	1
6200	19.03.1985	Ministério da Educação ordenou um inquérito à Universidade	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

		Livre	
6201	23.03.1985	Um conflito que se agoniza. Universidade Livre foi ocupada por estudantes	1
6202	27.03.1985	Costa Durão dirigiu-se ao Ministério da Administração Interna. Requerida a desocupação da Universidade Livre	1
6205	30.03.1985	Após um encontro com o Ministro da Educação. Estudantes desocuparam a Universidade Livre	1
6206	01.04.1985	Desviada documentação na Universidade livre	1
6210	11.04.1985	Consumado o fraccionamento da Universidade Livre	1
6223	23.09.1985	Universidade Livre. Acesso à universidade	1
6238	29.10.1985	Decreto-lei foi ontem publicado. Cooperativa Universidade Livre reconhecida oficialmente	1
6240	31.10.1985	Universidade Livre comenta decreto-lei. "Diploma assegura-nos necessária cobertura"	1
6242	09.11.1985	Universidade livre	1
6245	12.11.1985	Para estimular a investigação	1
7053	22.06.1986	Universidade livre contra "numerus clausus" no superior particular.	1
7059	09.07.1986	Pelo menos para o próximo ano lectivo. Universidade livre não terá os seus cursos reconhecidos.	1
7061	11.07.1986	Na tentativa de "sufocar" a universidade Livre. Ministério fomentou a criação de três universidades privadas. Contra-ataca os respectivos Conselho de Administração.	1
7069	25.07.1986	Lei do mercado já chegou ao ensino superior particular. Universidade Livre baixou propinas em três contos/mês. Motivo: fazer face a "sangria" de alunos que a afecta	1
7079	03.09.1986	Exames de 2º época provocam onda de descontentamento. Universidade Livre do Porto de novo em momento agitado. Foram "despedidos" mais de cem professores.	1
7081	04.09.1986	Situação é de "absoluta tranquilidade" Acabou situação de ambiguidade na universidade Livre do Porto - Considera a respectiva Associação Académica	1
7084	06.09.1986	Serviço de animação cultural na UL	1
7087	13.09.1986	Tomando o silencio ministerial por concordância... "Portugalense" quer "fazer recurso" de um curso que ano leccionou... Universidade Livre considera a medida ilegal.	1
7088	13.09.1986	Formação de doutorados pela UL	1
7089	17.09.1986	Pai de aluna da "Livre" ameaça processar o Ministério. Sindicância ao ensino superior particular- exige do MEC a Associação Académica de Coimbra	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	7090	18.09.1986	Universidade Livre: cursos não são reconhecidos - anunciou João de Deus Pinheiro	1
	7094	05.10.1986	Universidade Livre- alunos aflitos com as transferencias	1
	7110	03.11.1986	após novo pronunciamento do STA ,universidade Livre- tudo como dantes	1
	7125	24.11.1986	Com o não reconhecimento dos cursos por parte do MEC. Alunos da Livre baixaram se sete mil para oitocentos	1
	7727	06.03.1985	Na Universidade Livre de Lisboa - Porteiro armado impediu acesso a estudantes	1
Jornal de Noticias Total				51
O Primeiro de Janeiro	734	29.09.1979	Universidade Livre do Porto	1
	753	10.11.1979	Universidade Livre inaugurou novo ano lectivo: Um acto com "solenidade e algum romantismo"	1
	754	10.11.1979	Universidade Livre abriu o novo ano lectivo	1
	776	22.12.1979	Alunos do Propedêutico ocuparam a reitoria da UL	1
	1845	28.07.1980	Universidades Livres de Lisboa e do Porto: 12º ano de escolaridade e cursos superiores	1
	1868	06.09.1980	Decreto legaliza Universidade Livre	1
	1869	21.09.1980	Novos currículos em tempo europeu: Universidade Livre atenta aos problemas da integração	1
	2888	11.07.1981	I Filcoop: Universidade Livre está representada	1
	2905	16.10.1981	Universidade Livre: Ordenada inspecção da legalidade	1
	2907	17.10.1981	Universidade Livre iniciou ano lectivo	1
	4636	12.07.1983	Autorização já foi publicada: Grau de licenciatura na Universidade Livre	1
	5412	04.04.1984	Universidade Livre e de Sevilha assinaram convénio de cooperação	1
	6061	10.02.1985	Na Universidade Livre de Lisboa: "Direito" suspende aulas	1
	6073	11.03.1985	Maçonaria e Universidade Internacional querem destruir a U. Livre	1
	6074	11.03.1985	Universidade Livre nunca será encerrada	1
	6090	01.08.1985	Universidade Livre: "Suspensão do despacho envolve posição quanto à questão de fundo"	1
	6915	21.06.1986	Ministro da Educação Contestado por JC e UL	1
	6935	02.10.1986	Universidade Livre: Cresce contestação a Deus Pinheiro	1
O Primeiro de Janeiro Total				18
O Dia	1238	16.01.1979	É uma lei para gente livre a caminho do século XXI	1
	1255	27.03.1979	Escolha livre da escola +preconizada nas conclusões	1
	1271	07.06.1979	Prémio Nobel participa num curso organizado pela Universidade	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

		Livre	
1282	21.07.1979	Ano propedêutico para todos os cursos superiores nas Universidades Livres de Lisboa e do Porto	1
1300	23.10.1979	Intercâmbio da UL de Lisboa com Universidade de Macau	1
2380	26.06.1980	Na Escola secundária Manuel da Maia- A "exclusiva" liberdade numa "tribuna livre"	1
2384	08.07.1980	Novos professores da Universidade Livre	1
2406	17.09.1980	Curso de Matemática na Universidade Livre vai projectar-se no futuro da técnica	1
2411	30.09.1980	Universidade Livre - Promulgado o diploma da legalização definitiva	1
3386	19.01.1981	Universidade Livre estruturada por portaria do Ministério da Educação	1
3419	05.10.1981	Incidentes na UL são fruto do processo de transição para a institucionalização	1
3420	15.10.1981	Litígio na Universidade Livre	1
3428	26.11.1981	A situação actual da Universidade Livre permite encarar o futuro com optimismo	1
3430	14.12.1981	Reitoria da universidade Livre denuncia nomeação de "anti-reitor"	1
3431	19.12.1981	Reitoria da UL deseja colaboração dos funcionários	1
4224	27.05.1982	Para breve a solução do conflito na Universidade Livre	1
4256	11.11.1982	Universidade Livre: situação clarificada	1
4258	15.11.1982	Outro diploma ministerial esclarece situação da UL	1
4268	04.12.1982	O novo reitor da Universidade Livre esclarece as circunstâncias em que aceitou o seu cargo	1
5054	09.07.1983	Universidade Livre- Regime de candidatura ao ingresso no ensino superior	1
5059	13.07.1983	Universidade Livre: Homologação dos cursos	1
5666	20.02.1984	Ocupação de tempos livres na escola do "Bom João"	1
5688	06.06.1984	Universidade Internacional- Primeiros cursos livres começarão já este mês	1
5703	27.09.1984	A situação na Universidade Livre	1
6421	05.02.1985	Que se passa na UL? Direito defende ensino de qualidade	1
6424	11.02.1985	Universidade Livre em crise - departamento de Direito está solidário com o seu director ilegalmente afastado	1
6426	13.02.1985	Os graves problemas surgidos no Departamento de Direito - Perturbação pedagógica e institucional na UL	1
6432	22.02.1985	Ministério da Educação ordena inquérito- A situação na Universidade Livre	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	6434	25.02.1985	Universidade Livre- Professores catedráticos de Direito mantêm suspensão de actividades	1
	6435	28.02.1985	A crise na Universidade Livre- Alunos de Direito exigem reposição da legalidade e autonomia pedagógica	1
	6437	04.03.1985	Universidade Livre	1
	6439	24.03.1985	Universidade Livre vive momentos de tensão	1
	6440	12.06.1985	Ministro da Educação desmistifica comercialização do ensino - Sogelivre olha para a UL como se de uma fábrica se tratasse	1
	6445	07.07.1985	Universidade Livre da Vítor Cordon	1
	6446	04.08.1985	Universidade Livre - Apreensão judicial de documentos na Sogelivre	1
	7407	15.05.1986	Passo firme no caminho da modernidade- Universidade Livre introduz a informática no seu ensino	1
	7445	23.09.1986	Reagindo contra o despacho corajoso Sogelivre quer processar titular da pasta da Educação	1
	7448	26.09.1986	Eng. Brás de Oliveira sobre a UL- decisão de ministro foi honesta e corajosa	1
	7707	25.10.1984	Universidade Livre, eleições contestadas	1
	7717	28.12.1984	Que se passa na Universidade Livre?	1
O Dia Total				40
O Diário	1788	06.12.1980	Direita não se entende na Universidade Livre	1
	2787	24.01.1981	Extrema-Direita reforça controlo na "Universidade Livre"	1
	2808	23.04.1981	Universidade Livre em questão na AR: oposição contra "boutiques" de ensino	1
	2837	04.11.1981	O caso da universidade Livre: Estudantes socialistas denunciam conspiração de fascistas	1
	2847	16.12.1981	Ex-ministro desvia ficheiros da Universidade Livre com protecção da polícia	1
	2851	29.12.1981	O "caso" da Universidade Livre	1
	4535	06.01.1983	Universidade Livre: Reitor fecha "secretaria" de Gonçalves de Proença	1
	4569	13.07.1983	Autorizadas licenciaturas na Universidade Livre	1
	5366	27.03.1984	Curso de história não quer ser extensão da universidade Livre	1
	6030	16.03.1985	Aulas voltam à normalidade na Universidade Livre	1
	6031	25.03.1985	Dia do Estudante "Em cheio", AE'S estudam federação e Universidade Livre continuam em polvorosa	1
	6041	08.10.1985	Inquérito oficial sugeriu comissão administrativa -"caso" Universidade Livre cada vez mais complicado	1
	6878	14.05.1986	Estudantes protestam contra repressão na Universidade Livre	1
	6892	24.09.1986	Garante João de Deus Pinheiro, licenciados da UL não são	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

			prejudicados	
O Diário Total				14
O Jornal	4374	08.01.1982	Universidade Livre - Aulas sem Reitor	1
	6645	01.02.1985	Universidade Livre: nem alvará definitivo nem personalidade jurídica	1
	6647	15.02.1985	Universidade Livre: nem alvará definitivo nem personalidade jurídica	1
	6655	12.04.1985	Estado vai fiscalizar Universidade Livre	1
O Jornal Total				4
O Século	7622	13.05.1986	Associação académica proibida de entrar na Universidade Livre	1
	7657	24.07.1986	Ensino da informação ainda sem licenciatura na UL	1
	7669	13.09.1986	Universidade Livre quer possuir curso de Comunicação Social	1
	7671	18.09.1986	Cursos de UL deixam de ser reconhecidos	1
	7673	19.09.1986	U. Livre acusa ministro	1
	7674	20.09.1986	Alunos da Universidade Livre aprendem com Cousteau	1
	7675	23.09.1986	UL acusa ministro	1
	7677	26.09.1986	Universidade Livre as provas de força	1
	7678	02.10.1986	Reitor da Universidade Livre	1
	7691	04.11.1986	Tribunal reconhece U. Livre mas não os seus cursos	1
O Século Total				10
O Tempo	1383	26.04.1979	Curso na Universidade Livre	1
	1392	29.11.1979	Curso de Ciências Sociais na Universidade Livre de Lisboa	1
	1394	27.12.1979	Curso de Ciências Políticas e Sociais promovido pelo IDL e Universidade Livre	1
	2490	24.12.1980	Estatização da Universidade Livre	1
	3461	30.04.1981	Universidade Livre sai da crise	1
	3486	15.10.1981	Universidade livre	1
	3501	17.12.1981	Universidade Livre: Despacho ministerial contra "grupo da cooperativa"	1
	4300	07.01.1982	Bento Gonçalves e o caso da Universidade Livre	1
	4302	07.01.1982	Rumores de agitação não se confirmam: Começaram as aulas em clima de expectativa	1
	4310	11.03.1982	Universidade Livre: Alunos podem pagar ao tribunal	1
	4313	15.04.1982	Universidade livre	1
	4320	20.05.1982	A situação na Universidade Livre	1
	4322	25.05.1982	Universidade Livre: A quem pagam os alunos?	1
	4326	24.06.1982	Universidade Livre: Convénio é solução provisória	1
	4345	09.12.1982	Universidade Livre: Eleito novo reitor em Lisboa	1
	5122	20.01.1983	Novo Reitor na Universidade Livre - Prof. Costa Durão quer	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

		"despolitização e competência"		
5123	20.01.1983	Eleitos os vice reitores da Universidade Livre	1	
5136	05.05.1983	Cursos Livres para Licenciados em Direito	1	
5150	21.07.1983	Homologados Cursos da Universidade Livre	1	
5765	02.02.1984	Universidade livre promove debate sobre a economia	1	
5797	11.10.1984	Cruz Rodrigues (Universidade Livre) "Há sempre razões de fundo para a existência do Ensino Privado"	1	
6550	08.02.1985	Universidade livre	1	
6559	08.03.1985	Contencioso na Universidade Livre	1	
6565	22.03.1985	Reitor da U.L. falta a reunião no M.E.	1	
6569	29.03.1985	Universidade Livre: Maioria dos alunos quer aulas em paz	1	
6571	29.03.1985	Universidade Livre ocupada por alunos	1	
6575	30.04.1985	Universidade Livre esclarece	1	
6576	03.05.1985	Prossegue a "guerra" na Universidade Livre	1	
6583	17.05.1985	Os bastidores de uma crise supostamente académica: Universidade Livre entre ontem e amanhã	1	
6589	21.06.1985	Esclarecimento da Universidade Livre de Lisboa	1	
6592	12.07.1985	Esclarecimento da Universidade Livre de Lisboa	1	
6610	15.11.1985	Prémios da Universidade Livre	1	
7493	07.03.1986	STA suspendeu despacho sobre UL	1	
7494	21.03.1986	Comunicado da A.E. da Universidade Livre	1	
	7511	18.09.1986	Alunos da Universidade Livre aprendem com Cousteau	1
	7512	18.09.1986	Formação de professores de informática na UL	1
	7514	18.09.1986	Incertezas comprometem a Universidade Livre	1
	7515	02.10.1986	Golpe de misericórdia na Universidade livre	1
	7718	28.12.1984	Universidade Livre desburocratiza o ensino	1
	7722	08.02.1985	Universidade Livre	1
	7730	12.04.1985	Universidade Livre	1
	7731	28.06.1985	Carta da Universidade Livre de Lisboa	1
	7732	15.08.1985	Universidade Livre: Problemas continuam	1
	7733	30.08.1985	Universidade Livre Esclarece	1
	7734	17.01.1986	Jornal da Universidade Livre	1
O Tempo Total			45	
Semanário	6676	16.02.1985	Polémica na Universidade Livre	1
	6677	23.02.1985	Universidade Livre - suspensões ou saneamentos	1
	6678	02.03.1985	Universidade Livre - alunos contra Cruz Rodrigues	1
	6679	23.03.1985	Universidade Livre - Aluno de Direito, saída em bloco?	1
	6680	30.03.1985	Universidade Livre - alunos confiam no Ministério	1
	6688	10.08.1985	Universidade Livre - Aos alunos que interromperam os seus	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

		estudos na U.L em 1984-85	
6690	31.08.1985	Pedida a Condenação do Reitor da Sogelivre como Litigante de Má Fé	1
6691	07.09.1985	Universidade Livre- Comunicado	1
6693	28.09.1985	UL - Acesso à Universidade	1
6694	28.09.1985	Universidade Livre - Boas Vindas	1
7602	13.09.1986	Universidade Livre- angústia lisboeta transfere-se para o Porto	1
7604	27.09.1986	Curso fantasma na Universidade Livre	1
7605	04.10.1986	Colapso da "Livre" alimenta novas universidades	1
7606	25.10.1986	Universidade Livre - cursos em questão	1
7719	26.01.1985	Universidade Livre - confusão continua	1
Semanário Total			15
Total			364

Tabela 1 – Levantamento de Notícias publicadas na imprensa no período de vida da Universidade Livre.

A leitura da recepção do caso da Universidade Livre tem obviamente de levar em linha de conta a realidade da imprensa e dos média da época. O problema central dos média em Portugal no período subsequente ao 25 de Abril e que se agudiza no ano de 1975 com a vaga de nacionalizações que então ocorre, é o da independência ideológica dos meios de comunicação social financiados pelo Estado.

Como o “caso República” (Babo, 2006) veio colocar em evidência, o estatuto da imprensa em Portugal no Pós-25 de Abril, é marcado por um claro questionamento da independência dos órgãos de comunicação social e da sua capacidade de informar os cidadãos de forma rigorosa e alheada do conflito ideológico existente. Este questionamento abrandará com o aprofundar do regime democrático e da economia de mercado, nomeadamente a partir do momento em que o espaço mediático se começa a abrir à iniciativa privada, mas continuará a fazer-se sentir até aos nossos dias no que diz respeito ao caso particular dos média controlados pelo Estado.

A forma como os média actuam em Portugal ao longo da segunda metade da década de setenta e início da década de oitenta, atesta a inexistência de um espaço público democraticamente estruturado, em grande parte devido à disputa das diferentes forças saídas da revolução pelo controle dos meios de comunicação social e pelo poder em geral. Com diversas forças políticas em choque, rapidamente os média deixam de ser um eco do confronto a decorrer para se transformarem eles próprios em actores desse conflito. Para tal processo muito contribuiu o progressivo domínio que sobre todos vão adquirindo diversas forças políticas, seja por via do controle do Estado a que estão ligadas, seja por vias de manobras realizadas a partir do interior do próprio média tendo como objectivo o seu controle, como se verificou no caso da Rádio Renascença.

Por volta do final da década de setenta, e independentemente da orientação ideológica, eram muito poucos os órgãos de comunicação social que podemos identificar como livres de qualquer controle ideológico directo. Para além do *Expresso*, *Tempo e Jornal*, poucos mais são os média que conseguiram manter a sua estrutura impenetrável a diferentes coacções políticas e com isso controlar a sua independência jornalística.

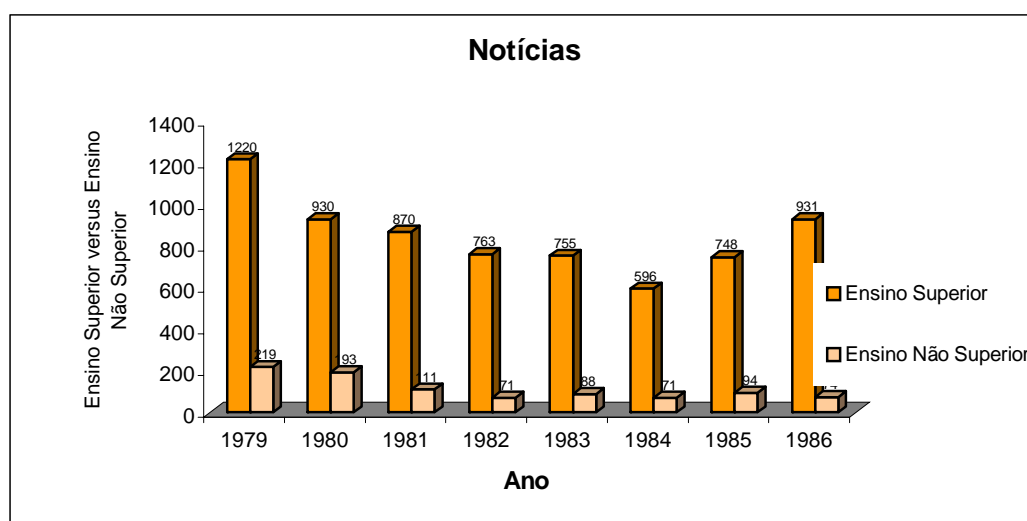


Gráfico 5 – peso relativo das temáticas educativas na imprensa por nível de ensino

A questão da independência da imprensa coloca-se, por um lado ao nível do conteúdo e do estatuto editorial do Jornal, e por outro lado, ao nível da situação económica e financeira das empresas.

O processo de nacionalizações que se desencadeou no País após o 11 de Março implicou que grande parte da imprensa diária, que pertencia a grupos económicos então nacionalizados, passasse para o controle do Estado. Semelhante destino tiveram as rádios e a televisão. Para além da maior parte dos semanários, na imprensa diária só os diários “Diário de Lisboa” e “Primeiro de Janeiro” mantêm o seu estatuto privado, mas mesmo assim com forte influência ideológica sobre as redacções e as estruturas produtivas. Foi precisamente através do controle das estruturas produtivas que se veio a perder a independência como aliás se veio a verificar no caso do República.

Se o processo de nacionalização e tomada de controle dos média pelo Estado foi relativamente célere, já o processo de progressiva autonomização dos média face ao poder político e de conquista de uma independência e autonomia próprias, foi lento e só se pode considerar relativamente estabilizado a partir de meados da década de oitenta. Mas se as influências sobre as estruturas de propriedade foram esbatidas pela progressiva implementação da economia de mercado, já a existência de claras tendências ideológicas explícitas nas orientações e na linha editorial dos jornais, foi um fenómeno que não se esmoreceu tão rapidamente e que acabou de forma quase natural a fazer parte da própria configuração do média e do entendimento que o espaço público faz da sua recepção específica. Casos como o do “Semanário” ou do “Independente” vieram a reforçar esta tendência para que no espaço público português tenham maior facilidade em afirmar-se

perante o público, média cuja leitura da realidade corresponda ao crivo ideológico dos seus leitores.

A situação dos média estatizados colocados ao serviço de interesses partidários foi várias vezes denunciada ao longo da década de setenta e início da década de oitenta e adquiriu particular relevância no caso de órgãos como o “Diário de Notícias”, “Diário”, “Século”, “Diário de Lisboa” e “República”. Em campos opostos destacam-se também casos como o do jornal “O Dia”.

Se a crise do “República” marcou claramente o instante em que o tema do pluralismo da imprensa e da independência dos meios de comunicação social passou a estar lançado no espaço público, o caso da Universidade Livre vem em cada um dos seus dois acontecimentos marcantes assinalar a progressiva evolução da paisagem mediática nacional e a autonomização de descrições dos média cada vez mais relevantes de uma lógica de significação própria do média e não ditada por alguém no exterior.

Assim, se olharmos para o total de inserções realizadas por cada jornal (veículo) no período que vai de 1979 a 1986 (ver gráfico 6), verificamos que no caso do acontecimento de 1981 são os média mais politizados que dão maior relevância ao caso, nomeadamente os diários “O Dia” e “O Diário”, enquanto que na crise de 1985 (ver tabela 3) é essencialmente a imprensa diária generalista que acompanha o caso (Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã e Comércio do Porto).

Entre os dois acontecimentos em causa – o conflito de 81 e a ocupação de 1985 – e embora saibamos que na génese de ambos os acontecimentos estão exactamente os mesmos motivos, vão-se gerar diferenças substantivas no discurso dos média.

Ano	N.º Entradas
1979	26
1980	22
1981	56
1982	32
1983	22
1984	18
1985	126
1986	62
Total	364

Tabela 2 – Número total de inserções relativas ao processo da Universidade Livre por ano

Enquanto no acontecimento de 1981 impera nos média a leitura “política” do acontecimento [Diário de Notícias – “Por conflitos entre sócios Director da Universidade Livre detido e libertado pela PSP” (id. 2720)], já no acontecimento de 1985 vai ganhar toda a relevância a acção pública desencadeada pelos alunos e a sua significação no contexto específico do ensino (ex. Jornal de Notícias – id. 6187 de 14.02.1985 “No curso de direito da universidade Livre de Lisboa. Setecentos alunos do 1ºano apinhados em quatro turmas”).

Este deslocar do foco da perspectiva dos média do lado político para o contexto do ensino, segue uma tendência geral de maior atenção a temáticas relacionadas com o ensino no mesmo período (ver gráfico 5), em que após uma forte quebra do interesse dos média por estas temáticas em 1984, volta-se a assistir em 85 e 86 a uma maior atenção ao sector do ensino privado por via, não só do caso da “Livre”, mas de várias outras incidências no sector da educação, em muitos casos relacionadas com

ações públicas (ex. Diário Popular id. 6717 de 02.06.1986 – “Estudantes do instituto de engenharia mantêm-se em greve - «Arriscamo-nos a perder o semestre, mas não o futuro”; Diário de Notícias – id. 6744 de 14.01.1986 – “Alegado abuso de poder, estudantes de direito processam Reitoria”).

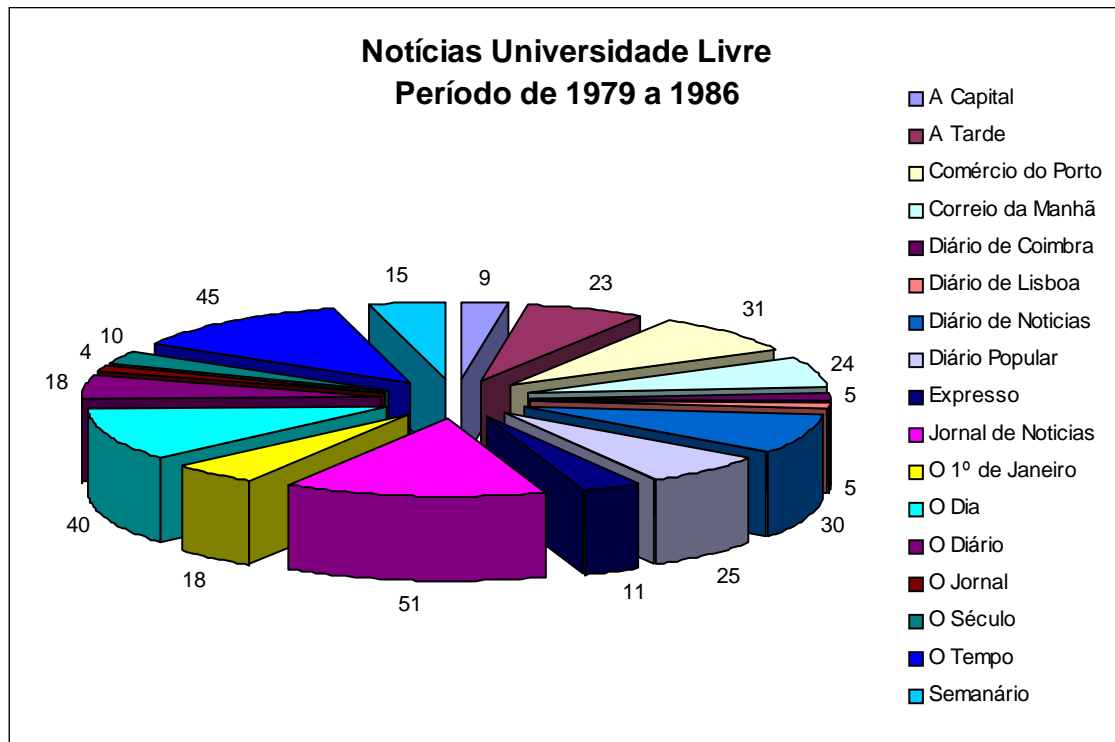


Gráfico 6 – Total de inserções por veículo no período 1979-1986

Para a pacificação posterior da situação vão contribuir no caso do privado a criação das novas Universidades que resultam da implosão da Universidade Livre e que acautelam os interesses de quase todas as partes em conflito, e no caso do ensino público o massivo investimento em infra-estruturas e no alargamento da oferta que logo a partir de 1986 se começa a desenhar com recurso aos financiamentos da União Europeia.

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

Ano	Veiculo	ID	Notícia	N.º	
1985	A Tarde	6474	Faculdade de Direito da UL em greve por tempo indeterminado	1	
		6477	Professores da UL não fazem exames	1	
		6485	JS comenta situação na UL	1	
		6486	Mais um catedrático suspenso na UL	1	
		6487	Situação na Universidade Livre está praticamente controlada	1	
		6488	Universidade Livre de Lisboa ocupada pelos alunos	1	
		6489	Alunos desocupam UL	1	
		6490	Aulas recomeçam na UL mas ocupação mantém-se	1	
		6491	Reitoria da UL pede intervenção do MAI	1	
		6492	Ministro da Educação recebe alunos da Universidade Livre	1	
		6494	Situação normalizada na Universidade Livre	1	
		6497	Reabrem aulas da UL em dois locais	1	
		6503	UL da Rua Junqueira tem novo reitor	1	
		6505	Reitor da UL homenageado	1	
		6506	Governo vai actuar na Universidade Livre	1	
		6513	Polémica continua na Universidade Livre	1	
		6515	Conflito da Universidade Livre vai a conselho de Ministros	1	
	A Tarde Total				17
	Comércio do Porto		6365	Universidade Livre de Lisboa. Alunos exigem a reintegração de todos os docentes suspensos.	1
6367			Universidade Livre processa RTP	1	
6372			Inquerito a Universidade Livre de Lisboa.	1	
6375			Universidade Livre de Lisboa continua ocupada. Tiros de intimidação da PSP não desalojaram os estudantes	1	
6376			Universidade Livre Professores suspensos voltaram ontem às aulas.	1	
6380			Universidade Livre em novas instalações	1	
6392			ME intervém na Universidade Livre	1	
6396			Por ter retirado a legitimidade à "SOGELIVRE". Universidade Livre processo o ministro João Pinheiro	1	
6398			UL do Porto quer autonomia	1	
6402			Guerras de reitores na Universidade Livre	1	
6409			Diplomas da "Livre" não têm validade	1	
6414	em causa a transferência de assistentes "farmácia" da UL em risco de suspender as aulas	1			
Comércio do Porto Total				12	

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

Correio da Manhã	6132	Inquérito instaurado à Universidade Livre	1
	6133	Alunos da "Livre" querem ter aulas durante a Páscoa	1
	6143	Universidade livre homenageou reitor	1
	6150	Universidade livre	1
	6151	Universidade livre	1
	6152	Universidade livre	1
	6155	Universidade livre	1
	7721	Universidade Livre retoma normalidade	1
	7726	Universidade Livre - Informação	1
	7729	Voaram documentos da Livre	1
Correio da Manhã Total			10
Diário de Noticias	5935	Greve de professores de Direito Estudantes sem aulas na Universidade Livre	1
	5945	Intervenção governamental para nomear uma comissão administrativa defendida por vários sectores Urgente tomar providências na Universidade Livre para impedir que os estudantes percam o ano.	1
	5947	Porteiro armado impediu acesso à universidade Livre	1
	5948	Definido em lei a "autoridade académica" CDS quer sanar conflito na Universidade Livre	1
	5955	Situação quase normal na Universidade Livre - afirma o reitor Costa Durão	1
	5956	Ocupação da Universidade Livre mantida por alunos de Direito Cena de tiros não causou vítimas	1
	5957	A normalidade regressa hoje à escola Alunos anunciam recomeço das aulas e direcção da universidade livre	1
	5958	Aulas de Direito recomeçaram ontem mas a Universidade Livre mantém-se ocupada - responsáveis de Sogelivre denunciam a "amotinação"	1
	5960	Após reunião com ministro da educação Universidade Livre foi ontem desocupada	1
	5962	Dois grupos reclamam legitimidade para gerir Universidade Livre	1
	5968	Na Junqueira Universidade Livre tem novas instalações	1
	5970	Universidade livre tem novas instalações	1
	7720	Acta da Sogelivre - n.º 7	1
7728	Um esclarecimento a propósito da Universidade Livre.	1	
Diário de Noticias Total			14
Diário Popular	5884	Universidade livre: um conflito insano	1
	5886	Universidade livre - Alunos reafirmam apoio aos docentes suspensos	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	5893	«Universidade Livre tem novas instalações»	1
	5898	O conflito na universidade livre - depositados por acção cautelar processos de alunos da Junqueira	1
	5900	Universidade livre	1
	5902	Na universidade livre - ambiguidades na situação preocupante pais e alunos	1
	7725	Universidade Livre - Greve em Direito	1
Diário Popular Total			7
Expresso	6626	Universidade Livre muda-se para o Campo Grande?	1
Expresso Total			1
Jornal de Noticias	6186	No interesse e para defesa dos cidadãos Universidade Livre está sob inquérito- determinou director-geral do ensino superior	1
	6187	No curso de direito da Universidade Livre de Lisboa. Setecentos alunos do 1º ano apinhados em quatro turmas. Administração acusa professores de "rebelião"	1
	6188	Universidade Livre está sob inquérito	1
	6189	Intervenção do Governo na Universidade Livre requerida por alunos	1
	6194	Com os olhos na Universidade Livre Autoridade Académica no ensino particular- propõe projecto de lei do CDS	1
	6200	Ministério da Educação ordenou um inquérito à Universidade Livre	1
	6201	Um conflito que se agoniza. Universidade Livre foi ocupada por estudantes	1
	6202	Costa Durão dirigiu-se ao Ministério da Administração Interna. Requerida a desocupação da Universidade Livre	1
	6205	Após um encontro com o ministro da educação. Estudantes desocuparam a Universidade Livre	1
	6206	Desviada documentação na Universidade livre	1
	6210	Consumado o fraccionamento da Universidade Livre	1
	6223	Universidade Livre. Acesso à universidade	1
	6238	Decreto-lei foi ontem publicado. Cooperativa Universidade Livre reconhecida oficialmente	1
	6240	Universidade Livre comenta Decreto-Lei. "Diploma assegura-nos necessária cobertura"	1
	6242	Universidade livre	1
	6245	Para estimular a investigação	1
	7727	Na Universidade Livre de Lisboa - Porteiro armado impediu acesso a estudantes	1
Jornal de Noticias Total			17

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

O Primeiro de Janeiro	6061	Na Universidade Livre de Lisboa: "Direito" suspende aulas	1
	6073	Maçonaria e Universidade Internacional querem destruir a U. Livre	1
	6074	Universidade Livre nunca será encerrada	1
	6090	Universidade Livre: "Suspensão do despacho envolve posição quanto à questão de fundo"	1
O Primeiro de Janeiro Total			4
O Dia	6421	Que se passa na UL? Direito defende ensino de qualidade	1
	6424	Universidade Livre em crise - departamento de Direito está solidário com o seu director ilegalmente afastado	1
	6426	Os graves problemas surgidos no Departamento de Direito - Perturbação pedagógica e institucional na UL	1
	6432	Ministério da Educação ordena inquérito- A situação na Universidade Livre	1
	6434	Universidade Livre- Professores catedráticos de Direito mantêm suspensão de actividades	1
	6435	A crise na Universidade Livre- Alunos de Direito exigem reposição da legalidade e autonomia pedagógica	1
	6437	Universidade Livre	1
	6439	Universidade Livre vive momentos de tensão	1
	6440	Ministro da Educação desmistifica comercialização do ensino - Sogelivre olha para a UL como se de uma fábrica se tratasse	1
	6445	Universidade Livre da Vítor Cordon	1
	6446	Universidade Livre - Apreensão judicial de documentos na Sogelivre	1
O Dia Total			11
O Diário	6030	Aulas voltam à normalidade na Universidade Livre	1
	6031	Dia do Estudante "Em cheio", AE'S estudam federação e Universidade Livre continuam em polvorosa	1
	6041	Inquérito oficial sugeriu comissão administrativa -"caso" Universidade Livre cada vez mais complicado	1
O Diário Total			3
O Jornal	6645	Universidade Livre: nem alvará definitivo nem personalidade jurídica	1
	6647	Universidade Livre: nem alvará definitivo nem personalidade jurídica	1
	6655	Estado vai fiscalizar Universidade Livre	1
O Jornal Total			3
O Tempo	6550	Universidade livre	1

Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril

	6559	Contencioso na Universidade Livre	1
	6565	Reitor da U.L. falta a reunião no M.E.	1
	6569	Universidade Livre: Maioria dos alunos quer aulas em paz	1
	6571	Universidade Livre ocupada por alunos	1
	6575	Universidade Livre esclarece	1
	6576	Prossegue a "guerra" na Universidade Livre	1
	6583	Os bastidores de uma crise supostamente académica: Universidade Livre entre ontem e amanhã	1
	6589	Esclarecimento da Universidade Livre de Lisboa	1
	6592	Esclarecimento da Universidade Livre de Lisboa	1
	6610	Prémios da Universidade Livre	1
	7722	Universidade Livre	1
	7730	Universidade Livre	1
	7731	Carta da Universidade Livre de Lisboa	1
	7732	Universidade Livre: Problemas continuam	1
	7733	Universidade Livre Esclarece	1
	O Tempo Total		16
Semanário	6676	Polémica na Universidade Livre	1
	6677	Universidade Livre - suspensões ou saneamentos	1
	6678	Universidade Livre - alunos contra Cruz Rodrigues	1
	6679	Universidade Livre - Aluno de Direito, saída em bloco?	1
	6680	Universidade Livre - alunos confiam no Ministério	1
	6688	Universidade Livre - Aos alunos que interromperam os seus estudos na U.L em 1984-85	1
	6690	Pedida a Condenação do Reitor da Sogelivre como Litigante de Má Fé	1
	6691	Universidade Livre- Comunicado	1
	6693	UL - Acesso à Universidade	1
	6694	Universidade Livre - Boas Vindas	1
	7719	Universidade Livre - confusão continua	1
	Semanário Total		11
	Total		126

Tabela 3 – Levantamento de número de inserções sobre o caso Livre por veículo no ano de 1985.

4.2. – Principais notícias divulgadas pela Imprensa

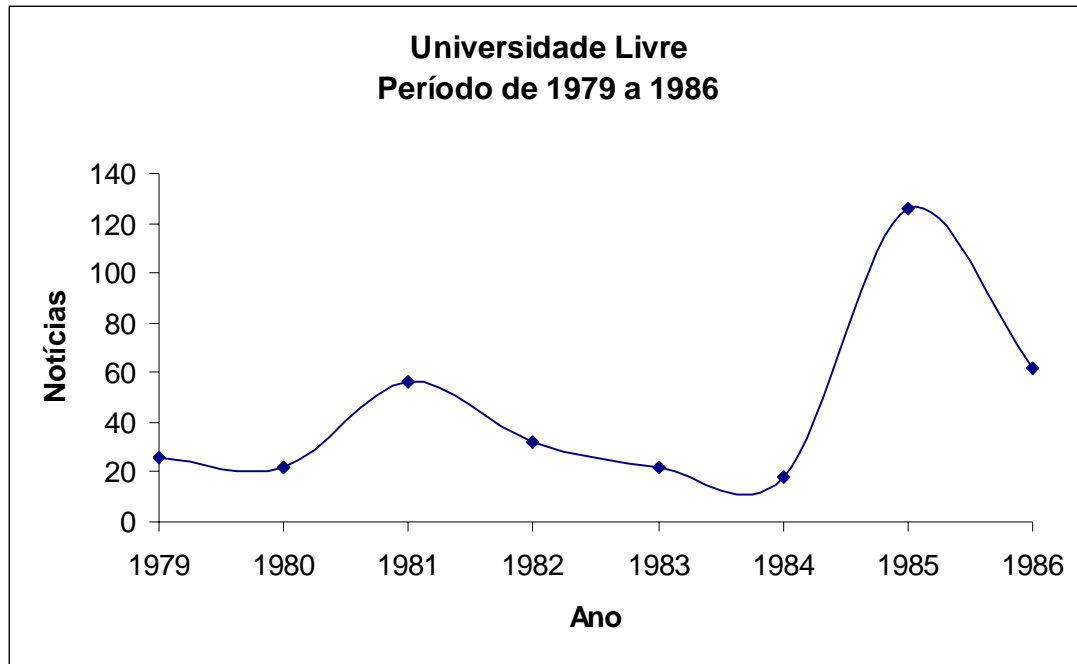


Gráfico 7 – evolução do número de referências no período em análise

O “Diário” de 6/12/80 afirmava que o “Direito não se entende na Universidade Livre”. E continuava: “A oficialização da Universidade Livre pelo governo AD está a provocar agitação no seio desta Cooperativa, onde pontificam, em convivência até agora alegre, gente da AD e da restante direita e extrema-direita.

O Decreto-Lei do Ministro da Educação, Victor Crespo, foi publicado em Setembro, reconhecendo carácter oficial àquela instituição e garantindo, claro, todos os apoios devidos às empresas privadas que se dedicam ao ensino.

No entanto, este Decreto-Lei não terá sido bem recebido por toda a cooperativa, provocando considerável agitação. Apenas porque uma facção considera que o Decreto-

Lei é estatizante e que o Estado não tem nada a ver com o assunto, ao passo que a outra recebe, com natural prazer, a benesse governamental...

Paradoxalmente, outro sector chega a dizer que poderá utilizar a violência para defender as suas posições. Causa estranheza esta situação. Se esta gente até consegue entender-se em torno do seu candidato à Presidência, porque será que não se entendem com um diploma que, entre outros benefícios, lhes garante apoios (financeiros) oficiais? Será que receiam vir a perder o poder do Estado que a AD, por enquanto, garante?³⁰

O mesmo “Diário”, em 24/1/81, “Extrema Direita reforça controlo na Universidade Livre”. E prosseguia: “o Diário da República do passado dia 21 publicou uma Portaria do MEC que define os órgãos da Universidade Livre. Esta instituição a que se encontram associadas destacadas individualidades da extrema-direita, havia sido institucionalizada como uma pessoa colectiva de utilidade pública pelo primeiro governo da AD.

Segundo esta Portaria, agora divulgada, são órgãos internos da Universidade Livre, O Reitor e Vice-Reitores, o Conselho Universitário (composto por professores e alguns estudantes), o Conselho Pedagógico, os Conselhos Escolares dos Departamentos, o Conselho Administrativo e o Conselho Disciplinar.

A decisão do Ministro Pereira Crespo de legalizar a Universidade Livre, como já havíamos noticiado, deu origem a uma intensificação da luta pelo poder no seio desta instituição... Ainda recentemente, os estudantes da JS do PS neste estabelecimento de ensino se faziam, de certo modo, porta-vozes deste segundo sector (liberal), ao criticarem a tomada do poder por um conjunto de personalidades ligadas ao salazarismo. Entre essa

³⁰ Ver “Diário” de 6/12/80, p. 10

gente, os socialistas mencionavam os ex-ministros salazaristas Gonçalves de Proença e Adriano Moreira professores que se distinguiram pela repressão sobre os estudantes (Gonçalves Rodrigues e Veríssimo Serrão) e os dirigentes do CDS, Rui Pena, Narana Coissoró e Lucas Pires”. Logo ao lado, anunciava que a Universidade Católica iria comemorar o seu dia a 1 de Fevereiro³¹.

O Diário de Notícias, de 9/3/81, na pág. 2, publicava que “Palma Carlos demite-se da Universidade Livre” e prosseguia: “o Professor acaba de pedir a demissão do cargo de Reitor, recusando-se, no entanto, a esclarecer as razões. Tinha sido eleito nos finais de Janeiro, no decorrer de uma votação que contou com a participação de docentes e alunos... Recorda-se que Palma Carlos foi o Chefe do I Governo Provisório que se formou após o 25 de Abril sob a Presidência do General António de Spínola e, mais recentemente, foi o mandatário nacional da recandidatura do General Ramalho Eanes”³².

E em 3/10/81, o mesmo “Diário de Notícias” referia que, “Por Conflitos entre os sócios, Director da Universidade Livre detido e libertado pela PSP”.

E continuava: “Foram ontem detidos pela PSP o director da Cooperativa de ensino Universidade Livre, Manuel Arnão Metelo, e dois dos funcionários daquele estabelecimento de ensino, capitão Marcelino da Mota e Alcides da Silva por terem impedido a entrada nas instalações daquela Universidade a alguns ex-professores, detidos ao fim da tarde pelo Comissário Paulino que não apresentou qualquer mandato ou justificação para a detenção, foram conduzidos num carro da Polícia à esquadra da Praça da Alegria, onde, depois de terem prestado declarações, foram, pelas 21h30, postos em

³¹ Ver “Diário” de 24/1/81, p. 9

³² Ver “Diário de Notícias” de 9/3/81, p.2

liberdade. No entanto, o Dr. Arnão Metelo terá de se apresentar na próxima terça-feira no Tribunal de Polícia, apesar de não saber qual a falta que cometeu, segundo disse ao DN Pedro Rocha, também director daquela Universidade...

O problema já vem de longe, da altura em que a antiga Direcção foi substituída em Assembleia Geral de sócios, por outra, da qual os professores Henrique Martins de Carvalho, Gonçalves Proença e Gonçalves Rodrigues não faziam parte. Estes professores, apesar de não exercerem qualquer cargo reconhecido pelos directores da Cooperativa, arrogam-se o direito de participar nas reuniões do Conselho Pedagógico. No entanto, os Directores acharam por bem proibir a sua entrada naquelas instalações. Cada vez que o faziam, porém, surgia o Comissário Paulino e alguns polícias que ameaçavam os Directores de prisão se estes não retirassem a sua proibição de entrada dos referidos professores... Indignados com a situação, os restantes Directores lançaram, pela segunda vez, um apelo, a, entre outros, ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Secretário de Estado do Ensino Superior...³³.

Em 9/10/81, o mesmo “Diário de Notícias” frisava que “Intervenção da PSP na Universidade Livre gera polémica entre docentes e a Cooperativa”. E prosseguia: “A Direcção da Cooperativa de Ensino Universidade Livre, preocupada com a repercussão que estes incidentes possam ter no prestígio da escola continua a diligenciar junto do Ministério da Administração Interna no sentido de a Polícia ser retirada do edifício onde tem permanecido ao longo desta semana. Dessa mesma preocupação se reclamam, entretanto, os apoiantes de uma Reitoria que a Direcção da Cooperativa não reconhece.

³³ Ver “Diário de Notícias” de 3/10/81, p.6

A ambiguidade parece, de resto, começar pela legislação que regula o funcionamento da Universidade.

Na falta de um estatuto (o respectivo projecto aguarda aprovação do Ministério da Educação) e nos termos da Lei nº 15/81 (que veio introduzir alterações à redacção do Decreto-Lei nº 426/80) a escola rege-se pela Portaria nº 92/81.

Este último diploma faz depender a designação do Reitor de um Conselho Universitário cuja composição define. E, aparentemente, será neste texto que a denominada Reitoria fundamenta a sua legitimidade. Só que, argumenta a Direcção da Cooperativa, a Portaria não pode ser invocada quando os seus termos briguem com a letra de um diploma hierarquicamente superior.

Tanto o Dr. Arnão Metelo, detido no passado dia 2, como o Sr. Pedro Rocha não são nem nunca poderiam ter sido Directores da Universidade Livre, segundo esclarecimento do Dr. Brás de Oliveira, atribuído à Reitoria.

A posição da direcção da Cooperativa é que a PSP, há já mais de um ano, tem vindo a intervir abusivamente em assuntos internos da Universidade Livre e considera particularmente responsáveis pela situação criada os Professores Martins de Carvalho, Gonçalves Proença e Gonçalves Rodrigues. E refere-se à acção de cada um deles em especial... A campanha deles contra a direcção da Cooperativa foi a causa da maior perturbação originada na Universidade”³⁴.

O mesmo órgão de informação, em 15/10/81 expressava que “Autonomia da Universidade Livre gera litígio na Cooperativa, afirmou o Professor Gonçalves Proença”. E continuava: “O litígio entre a Universidade Livre e a Cooperativa de Ensino da

³⁴ Ver Diário de Notícias de 9/10/81, p. 8

Universidade Livre consiste, fundamentalmente, na reivindicação do Dr. Cruz Rodrigues ao pretender fazer, contra o texto expresso na lei e a situação de facto existente no sentido de manter a Universidade sob a direcção e orientação pedagógica da Cooperativa...

Para a solução do litígio a Reitoria adiantou ter solicitado à Direcção-Geral do Ensino Superior a designação urgente de um inspector para que possa acompanhar de perto e controlar a legalidade do processo...”³⁵.

Ainda o mesmo DN, em 20/10/81, afirmava que “Duas Direcções alimentam polémica na Cooperativa Universidade Livre”. E, logo a seguir: “A Universidade Livre continua a dar que falar, sobretudo aos porta-vozes das duas facções que se digladiam no seu interior... Por um lado, o ex-director Cruz Rodrigues esclarece que a Direcção se tem oposto à admissão de sócios, designadamente professores. Ora a verdade é que nos órgãos sociais da Cooperativa houve uma maioria de sócios que oportunamente impediu o Engenheiro Brás de Oliveira de se apoderar daquela Cooperativa com 50 novos sócios por ele arregimentados. Por sua vez, o Engenheiro Brás de Oliveira contraria as versões de dois comunicados de António da Cruz Rodrigues, afirmando, designadamente, que o Dr. Cruz Rodrigues soube perfeitamente que não houve qualquer ilegalidade na transferência bancária operada entre a CEUL e a UL a favor de quem a mesma foi feita... São também injuriosas as afirmações quanto ao comportamento de alguns professores relativamente à sua assiduidade e retribuição, quando é sabido que a Universidade Livre mantém um dos mais altos índices de assiduidade do corpo docente e que a retribuição

³⁵ Ver “Diário de Notícias” de 15/10/81, p. 9

dos professores, de resto muito modesta, é sempre proporcional ao número de aulas ou participações em órgãos escolares³⁶.

Por sua vez, o “Tempo”, em 11/10/84 dizia que para “Cruz Rodrigues (Universidade Livre) há sempre razões de fundo para a existência do ensino privado”. E prosseguia: “O tempo era, ainda, de caos pedagógico. Ultrapassada a fase das grandes convulsões, resta averiguar por que motivo cresce a frequência de um estabelecimento de ensino superior particular conhecido pela exigência. É que, precisamos de um ensino superior que sinta a vibração da Nação. Hoje, perante o Estado, a situação dos diplomados é clara: existe total equiparação dos cursos aos das universidades estatais, há cerca de um mês, o Ministério da Educação regulamentou as transferências dos alunos desta escola para o ensino oficial e vice-versa...”. Segundo Cruz Rodrigues, “o respeito que o actual Ministro da Educação tem demonstrado pela iniciativa privada ligada à actividade do seu Departamento, é total no tocante ao ensino superior. Em seis anos investimos cerca de 400.000 contos em instalações e equipamento”³⁷.

O Correio da Manhã de 23/10/84, anunciava: “Começa sexta-feira a Semana do Caloiro da Universidade Livre”. E continuava: “Dois objectivos se apresentam na promoção desta semana, sendo um deles a apresentação e lançamento do primeiro número do Jornal da Universidade Livre e, outro, a angariação de fundos com vista à construção de uma sede – tão necessária para o Coro de Santo Amaro de Oeiras. Sobre

³⁶ Ver “Diário de Notícias” de 20/10/81, p.6

³⁷ Ver “Tempo” de 11/10/84, p. 28

este segundo ponto, acrescente-se, desde já, que serão muito bem vindos quaisquer donativos. Os caloiros vão entregar-se a uma série de tarefas curiosas!....”³⁸.

“O Dia” de 25/10/84, dizia “Universidade Livre, Eleições Contestadas”, prosseguindo: “Professores Catedráticos do corpo docente da Universidade Livre contestam as eleições recentemente feitas.

Tais catedráticos duvidam da sua legalidade, às quais não compareceram.

Segundo uma fonte, os membros do Conselho Universitário que votaram, fizeram-no ao abrigo de um pseudo-estatuto rejeitado pela maioria dos dois departamentos da UL, com 80% do corpo discente...”³⁹.

O Tempo, também, de 25/10/84, referia “Eleições na UL para o triénio 85/87 nos termos estatutários, realizam-se as eleições para Reitor e Vice-Reitores. Do escrutínio resultou reeleito, por 97%, o Dr. Francisco Costa Durão...

A frequência da UL duplicou nos dois últimos anos sendo, na actualidade, de seis mil alunos, aproximadamente”⁴⁰.

Na mesma data o Diário Popular aludia a “Um Esclarecimento da Universidade Livre”, continuando: “Relativamente à notícia do DP do passado dia 23, sobre a eleição do reitor da UL recebemos um esclarecimento do administrador dizendo que os primeiros parágrafos da notícia correspondem aos factos, embora não mencionando que a reeleição do Professor Francisco da Costa Durão foi feita por 97% dos votos expressos (93 votos favoráveis em 95). Ainda quanto às razões de não comparência ao acto eleitoral de alguns, poucos, professores, surpreende-nos, também, a afirmação transcrita, pois que a

³⁸ Ver “Correio da Manhã”, de 23/10/84, p. 14

³⁹ Ver “O Dia”, de 25/10/84, p. 3

mesma eleição feita de acordo com o Estatuto da UL, sancionado pelo próprio Conselho Universitário, foi perfeitamente regulamentar e legal”⁴¹.

Também em 25/10/84, o Correio da Manhã referia “Semana do Caloiro Prossegue hoje com mais praxe na UL com diversas actividades...”⁴².

O mesmo matutino, em 27/10/84, frisava que “Semana do Caloiro levou a praxe à Baixa Lisboa onde um grupo de estudantes fez a declaração de amor”⁴³.

Em 29/10/84, o Diário Popular expressava, logo na primeira página: “Caloiro sofre na UL e junto `Estátua de D. Pedro V, no Rossio!”⁴⁴.

O Correio da Manhã, de 30/10/84, afirmava, logo na primeira página: “ Hoje, no Chiado, Caloiros da Livre vão limpar montras!”⁴⁵.

Em 28 de Novembro de 1984, o DN anunciava: “Falta de esforço prejudica rendimento escolar – Curso de Direito na Universidade Livre funciona em turmas com mais de 200 alunos” ... “ Com efeito, há salas de aulas absolutamente superlotadas, em particular nas de Direito, sem que se anteveja uma solução capaz e racional para uma anomalia que afecta, sobretudo, os alunos e, bem entendido, o seu aproveitamento... É que, só este ano, em Lisboa inscreveram-se, só em Direito, cerca de 1500 jovens!...”⁴⁶.

Em 7 de Dezembro de 1984, “o Dia” frisou que “Situação Anómala prejudica alunos na Universidade Livre”. E continua: “É que, contra o parecer do Departamento de

⁴⁰ Ver “Tempo”, de 25/10/84, p. 10

⁴¹ Ver “Diário Popular”, 25/10/84, p. 7

⁴² Ver “Correio da Manhã”, de 25/10/84, primeira página

⁴³ Ver “Correio da Manhã”, de 27/10/84, primeira página

⁴⁴ Ver “Diário Popular”, de 29/10/84, primeira página

⁴⁵ Ver “Correio da Manhã”, 30/10/84, primeira página

⁴⁶ Ver “O Diário de Notícias”, de 28/11/84, pp. 3 ss

Direito da UL, o respectivo Conselho de Administração da Sogelivre, decidiu admitir no primeiro ano daquela Faculdade, cerca de mil alunos. Ora o corpo docente entende que não é possível ministrar o ensino, em condições pedagógicas normais, a mais de 450 alunos... Por esta e outras anomalias, há grande e crescente descontentamento e apreensão entre professores e alunos⁴⁷.

Em 11/12/84, o Diário de Notícias publicitava: “A U Livre C.E.S.P.U. Faculdade de Odontostomatologia – Porto e Lisboa – Curso de Cirurgião Dentista (Licenciatura)”⁴⁸.

O mesmo Jornal, em 13/12/84 anunciava: “Curso de Ciências Históricas da Universidade Livre, Exposição de 120º aniversário do DN visitada por alunos”. E continua: “uma centena de estudantes da UL visitou ontem a exposição comemorativa dos 120 anos do nosso jornal, no Palácio Golveias. Os jovens presentes puderam acompanhar, com o enquadramento de António Valdemar, redactor do jornal, Director da Galeria DN, toda a evolução de mais de um século...”⁴⁹.

Em 15/10/84, o mesmo periódico repetia o anúncio atinente ao curso de Cirurgião Dentista⁵⁰.

Em 28/12/84, o Dia perguntava: “Que se passa na Universidade Livre? Direcção da Cooperativa realça graves acusações dos alunos”. E continua: “Lemos ontem no jornal superiormente dirigido por V. Exa. que o Sr. Dr. António da Cruz Rodrigues lhe dirigiu na qualidade de administrador-delegado da Sogelivre, cuja publicação V. Exa.

⁴⁷ Ver “O Dia”, de 7/12/84, p.2

⁴⁸ Ver “Diário de Notícias” de 11/12/84, p.10

⁴⁹ Ver “Diário de Notícias” de 13/12/84, p.17

⁵⁰ Ver “Diário de Notícias”, de 15/12/84. p.38

anteriormente acolhera. Na missiva ele não iliba das graves acusações dos alunos a Cooperativa à qual pertence a UL... Compreendemos a reacção dos alunos contra as anomalias verificadas no funcionamento do curso de Direito e que são da exclusiva responsabilidade do Sr. Dr. António da Cruz Rodrigues e da Sogelivre. Desejamos acompanhá-los quando exigem que sejam dadas respostas às condições mínimas de ensino... Pela nossa parte, como representantes legítimos da Cooperativa, vimos lutando para reintegrá-la em quanto lhe pertence e lhe respeita, salvaguardando os interesses de todos quantos na UL exercem a sua actividade como docentes ou discentes”⁵¹.

Nesse mesmo dia o Tempo referia que: “Universidade Livre desburocratiza o ensino”. Em artigo da autoria de Palmira Correia, dizia: “Somos uma Universidade não burocratizada, dinâmica, atenta às transformações e exigências científicas e culturais, perseguindo a qualidade em todos os aspectos, capaz de contribuir para modelar o mundo à sua volta e pronta a integrar todo o verdadeiro progresso, a bem da sociedade portuguesa que serve...

Creio que temos conseguido, com esta política, audaciosa e de grandes riscos, nesta matéria, responder, com a máxima prontidão possível, às crescentes solicitações da procura das famílias.

De três dúzias de pessoas ao serviço da iniciativa, entre pessoal da administração, docente, técnico e auxiliar, quando abriu as portas, há sete anos, a UL passou para mais de quinhentas, das quais cerca de quatro centenas são professores.

Quanto às instalações, a UL passou de uma área de 2.000 metros quadrados do edifício da Fundação D. Manuel II, na Rua Victor Cordon, em Lisboa, para cerca de

⁵¹ Ver “O Dia”, de 28/12/84, p.22

10.000 metros quadrados em sete edifícios, no presente ano lectivo. Apesar disso, ainda são insuficientes para a procura. Esse é um dos nossos problemas, na medida em que o crescimento é mais rápido do que a resposta que temos podido dar...

Somos defensores da iniciativa privada. Como tal a empresa deve crescer por si própria, conforme as suas necessidades e possibilidades... Quanto à avaliação, à percentagem de chumbos e de médias são equiparadas às das outras faculdades”⁵².

O Semanário, de 26/1/85 afirma que “Na Universidade Livre, a confusão continua”. É que, a administração da Cooperativa é acusada de perseguir alguns professores, como represália pela iniciativa de alguns docentes de pedirem ao Governo um novo diploma que substituísse o Decreto-Lei nº 426/80 declarado parcialmente institucional. Entre os professores, alguns são objecto de cortes de vencimento e outras pressões, directas ou indirectas, para o afastamento contar-se-iam José Júlio Gonçalves, Soarez Martinez e José Maria Gaspar. O Vice-Reitor Leite de Campos ter-se-ia dessolidarizado do Reitor Fernando Durão e de António da Cruz Rodrigues, cuja influência na administração é notória”⁵³.

O Correio da Manhã de 29/1/85 publica uma Acta da Sogelivre, SARL, ocorrida em 28/12/84, na Rua Victor Cordon, em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral de 30/3/84, prossequindo em segunda sessão, com a mesma ordem de trabalhos.

A Mesa foi constituída pelo Vice-Presidente Dr. Eugénio Brandão e por Miguel António Macedo Coutinho da Cruz Rodrigues, que secretariou.

⁵² Ver “Tempo”, de 28/12/84, p.25

⁵³ Ver “Semanário”, de 26/1/84, p. 4

Aberta a Sessão, foi lida a Convocatória. No período antes da ordem do dia não foi apresentado qualquer ponto.

A ordem de trabalhos tinha como ponto único a apreciação e votação do balanço, relatório e contas do Conselho de Administração, bem como do parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1983.

Entrando-se na ordem do dia, o Administrador- Delegado Dr. Cruz Rodrigues começou por referir que o facto de o relatório ser relativo ao exercício de 1983, embora fosse elaborado pelo actual Conselho de Administração procurou sê-lo com a maior objectividade.

Proseguiu o Dr. Cruz Rodrigues pedindo desculpa pelo atraso nas contas, sendo devido ao facto de ter tido de esperar que a contabilidade da Cooperativa fosse posta em dia... Interveio de seguida... E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente acta”⁵⁴.

Na mesma data e no mesmo jornal foram publicados o Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, da Sogelivre, alusivos às contas e exercício de 1983⁵⁵.

“O Jornal” de 6/2/85 declarava: “Universidade Livre: nem alvará definitivo nem personalidade Jurídica” e continuava: “Declarada juridicamente inválida como pessoa colectiva de utilidade pública, por acórdão do Tribunal Constitucional, de Maio do ano passado, a Universidade Livre está a funcionar sem alvará definitivo, afundando-se num processo acelerado de degradação. Como tudo indica e segundo o parecer de um jurista,

⁵⁴ Ver “Correio da Manhã”, de 29/1/85, p.4

⁵⁵ Idem, ibidem

aquele acórdão retirou-lhe a faculdade de conceder graus académicos, mas segundo o Jornal apurou, admite-se que o Ministério tome, em breve, medidas legislativas para por termo a uma situação que muitos professores e alunos classificam de dramática... Tal situação deve-se à existência de um grupo contestatário que, há anos, surgiu no seio da Cooperativa, sendo integrado por António Cruz Rodrigues, Arnão Metelo, Pedro Rocha, Luís Pechirra e Carlos Seixas da Fonseca. Este grupo, como na altura foi noticiado, conseguiu ocupar a sede e outras instalações da UL, utilizando, mesmo, a força física. O caso está em Tribunal, mas, recorda-se, este grupo está conotado com organizações da extrema-direita, como o círculo vector e a Editorial Resistência, fundando entretanto uma sociedade anónima a Sogelivre à qual está confiada desde 1 de Janeiro de 1984, por despacho do Reitor, a gestão administrativa e financeira da Universidade. Por outras palavras, a Cooperativa foi substituída por uma empresa comercial que, ao contrário daquela, visa fins lucrativos. A qualidade do ensino que ali se ministra não corresponde ao êxito obtido no plano comercial...”⁵⁶.

O “Correio da Manhã”, também de 6/2/85, parece mais optimista ao difundir: “Universidade Livre retoma normalidade” e continuava: “Entrou já em funcionamento na UL a 4ª turma do 1º ano do Departamento de Direito, decisão tomada pela Administração do estabelecimento e que deverá permitir a retoma da normalidade académica... Ali funcionam, oficialmente, reconhecidas pelo Ministério, as licenciaturas em Direito, Matemática, Economia, Estudos Portugueses, História, gestão, Línguas e Literaturas Modernas. Prevê-se para o próximo ano a entrada em funcionamento de cursos de

⁵⁶ Ver “O Jornal” de 6/2/85, p. 14

Ciências da Informação e da Comunicação já aprovadas pelos Conselhos Pedagógicos e Científico da Universidade”⁵⁷.

O Tempo de 8/2/85 referia que “os Conselhos Pedagógico e Universitário da Universidade Livre, reunidos em sessão extraordinária, deliberaram apoiar as acções da Reitoria no sentido de continuar a assegurar o bom funcionamento de todos os cursos...”⁵⁸.

Na mesma data, o Jornal de Notícias dizia: “Universidade Livre está sob Inquérito minucioso determinado por despacho do Director-Geral do Ensino Superior segundo fonte fidedigna...”⁵⁹.

Em 11/2/85, o Diário de Notícias anunciava, nas páginas interiores: “Professores/as habilitações mínimas, curso geral liceus, paga-se muito bem. Contactar, urgentemente, Rua Victor Cordon, 47”⁶⁰.

Também em 11/2/85, o vespertino A Tarde dizia: “Faculdade de Direito da UL em greve por tempo indeterminado”. E continuava: “Professores e alunos exigem a intervenção do Ministro da Educação. A decisão foi tomada por unanimidade numa reunião de professores, assistentes, monitores e delegados de estudantes do Departamento de Direito. No encontro foi determinada a suspensão das aulas, exames e todas as actividades académicas até à reposição da legalidade. O conflito, arrastado ao longo dos

⁵⁷ Ver “Correio da Manhã” de 6/2/85, p. 33

⁵⁸ Ver “Tempo” de 8/2/85, p. 37

⁵⁹ Ver “Jornal de Notícias, de 8/2/85, p. 4

⁶⁰ Ver “Diário de Notícias”, de 11/2/85, p.38

últimos meses, teve por despacho a decisão que paralisa toda a actividade do departamento...”⁶¹.

Ainda em 11/2/85, o Jornal de Notícias difundia: “Em Lisboa e por decisão unânime de docentes e discentes, Curso de direito da LIVRE está totalmente paralisado. Motivo: protesto pelo saneamento do Prof. Soares Martinez”⁶².

O dia, também de 11/2/85, frisava: “Universidade Livre em crise, Departamento de Direito está solidário com o seu director ilegalmente afastado”⁶³.

Em 12/2/85, O “Diário Popular”, por sua vez, referia: “Universidade Livre, greve em Direito por decisão do seu corpo docente que contou com a solidariedade dos alunos.

Na base desta greve, que afecta a realização dos exames, estará a suspensão do Director do Departamento, Pedro Soares Martinez, determinado pelo Reitor em consequência de aquele se ter recusado a aceitar no primeiro ano do curso todos os alunos que a Administração da Universidade pretendia. O corpo docente de Direito havia fixado em 450 o número máximo de alunos a aceitar no primeiro ano sob pena de se degradarem as condições pedagógicas. Entretanto, a Administração aceitou a inscrição de mais 300 alunos, o que representa mais de 14 mil contos/ano que ainda não tiveram aulas por não existirem instalações suficientes”⁶⁴.

Também em 12/2/85, o “Diário de Notícias” noticiava: “greve de professores de Direito, estudantes sem aulas na Universidade Livre”⁶⁵.

⁶¹ Ver “A Tarde”, de 11/2/85, p. 5

⁶² Ver “Jornal de Notícias”, de 11/2/85, p. 7

⁶³ Ver “O Dia”, de 11/2/85, p.3

⁶⁴ Ver “Diário Popular”, de 12/2/85, p. 5

⁶⁵ Ver “Diário de Notícias”, de 12/2/85, p.13

O “Semanário”, em 16/2/85 referia: “Polémica na Universidade Livre... Resolvida a questão jurídica, trata-se, agora, de terminar com o impasse causado pelos professores apoiantes da anterior reitoria, afirmou Cruz Rodrigues e a única solução será substituí-los... O Administrador mostrou-se confiante de que, dentro de um mês, tudo poderá estar normalizado, com alunos e professores a trabalharem em pleno”⁶⁶.

Em 22/2/85, o Dia diz que “Ministério da Educação ordena Inquérito à situação da Universidade Livre. O conflito entre a direcção da Sogelivre veio a denunciar publicamente um clima de degradação que, a pouco e pouco, tem vindo a minar o prestígio que a UL rapidamente conquistara”⁶⁷.

Em 23/2/85, o “Semanário” questionava: “... Toda a questão deriva do facto de, no início deste ano lectivo, a UL ter admitido para o 1º ano de Direito cerca de 700 alunos, todos eles aprovados nos exames de admissão, provas que se realizaram sob a exclusiva responsabilidade da Administração da escola, o que Soares Martinez recusou”⁶⁸.

O “Correio da Manhã” de 24/2/85 informava: “Universidade Livre: dadas as confusas e até contraditórias notícias transmitidas por alguma imprensa, falada e escrita, esclarecem-se os alunos e pais dos alunos, para todos os efeitos legais, de que, findas as habituais férias de ponto e de Carnaval, estão em funcionamento formal as aulas do Departamento de Direito da UL”⁶⁹.

⁶⁶ Ver “Semanário”, de 23/2/85, p. 15

⁶⁷ Ver “O Dia”, de 22/2/85, de p. 19

⁶⁸ Ver “Semanário”, de 23/2/85, p. 15

⁶⁹ Ver “Correio da Manhã”, de 24/2/85, p.47

No dia seguinte, 25/2/85, o Dia transmitia: “Professores Catedráticos de Direito da Universidade Livre mantêm suspensão de actividades”⁷⁰.

O “Jornal de Notícias” de 6/3/85 informava que : “Na Universidade Livre de Lisboa o Porteiro Armando impediu o acesso a estudantes. Ora, como ensino cooperativo, a UL deve pertencer a uma cooperativa aberta a alunos, pais e professores e não transformar-se em sociedade comercial. Segundo uma fonte da UL foi saneado outro professor do Departamento de Direito da UL Rui Gomes da Silva”⁷¹.

Em 8/3/85, o Tempo aludia a: “Contenciosos na Universidade Livre”, acrescentando-se que “um conjunto de propostas apresentadas pelo Prof. Soares Martinez à administração da Cooperativa da UL estiveram na base da suspensão daquele docente do cargo de responsável pelo Departamento de Direito” disse ao Tempo o Reitor da UL Prof. Costa Durão. É que, segundo ele, o Professor Martinez queria que tal Departamento tivesse mais regalias que os restantes 11 Departamentos, designadamente de ordem financeira, ao exigir 200\$00 pela correcção de cada ponto, verbas para expediente e dois mil contos para a instalação de um instituto...⁷².

Também em 8/3/85, a “Tarde” noticiava: “ Mais um catedrático suspenso na UL. Mota Veiga recebeu ontem a notificação de estar suspenso da sua actividade docente na UL, segundo fonte daquele estabelecimento. O Departamento de Direito da Universidade, com uma frequência de 1200 alunos, ficou, agora, sem professores catedráticos, à excepção de Leite Campos, Vice-Reitor ...”⁷³.

⁷⁰ Ver “O Dia”, de 25/2/85, p.3

⁷¹ Ver “Jornal de Notícias”, de 6/3/85, p.9

⁷² Ver “Tempo” de 8/3/85, p. 30

⁷³ Ver “A Tarde”, de 8/3/85, p. 4

Ainda em 8/3/85 o locutor do Telejornal da RTP informava, designadamente: “Notícia hoje também a notificação de suspensão recebida pelo Professor Catedrático de Direito Motta Veiga, que fica, assim, suspenso da sua actividade na Universidade Livre de Lisboa. Notícia tanto mais que o Mota Veiga era o último catedrático da Faculdade de Direito da UL. Que tem uma frequência de 1200 alunos. E o catedrático é, obviamente, uma estrutura essencial ao funcionamento do ensino universitário...”

A UL foi criada pela Cooperativa de Ensino Universidade Livre, iniciando a sua actividade em 1978/79. Dentro da Cooperativa existiam dois grupos de sócios que se opunham a diferendo agudizou-se ao ponto de terem sido instaurados, reciprocamente, cerca de 50 processos judiciais. O grupo liderado pelo Dr. António da Cruz Rodrigues, Arnão Metelo e José Pechirra, elementos estranhos ao ensino, apoderou-se da respectiva direcção, criando uma sociedade comercial, a SOGELIVRE, à qual o actual Reitor Prof. Costa Durão confiou a gestão administrativa e financeira daquele estabelecimento, que, assim, se viu provido de autonomia pedagógica e científica.

Pelo apossamento considerado ilegal, correm contra o referido grupo várias acções judiciais que têm vindo a confirmar a legitimidade de outra direcção presidida por professores universitários.

Posteriormente, e em condições de manifesta ilegalidade, o mesmo grupo transferiu, por trespasse, em escritura de 26 de Junho de 1984 a própria UL para a referida Sogelivre, pela importância de 43 mil contos que, deste modo, se tornaria, se as leis o consentissem, proprietária exclusiva do estabelecimento de ensino superior criado pela Cooperativa e a quem, em exclusivo, foi conferido o correspondente alvará.

Contra o parecer do Departamento de Direito da UL, a Administração da Sogelivre decidiu admitir no 1º ano daquele Departamento cerca de 650 alunos, número muito superior ao que havia sido determinado pelo respectivo Conselho Escolar que se opôs a essa admissão. O corpo docente entendeu não ser possível ministrar o ensino, em condições normais, a mais de 450 estudantes, por falta de salas de aula e professores.

Essas ilegalidades respeitam à circunstância de ter sido admitido um número incomportável de alunos muito superior ao que tem sido admitido tanto nas 2 Faculdades de Direito do Estado, como no curso de Direito da Universidade Católica.

Várias acusações graves têm sido feitas, por alunos e professores, ao referido grupo, numa exposição ao Secretário de Estado do Ensino Superior datada de 23 de Janeiro deste ano e assinada pelo catedrático José Júlio Gonçalves, agora suspenso, sendo pedida a instauração de um processo de sindicância às irregularidades, citando, entre outras, a anulação de reprovações de alunos, cujas notas são alteradas depois de reprovados, escutas telefónicas e admissão irregulares...

Os alunos, solidários com os professores, não comparecem às aulas desde o passado 8 de Janeiro... repudiando, veementemente, a negociação da Sogelivre e a admissão do Vice-reitor e Reitor...

Senhor Reitor: em que medida é que a sua posição é solidária para com a Administração ou para com, alunos e professores, neste caso os suspensos? A minha posição, relativamente aos alunos e professores é de crítica...”

E, em 22/3/85, o locutor do Telejornal noticiou: “Alunos ocuparam hoje as instalações da Universidade Livre de Lisboa, controlando toda a actividade lectiva. A acção teve como objectivo permitir a entrada no estabelecimento de professores

suspensos pela Direcção... Chamados pelos alunos, os professores corresponderam ao apelo, tendo leccionado durante parte da manhã...

Eram sete horas da manhã quando cerca de 70 alunos ocuparam o edifício, desfraldando no topo a bandeira da Universidade Livre...

Entretanto, num comunicado, ao fim da tarde, a Reitoria e a Administração da UL afirmam que na ocupação os alunos teriam sido acompanhados por marginais. Segundo o Vice-Reitor Justino de Almeida e o Administrador António da Cruz Rodrigues, os ocupantes teriam causado estragos...”⁷⁴.

Na mesma data, em 22/3/85, no Parlamento, um deputado do PS, questionou: “gostaria de perguntar ao Senhor deputado qual é a sua posição e a da sua bancada, face à ocupação das instalações da Universidade Livre, promovida pelos alunos”.

Respondendo o interpelado (Deputado do CDS) disse: “muito telegraficamente, sou a favor do ensino privado em Portugal... Face à ocupação é um direito legítimo dos alunos para a salvaguarda dos seus legítimos interesses”⁷⁵.

Em 23/3/85 o locutor do telejornal da RTP dizia: “Segundo a estudante, a ocupação da Universidade Livre vai manter-se até que seja reposta a legalidade no sector de Direito. Os estudantes pretendem o regresso à faculdade de catedráticos suspensos e contestam, também, o número de alunos admitidos pondo em risco a actividade lectiva. Incidentes já os houve. Estas serão as cápsulas de alguns projecteis disparados na madrugada passada, aquando da intervenção da PSP. Os estudantes exigem a melhoria das condições de ensino e o estabelecimento do *numerus clausus* e queixam-se, ainda, do

⁷⁴ Telejornais da RTP de 8 e 22/3/85

⁷⁵ Ver Diário da Assembleia da República

preço das mensalidades a pagar que consideram exorbitantes, face às condições de que dispõem...

Telejornal confirmou, por outro lado, ser falso que os alunos mantenham sequestrado um funcionário da Universidade. É que esse funcionário habita no próprio estabelecimento e ali tem permanecido!⁷⁶.

Em 22/3/85, o “Tempo” referia que: “Reitor da UL falta a reunião no ME. A reunião acabou por não se realizar porque o Reitor se recusou a comparecer, devido à presença do Prof. Martinez”⁷⁷.

Em 27/3/85, a “Tarde” comunicava que “Reitoria da UL pede intervenção do MAI. O Conselho Escolar responsabiliza as autoridades envolvidas e o governo pelas gravíssimas consequências decorrentes para centenas de alunos daquela instituição”⁷⁸.

Em 28/3/85, o Prof. Soares Martinez, publicava um esclarecimento no “Diário de Notícias” referindo: “Já repetidas vezes tenho afirmado publicamente o meu inteiro alheamento da Cooperativa de Ensino Livre e das questões que dividem os seus sócios... Não obstante, continuam a ser-me atribuídas ligações ou conotações com um dos grupos cooperativos que, há anos, mantêm entre si hostilidades... As minhas responsabilidades, no âmbito da UL foram, sempre, claramente assumidas, respeitando, apenas, à defesa do nível e da dignidade do ensino no Departamento de Direito...”⁷⁹.

⁷⁶ Telejornal da RTP de 23/3/85

⁷⁷ Ver “Tempo” de 22/3/85, p. 29

⁷⁸ Ver “A Tarde” de 27/3/85, p.4

⁷⁹ Ver “Diário de Notícias”, de 28/3/85, p. 3

Em 29/3/85, o “Tempo” afirmava: “Universidade Livre. Maioria dos alunos quer aulas em paz”⁸⁰.

Curiosamente, na mesma data (29/3/85), o mesmo jornal informava: “Universidade Livre, ocupada por alunos... Apesar do pânico criado, nenhum dos alunos ficou ferido”⁸¹.

O “Expresso”, em 30/3/85 perguntava: “Universidade Livre mudou-se para o Campo Grande?”⁸².

Em 31/3/85, o “Correio da Manhã” afirmava: “ Voaram documentos da Livre”⁸³.

Em 12/4/85, o “Tempo” referia que “o Departamento de Direito da Universidade Livre retomou a sua actividade normal, após as férias da Páscoa. A normalidade e legalidade na UL, perturbadas pela ocupação selvagem das instalações durante oito dias, por alguns alunos e docentes suspensos, acompanhados por pessoas estranhas à Universidade, foram repostas por decisão judicial... Todos os restantes Departamentos começaram ontem as actividades lectivas...”⁸⁴.

O mesmo “Tempo”, em 3/5/85 afirmava que: “prossegue a guerra na Universidade Livre”. E continuava: “os corpos docentes e discentes do Departamento de Direito da UL estão divididos e em conflito total. A própria Universidade está a desagregar-se. Bravo, Senhor Ministro!”⁸⁵.

⁸⁰ Ver “Tempo” de 29/3/85, p.7

⁸¹ Ver “Tempo”, de 29/3/85, p.19

⁸² Ver “Expresso” de 30/3/85, p. 6

⁸³ Ver “Correio da Manhã” de 31/3/85, p. 27

⁸⁴ Ver “Tempo” de 12/4/85, p. 2

⁸⁵ Ver “Tempo” de 3/5/85

Em 17/5/85, o mesmo jornal referia: “Ensino Particular, os Bastidores de uma crise supostamente Académica. Universidade Livre entre ontem e amanhã “. E prosseguia: “Insegurança e conseqüente inquietação, traduzem o estado de espírito dos quase 7000 alunos da Universidade Livre, repartidos pelas secções de Lisboa e Porto, temendo estes últimos – desde sempre alheios aos problemas pontuais ocorridos em Lisboa – serem igualmente abrangidos pelas conseqüências da actual situação. A UL abarca neste momento mais de 6000 alunos, além de muitas centenas de professores e dezenas de quadros administrativos e auxiliares, organizados em sete Departamentos na secção de Lisboa e cinco na secção do Porto.

Estas dimensões resultam de um crescimento contínuo nos sete anos da sua existência e fazem dela uma realidade que já foi classificada como uma poderosa realização da sociedade civil portuguesa após o 25 de Abril.

Tal crescimento foi incrementado pela administração através de uma política de elevados investimentos feitos a pensar no futuro...

Ao iniciar neste ano lectivo, 1984-85, as suas actividades, tudo parecia contribuir para criar na UL a renovação de optimismo...

Nada, aparentemente, fazia prever que este ano lectivo fosse o mais agitado da breve história da Universidade Livre, nem ninguém previa que se chegasse a meio do ano numa situação em que a incerteza e as ameaças se acumulavam no horizonte. Mas..., a Universidade Livre começou a ser notícia e a generalidade da população foi bombardeada com informações confusas que em nada contribuíram para esclarecer dúvidas e serenar os ânimos. Que se passou, então? Aparentemente, tudo começou por um conflito limitado ao Departamento de Direito de Lisboa, por serem admitidos cerca de 650 alunos para o

primeiro ano... Chegou-se, assim, ao dia 22 de Março. Nessa madrugada, as instalações da Victor Cordon foram ocupadas por dezenas de pessoas... Acresce que um grupo, há vários anos, se mantém fora da Universidade Livre, como Direcção Contestatária, envolvendo-se noutra projecto de ensino superior particular.

Entre esses elementos sobressaem Francisco Brás de Oliveira, José João Gonçalves de Proença e António Martins da Cruz associados a Henrique Martins de Carvalho numa sociedade comercial (SARL) proprietária do Estabelecimento de Ensino denominado Universidade Internacional, situado na estrada de Benfica, ao qual atribui um projecto de instalação de um Curso de Direito a funcionar a partir de Outubro, embora ainda não autorizado superiormente.

A chave do problema nunca esteve na disputa por questões pedagógicas circunscritas a um Departamento, mas consiste numa luta pelo controlo da Administração da Universidade, administração essa já exercida pela Sogelivre...

Tal insegurança e angústia decorrem da campanha do grupo dissidente, a nível da comunicação social...”⁸⁶.

O mesmo Jornal, em 21/6/85, aludia a “Esclarecimento da Universidade Livre de Lisboa”, assinado pelos Professores Gonçalves de Proença, Martins da Cruz e Brás de Oliveira. Tal “esclarecimento diz além do mais: “A versão que o Tempo dá dos acontecimentos na UL corresponde, quase integralmente, à versão divulgada pela Sogelivre... Sucede, porém que tal versão desfigura a verdade... A transferência da UL para a Junqueira é consequência dos acontecimentos na Victor Cordon. Nuvens de dúvidas no futuro só as tem quem não está certo e seguro da sua legitimidade o que não é

⁸⁶ Ver “Tempo”, de 17/5/85, p. XII

o caso da UL que espera ver confirmado o rigoroso cumprimento das exigências legais impostas pela nova legislação (Decreto-Lei n.º 100-B/85), aguardando-se, com a maior serenidade, as conclusões e decisões provenientes do Ministério da Educação, face à urgência imposta pela situação actual”⁸⁷.

Ainda o “Tempo”, de 28/6/85, revela “Carta da Universidade Livre de Lisboa” alusiva à publicação anteriormente expressa e assinada por Cruz Rodrigues e Arnão Metelo. Diz por exemplo: “... a fragilidade da argumentação empregue é tal que não merece mais atenções... Quanto aos raciocínios jurídicos expandidos veja-se o primor do trio signatário... Não achamos de quem nos apiedamos mais: se dos signatários... se dos alunos que, com tais mestres desaprendem...”⁸⁸.

O mesmo “Tempo”, em 15/8/85, uniforme: “Universidade Livre, problemas continuam” e prosseguia: “O Professor Mota Veiga foi citado judicialmente em providência cautelar para que se abstenha de reivindicar a sua qualidade de Reitor da UL... Nos termos da nota distribuída, são ilegais os exames, matrículas e cursos que têm lugar na Junqueira”⁸⁹.

Em 30/8/85, o “Tempo” difundia: “Universidade Livre Esclarece” e continuava: “É exacto que o prof. Mota Veiga, na qualidade de Reitor da UL, foi citado, em processo de providência cautelar, mas não é exacto que o fosse para se abster de invocar aquela qualidade, pois apenas foi para contestar o pedido nesse sentido apresentado em juízo pelo Prof. Costa Durão que se diz Reitor de uma pretensa Universidade que a Sogelivre persiste em manter na Rua Victor Cordon. Tanto esta Cooperativa como o Prof. Mota

⁸⁷ Ver “Tempo” de 21/6/85, p. 16

⁸⁸ Ver “Tempo” de 28/6/85, p. 15

Veiga contestaram a insólita petição do Reitor da Sogelivre, aliás sem o mínimo fundamento... A UL desta Cooperativa, a funcionar na Junqueira, não tem qualquer contencioso com o Ministério da Educação e está por ele autorizada a ministrar o ensino universitário, sendo rigorosamente legal o seu funcionamento e o seu estatuto, como legais são as suas matrículas, os seus exames, os seus cursos e os seus diplomas, com validade idêntica aos das Universidades do estado... Desta Universidade nunca o prof. Costa Durão foi docente quanto mais Reitor. Se detém cargo com semelhante designação será na tal pretensão Sogelivre. Por isso é que esta (Sogelivre) teve de recorrer daquele despacho para o Supremo Tribunal Administrativo na esperança de dali lhe advir o reconhecimento que o Ministério da Educação lhe negou”⁹⁰.

Em 15/11/85, O “Tempo” frisava “Prémios da Universidade Livre”, continuando: “O Departamento de Direito da UL conta entre os seus professores com alguns magistrados que, como é sabido, não podem, legalmente, auferir remuneração pelas suas funções”.

Em homenagem a esses professores, decidiu a Sogelivre, SARL, proprietário da UL, instituir, com as verbas destinadas a remunerar o trabalho desses docentes, alguns prémios que estimulassem a criação e a investigação no domínio do Direito. Esses prémios serão anuais e a atribuição será decidida por um júri presidido pelo Conselheiro Santos Carvalho e pelo Desembargador Pinto Furtado.

Tais prémios são: Prémio UL de Direito Público. Tem o valor de 200.000\$00; prémio UL de Direito Privado.

⁸⁹ Ver “Tempo” de 15/8/85, 9. 15

⁹⁰ Ver “tempo” de 30/8/85, p. 30

Tem, igualmente o valor 50.000\$00; prémio escolar de Direito Privado. Tem o valor de 50.000\$00”⁹¹.

O “Tempo” de 17/1/86 noticiava “Jornal da Universidade Livre” propriedade da Sogelivre, custando 30\$00 e tendo por director Pedro Miguel Pereira.

Tem formato de tablóide e só pelo ensino. Privilegia as notícias atinentes à própria UL, mas também refere notícias de matérias eruditas e desportivas⁹².

O “Tempo” de 7/3/86 refere que “STA suspendeu despacho sobre UL” e continua: “Na sua sessão de 13 de Fevereiro último, o Supremo Tribunal Administrativo decidiu dar provimento ao pedido da Sogelivre, empresa titular da UL, suspendendo os actos administrativos resultantes do Despacho nº 113/85, da Secretaria de Estado do Ensino Superior...

Como sequência imediata deste acórdão do STA, que atende o recurso apresentado pela Sogelivre, fica esclarecida a qualidade desta entidade como única titular legal do estabelecimento de ensino Universidade Livre e os cursos nela ministrados e os diplomas por ela concedidos voltam a estar na situação existente antes do despacho ora suspenso, estando equiparados aos cursos do ensino oficial e sendo os seus graus académicos equivalentes aos deste...

Nestes termos, a UL mantém-se a funcionar, estando regularmente constituída e legalmente reconhecida.

Como refere o Acórdão de 13/2/86, a Universidade Livre passou a regular-se pelo regime instituído naquele artº 31º do DL 100-B/85, de 8 de Abril...”⁹³.

⁹¹ Ver “Tempo”, de 15/11/85, p. 31

⁹² Ver “Tempo” de 17/1/86, p. 29

Em 21/3/86, O “Tempo” referia “Comunicado da A.E. da Universidade Livre”, prosseguindo: “Saiu no dia 13 do corrente o Acórdão n.º 23.353/A, do STA que suspende os n.ºs 1 e 2 do Despacho n.º 13/SEES/85 do Secretário do Ensino Superior, ao abrigo do qual a validade dos cursos da UL era posta em causa. Com a actual suspensão os seus cursos readquirem total validade. A Direcção da Associação Académica, desde que tomou posse, tem tido a preocupação fundamental de contribuir para a normalização da vida da Universidade Livre, nomeadamente no tocante ao restabelecimento da validade dos cursos. Resolvido este problema, ao que parece definitivamente, congratulamo-nos com o restabelecimento da legalidade, com a vitória da lei e da justiça sobre a prepotência do Ministro da Educação, cuja única finalidade era, não se sabe por que motivo, acabar com a nossa Universidade Livre”⁹⁴.

⁹³ Ver “Tempo” de 7/3/86, p. 46

⁹⁴ Ver “Tempo” de 21/3/86, p. 46